

observatório de favelas

O Observatório é uma organização social de pesquisa, consultoria e ação pública dedicada à produção de conhecimento e de proposições políticas sobre as favelas e os fenômenos urbanos. Foi criado em 2001, e em 2003 tornou-se uma organização da sociedade civil de interesse público (oscip), com sede na Maré, Rio de Janeiro.

É missão do Observatório de Favelas elaborar conceitos, projetos, programas e práticas que contribuam na formulação e avaliação de políticas públicas voltadas para a superação das desigualdades sociais. Para isso, o Observatório atua em três áreas distintas: Comunicação e Cultura, Desenvolvimento Territorial e Direitos Humanos.

Para o Observatório, Direitos Humanos são parâmetros éticos, jurídicos e políticos, construídos por lutas sociais emancipatórias. É a partir dessa concepção que o Observatório de Favelas busca desenvolver seus projetos e propor metodologias que sirvam de exemplo para a redução da violência e contribuam para a valorização da vida.



Secretaria Especial
dos Direitos Humanos



REDES DE VALORIZAÇÃO DA VIDA • RIO DE JANEIRO



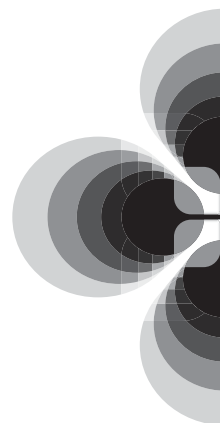
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

REDES DE VALORIZAÇÃO DA VIDA

RIO DE JANEIRO

REDES DE VALORIZAÇÃO DA VIDA

RIO DE JANEIRO



ORGANIZADOR

FERNANDO LANNES FERNANDES

REDES DE VALORIZAÇÃO DA VIDA

RIO DE JANEIRO



Secretaria Especial
dos Direitos Humanos



Rio de Janeiro · 2009



SUMÁRIO

Copyright © Observatório de Favelas do Rio de Janeiro
2009

Redes de valorização da vida – Rio de Janeiro / Fernando Lannes Fernandes (organizador). – Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2009.

172 p. ; 18 cm

Inclui bibliografia.

ISBN: 9788598881058

1. Serviço social com crianças – Rio de Janeiro. 2. Direitos das crianças – Rio de Janeiro. 3. Assistência a menores – Rio de Janeiro. 4. Adolescentes – Assistência em instituições – Rio de Janeiro. 5. Juventude – Aspectos sociais. 6. Juventude – Uso de drogas. I. Fernandes, Fernando Lannes.

CDD: 362.795

Todos os direitos desta edição reservados ao Observatório de Favelas do Rio de Janeiro.

Rua Teixeira Ribeiro, 535
Parque Maré • Maré
Rio de Janeiro • RJ • cep: 21044-251

www.observatoriodefavelas.org.br
contato@observatoriodefavelas.org.br

7	Apresentação
13	Redes de Valorização da Vida
41	A Rede Rotas: desafios e possibilidades do trabalho em rede
53	Ameaça de morte e tráfico: a experiência do Projeto Legal
67	Jovens em comunidades populares: inequidades, potencialidades e transformação social
81	II Vara da Infância e Juventude do Rio de Janeiro
85	Novas rotas, novos fluxos: a construção de uma rede psicossocial para álcool e outras drogas na cidade do Rio de Janeiro
97	O envolvimento de adolescentes com o tráfico de drogas: reflexões a partir da experiência do CAPS-ad Raul Seixas
111	Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania: a busca por possibilidades de encontros
129	Projeto Digai-Maré: jovens na rede do singular
141	Projeto de complementação alimentar e acompanhamento de crianças de baixo peso na Vila Olímpica da Maré
149	Instituto Vida Real: oferecendo oportunidades para jovens da Maré
157	Redes de Desenvolvimento da Maré: a experiência do projeto “Nenhum a Menos”

APRESENTAÇÃO

Esta publicação reúne artigos produzidos por organizações do Rio de Janeiro que, articuladas em rede, colaboraram com as ações desenvolvidas no âmbito do projeto Redes de Valorização da Vida, executado pelo Observatório de Favelas a partir de parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos através da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O projeto se desenvolveu em um contexto caracterizado por forte preocupação da sociedade civil organizada e das autoridades públicas com relação ao avanço contundente dos homicídios entre adolescentes e jovens nos últimos 20 anos. Este fenômeno tem se manifestado, em particular, nas favelas, periferias e outras áreas caracterizadas por forte estigmatização nos centros urbanos. Além disso, se observa um grau de maior exposição a situações de violência entre aqueles adolescentes e jovens que se envolvem em redes ilícitas, em particular o tráfico de drogas, o que tem mobilizado ações específicas destinadas a este grupo.

Em função disto, o projeto Redes de Valorização da Vida atuou no Rio de Janeiro e no Recife tendo em vista a articulação e o fortalecimento de redes locais no âmbito da política de proteção às crianças e adolescentes ameaçados de morte. Como estratégia, o projeto buscou difundir os

marcos conceituais e metodológicos do programa Rotas de Fuga, que desenvolveu entre 2004 e 2007, iniciativas dirigidas para crianças, adolescentes e jovens inseridos nas redes do ilícito, em particular o tráfico de drogas no varejo.

Um dos desdobramentos do Rotas de Fuga foi a criação de uma rede de instituições, denominada “Rede Rotas”, que tinha por objetivo articular organizações que atuassem direta ou indiretamente com adolescentes e jovens envolvidos em atividades ilícitas e que tivessem interesse em trabalhar em cooperação – fosse em processos reflexivos sobre seus campos de abordagem e pressupostos metodológicos, fosse a partir de situações concretas que demandassem algum tipo de encaminhamento.

No Rio de Janeiro, a proposta do projeto Redes de Valorização da Vida, no âmbito da difusão dos aprendizados do programa Rotas de Fuga, foi de potencializar a Rede Rotas como estratégia de fortalecimento da política de proteção às crianças e adolescentes ameaçados de morte no Rio de Janeiro. Partiu-se do entendimento de que essa rede de atores cumpria um papel importante no que tange ao atendimento de demandas e proposições de ações no campo da proteção e promoção de direitos de um grupo altamente vulnerável, especialmente à violência letal. Em função disto, os textos reunidos nesta publicação dialogam com a temática do envolvimento de crianças, adolescentes e jovens inseridos nas redes do ilícito. Este diálogo, todavia, extrapola o campo temático e se coloca, também, no campo político-institucional, revelando o lugar que essas organizações ocupam no debate político sobre o tema e o lugar que este tema, no olhar de cada uma delas, deve ocupar na agenda pública.

Por se tratar de uma publicação resultante de um projeto apoiado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, acredita-se que as questões aqui expostas sirvam de ponto de partida para o desenvolvimento de ações direcionadas para aqueles grupos que estão mais vulneráveis às violências e às violações de direito em função de estigmas relacionados a idade, gênero, raça, local de moradia e condição social. A conjunção destes fatores muitas vezes os coloca em condição de invisibilidade social e em segundo plano no debate público, sendo antes vistos como ameaça do que como ameaçados. Com efeito, o que se espera é fortalecer as ações já em curso – de governos e da sociedade civil –, destinadas à promoção e garantia de direitos e, ao mesmo tempo, estabelecer um olhar crítico sobre aquelas ações que estão focadas prioritariamente no controle, na contenção e na restrição ao exercício pleno da cidadania.

Os textos apresentam olhares variados sobre o envolvimento de adolescentes e jovens nas redes do ilícito a partir das experiências e campos de abordagem específicos de cada organização. Todavia, é possível identificar nas abordagens uma espécie de fio condutor que confere unidade discursiva em relação aos aspectos estruturais do fenômeno. Há que se reconhecer que essa amarração, por assim dizer, é resultado de um trabalho de articulação

destes atores em torno da Rede Rotas, que tem servido como espaço de articulação política e como ambiente favorável a reflexões no campo teórico-conceitual e metodológico.

Ao todo 11 organizações expuseram suas experiências, olhares e propostas nesta publicação. Os textos tratam de um mesmo tema, porém com abordagens diferenciadas. O primeiro deles, que abre a publicação, relata a experiência do Observatório de Favelas. Este texto de abertura situa melhor não apenas esta organização e sua experiência no campo da violência contra jovens, mas explícita, de maneira mais detalhada, o projeto Redes de Valorização da Vida.

Na seqüência, um texto apresenta a experiência da Rede Rotas, como forma de contextualizar o lugar de articulação das organizações que participam desta publicação. Neste texto, são apresentados os fundamentos da Rede Rotas, suas estratégias e as ações que vem desenvolvendo, permitindo, com isso, se fazer uma leitura de elementos que, em certa medida, estarão presentes nas reflexões que seguem, uma vez que a Rede Rotas é resultado de uma partilha metodológica, técnica e política entre as organizações que dela participam.

O terceiro texto apresenta a experiência do Projeto Legal, organização de direitos humanos que atua como centro de defesa dos direitos de crianças e adolescentes. O Projeto Legal mantém, em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, a gestão local do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAM). Esta organização, em sua atuação, tem um trabalho específico direcionado para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, tendo uma ampla experiência com adolescentes oriundos das redes do ilícito.

O quarto texto traz a experiência do Centro de Promoção da Saúde (CEDAPS). Esta ONG, que atua na área de promoção da saúde – especialmente saúde do adolescente –, desenvolveu metodologias de mobilização e articulação de adolescentes em comunidades populares, e tem conseguido desenvolver um trabalho que articula o protagonismo juvenil e a discussão de temas transversais à juventude, dentre eles, a questão da violência. A rede do CEDAPS tem sido bastante referenciada nas áreas onde atua, sendo, portanto, um importante ator na interface entre programas sociais e jovens, em comunidades populares.

Na seqüência do texto do CEDAPS, a IIª Vara da Infância e Adolescência do Rio de Janeiro, que tem sido um interlocutor importante no diálogo das organizações da Rede Rotas com o poder público, expõe uma questão de grande importância no que se refere à situação de adolescentes inseridos nas redes do ilícito. Trata-se da municipalização das medidas socioeducativas, que vem colocando em pauta a responsabilização do município no atendimento de adolescentes em conflito com a lei.

Os sexto e sétimo artigos são trazidos pelo CAPS-AD Raul Seixas e CAPS-AD Mané Garrincha - Centros de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas. Estes centros são unidades de saúde pública que têm cumprido um importante papel no atendimento das demandas na área de tratamento de drogas no município do Rio de Janeiro. Seu trabalho orientado para usuários de drogas tem sido uma importante referência para o trabalho das organizações que atuam na Rede Rotas, uma vez que é grande a necessidade de serviços nesta área entre os adolescentes envolvidos com o tráfico de drogas. Este, inclusive, tem sido um fator de influência para o ingresso ou permanência na rede do tráfico, o que tem levantado ainda mais a centralidade deste tipo de abordagem na construção de alternativas sustentáveis para aqueles que desejam sair. Os textos destas duas unidades abordam o desafio desta política governamental, os aprendizados adquiridos a partir da realidade das favelas do Rio de Janeiro e os desafios colocados.

O oitavo texto apresenta a experiência do NIAC (Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania), criado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro com o intuito de aproximar a comunidade acadêmica de comunidades populares do Rio de Janeiro. Em seu texto, a equipe do NIAC expõe uma visão bem particular sobre a situação de jovens nas redes do ilícito e apresenta sua experiência conjunto de favelas da Maré, dada especialmente a partir de sua vinculação à Rede Rotas.

O “Digaí Maré”, formado por um grupo de psicólogos, traz em seu texto o resultado de uma experiência inovadora: o trabalho de atendimento psicológico desenvolvido na comunidade de Nova Holanda, na Maré. Os desafios e aprendizados deste grupo, que se consolidou como grupo de referência na comunidade, são expostos no texto.

O décimo texto é da Vila Olímpica da Maré. Nele é apresentado um trabalho na área de nutrição direcionado a crianças com déficit nutricional. Esta experiência tem rendido bons frutos e, somada a outras, desenvolvidas pela Vila Olímpica, constitui um repertório de atividades oferecidas para a população da Maré. A Vila Olímpica tem sido um importante parceiro em nível local e tem buscado se envolver com a Rede Rotas como forma de qualificar seu trabalho e de compreender melhor o contexto que permeia as condições de vida dos moradores da Maré.

O texto seguinte relata um pouco da experiência do “Vida Real”, uma organização comunitária da Maré, criada em 2004, que atua junto a jovens envolvidos nas redes do ilícito. Trata-se da organização que, no Rio de Janeiro, o projeto Redes de Valorização da Vida atuou mais diretamente. O “Vida Real”, que também é membro da Rede Rotas, e que atuou em parceria com o programa Rotas de Fuga desde 2004, tem tido um importante papel em nível local. Sua participação na Rede Rotas tem sido uma importante estratégia de ampliação de seus canais de interlocução e de qualificação de sua intervenção.

Fechando a publicação, apresentamos o texto da organização Redes de Desenvolvimento da Maré (Redes), uma organização local que vem desenvolvendo importantes projetos, articulações e parcerias em interlocução com o poder público e comunidade. A Redes apresenta a experiência de um projeto, o “Nenhum a menos”, e explicita os aprendizados e desafios de se promover ações de promoção da cidadania entre grupos em situação de alta vulnerabilidade social.

Esperamos que o conjunto dos artigos apresentados nesta publicação possam servir como ponto de partida para reflexões de outras organizações e de governos em relação a iniciativas que possam ser desenvolvidas para jovens inseridos nas redes do ilícito. Como os textos demonstram, a complexidade do problema e os desafios postos requerem uma compreensão aprofundada dos contextos e processos que permeiam o ingresso destes adolescentes e jovens nas redes do ilícito. Isso implica, necessariamente, na valorização do trabalho em rede e na integração de distintas iniciativas, de modo a abranger a diversidade de questões que permeiam a vida destes adolescentes e jovens.

INTRODUÇÃO

Redes de Valorização da Vida

Traçando estratégias de prevenção à violência
e criação de alternativas entre adolescentes
e jovens no Rio de Janeiro e Recife

Este texto tem por objetivo apresentar a experiência do Observatório de Favelas no âmbito do tema da violência contra adolescentes e jovens, com um olhar específico para as lições aprendidas no projeto Redes de Valorização da Vida, desenvolvido entre dezembro de 2007 e maio de 2009, com o apoio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, através da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O projeto Redes de Valorização da Vida teve o papel de difundir para organizações parceiras do Rio de Janeiro e de Recife, a metodologia desenvolvida pelo Observatório de Favelas entre os anos de 2004 e 2007 no programa Rotas de Fuga a partir de um trabalho voltado para a prevenção e a criação de alternativas sustentáveis para adolescentes e jovens envolvidos nas redes do ilícito. Procurou-se ainda contribuir com a Política de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte nas áreas de sua intervenção, através da articulação e do fortalecimento de redes pautadas na valorização da vida.

O OBSERVATÓRIO DE FAVELAS: TRILHANDO CAMINHOS PARA O DIREITO À CIDADE

O fenômeno da favelização nas cidades brasileiras tem se colocado como um dos grandes desafios para a nossa sociedade. Expressão material e simbólica das profundas desigualdades sociais que marcam a sociedade brasileira, as favelas constituem, desde a sua origem, espaços que exprimem as contradições da urbanização socialmente desigual e, ao mesmo tempo, a capacidade criadora e de superação de seus moradores, expressa a partir de um conjunto de experiências culturais, econômicas e sociais que singularizam as favelas enquanto território da dialética entre alegria e dor na cidade.

A história das favelas confunde-se com a história das cidades, sendo elas um produto indissociável dos modelos de produção do urbano na sociedade brasileira. Por esta razão, pensar as favelas é pensar a cidade, na sua totalidade e complexidade. Apesar disso, não tem sido desta maneira que as favelas têm sido identificadas e tratadas ao longo de sua história. Marcada por um processo sistemático de estigmatização e distanciamento, as favelas têm sido concebidas como um problema: seja à luz da estética da paisagem, segundo a qual sua forma e suas expressões simbólicas e materiais não encontram lugar numa concepção ordenada e elitizada de cidade, seja à luz do lugar social de seus moradores, cuja estigmatização mais recorrente tem sido a sua identificação como criminosos ou cúmplices destes.

A estigmatização, somada ao lugar de menor valor simbólico e econômico na cidade, contribuíram muito para a fragilização destes territórios, que no decorrer de sua trajetória, pouco puderam contar com investimentos públicos e privados que lhes pudessem ajudar a reduzir as distinções territoriais em relação ao conjunto da cidade. Como resultado, observa-se a reprodução da desigualdade no plano da localização e oferta dos equipamentos e serviços públicos, assim como indicadores sociais inferiores a outras áreas da cidade.

Apesar de ter sido alvo de inúmeros processos repressivos, que visavam ora seu controle social, ora sua eliminação, culminando em sua precarização, as favelas atravessaram mais de 100 anos resistindo às investidas dos setores mais retrógrados da sociedade. Deve-se aos seus moradores um conjunto de melhorias e de soluções encontradas em um ambiente de escassez e limitação de recursos. Da autoconstrução, à prestação de serviços no mercado informal e à produção artística, os moradores das favelas buscaram soluções para seus problemas dentro daquilo que lhes era possível. A dificuldade em melhorar as condições de vida, todavia, esbarrou nas limitações políticas e sociais de cada período de sua existência.

Ao longo dos anos 80 e 90, uma conjunção de fatores acirrou as contradições entre alegria e dor nas favelas. Ao mesmo tempo em que se acompanha um processo marcante de

melhoria das condições sociais, com investimentos em equipamentos públicos, saneamento, rede elétrica e telefonia, além de uma melhoria nos indicadores sociais, observa-se o crescimento e fortalecimento de grupos criminosos armados que passam a se territorializar naquelas áreas tendo como principal atividade o comércio varejista de drogas ilícitas. Com efeito, esse processo impulsionou ações repressivas do Estado, que eclodiram no aumento da violência policial e numa crescente criminalização dos moradores de favelas, especialmente os mais jovens, identificados como “traficantes” ou “potenciais criminosos”.

Esse misto de “ganhos e perdas” não apenas aumentou as contradições como também revelou à cidade uma favela até então percebida apenas como um problema estético e imobiliário. Com isso, a favela passa a adquirir uma centralidade nunca antes vista nos debates sobre problemas urbanos, realimentando velhos mitos sobre sua composição social e as soluções que deveriam ser implementadas visando o controle de seu crescimento, a melhoria das condições de vida de seus moradores e o enfrentamento da criminalidade. De grupos mais progressistas aos mais conservadores, foram propostas ações, implementadas intervenções e alimentadas esperanças em torno de uma cidade melhor, cuja utopia era atravessada por distintos cenários: fosse uma cidade limpa e socialmente ordenada, livre das favelas – na visão dos mais conservadores –, fosse uma cidade mais democrática, aberta às diferenças, menos desigual – na perspectiva dos grupos mais progressistas.

O Observatório de Favelas surge no âmbito dessas mudanças e da construção de utopias urbanas possíveis para o Rio de Janeiro e outras cidades brasileiras. Cientes de que as favelas deveriam não apenas ser pensadas como cidade, como também deveriam ser um lugar a partir do qual é indispensável pensar soluções para a cidade, seus fundadores criaram a instituição com a expectativa de que esta fosse uma referência na construção de novos olhares sobre as favelas e de proposição de políticas públicas para a cidade. Ao valorizar a presença e participação de quadros de origem popular, o Observatório de Favelas, desde sua fundação, buscou estabelecer nexos entre o possível e o utópico, na perspectiva de uma cidade mais justa, democrática e onde as favelas sejam reconhecidas como parte integrante e indissociável do tecido espacial e social da cidade.

A origem do Observatório de Favelas remete à constituição do CEASM – Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré¹, criado em 1997 por moradores e ex-moradores da Maré que, tendo alcançado o Ensino Superior, se organizaram em torno da criação de uma organização que estivesse voltada para iniciativas no campo da educação e da pesquisa sobre a realidade social da Maré. Em 2000 o CEASM realizou aquele que pode ser considerado o primeiro censo realizado por uma organização comunitária no Brasil. O “Censo Maré 2000” foi base para o levantamento de importantes informações que permitiram uma reflexão mais aprofundada sobre a Maré e o desenvolvimento de ações mais focalizadas, tanto por parte do CEASM, quanto por parte de outras organizações sociais e do Governo. O censo foi formulado e coordenado por pessoas que mais tarde atuariam diretamente na criação do Observatório de Favelas. No processo de desenvolvimento do censo, foi criado um grupo formado por pesquisadores de origem popular, com vínculo universitário, moradores da Maré, que deram origem ao “Observatório Social da Maré”, núcleo de referência que serviu de inspiração para uma iniciativa independente e com escala ampliada de atuação. Foi assim que em 2001, abrigado como um programa do Instituto de Estudos Trabalho e Sociedade – IETS, com o apoio institucional da Fundação Ford, foi criado o “Observatório Social de Favelas”, sob coordenação de Jailson de Souza e Silva. A partir de agosto de 2003, em função da ampliação progressiva de suas ações, tornou-se uma entidade autônoma, estando constituída como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, adotando o nome de “Observatório de Favelas do Rio de Janeiro”, ou, simplesmente, “Observatório de Favelas”.

A entidade é integrada por pesquisadores e estudantes vinculados a diferentes instituições acadêmicas e organizações comunitárias. Seus principais coordenadores são moradores ou ex-moradores de espaço populares do Rio de Janeiro que atingiram uma formação universitária e conseguiram preservar seus vínculos e identidades com seus territórios de origem.

Ao contrário de outras entidades que atuam na “ponta”, com foco no atendimento direto, o Observatório de Favelas tem como estratégia fundamental a formulação e o desenvolvimento de metodologias que possam se tornar políticas públicas, bem como o monitoramento e a avaliação de políticas sociais. Para tanto, a organização tem como princípio metodológico o estímulo ao trabalho em rede, entendendo que esse é o melhor caminho para formular, implantar e difundir práticas “exemplares”, que possam servir como referência para a formulação de ações mais abrangentes e regulares assumidas pelo Estado.

No processo de construção de sua identidade institucional, o Observatório de Favelas definiu como eixos centrais de atuação o trabalho com três temas entrelaçados: Políticas Sociais; Violência Urbana, em particular a letal, e Direitos Humanos; sendo os territórios

1. O CEASM foi extinto em 2007, dando origem a outra organização, a “Redes de Desenvolvimento da Maré – REDES da Maré”.

populares o espaço privilegiado de atuação nesses campos. Esses temas são desenvolvidos a partir de quatro estratégias: a formação de quadros técnicos e políticos nas comunidades populares; a produção de informações sobre o espaço urbano, em particular sobre os territórios populares; a comunicação, através de variadas linguagens, estudos e experiências desenvolvidas em favelas e periferias; e a assessoria a grupos comunitários locais e órgãos públicos, em especial na elaboração de diagnósticos sociais e implantação de projetos de proteção à vida. Estas estratégias estruturam-se em torno de três vertentes que hoje organizam e orientam as ações da organização: Direitos Humanos, Desenvolvimento Territorial e Comunicação e Cultura.

O OBSERVATÓRIO DE FAVELAS NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA URBANA

Desde a sua fundação, o Observatório de Favelas tem atuado no campo dos Direitos Humanos partindo da premissa de que não há condições nos grandes centros urbanos do País de tratar de políticas sociais sem considerar o quadro de violência, em especial, as formas de violência que atingem os moradores dos espaços populares. Nesse sentido, a instituição tem desenvolvido estudos e proposições de políticas a partir do eixo de valorização da vida, visando a formulação de estratégias de enfrentamento da violência urbana que reúnam a Sociedade Civil e o Estado e que tenham potencial para se constituir em políticas públicas.

A atuação do Observatório nesta área estrutura-se a partir do reconhecimento da violência letal como um grave problema no Brasil, que obstaculiza o desenvolvimento social, econômico e humano. A violência letal e o conjunto de fatores a ela associados, dificulta o exercício da cidadania e as perspectivas de uma vida melhor para grande parte da população do país, em especial os adolescentes e jovens moradores de áreas fortemente estigmatizadas, como as favelas, onde a incidência da violência letal tem sido mais severa. Nos últimos 20 anos, os homicídios de adolescentes e jovens aumentaram de maneira brutal, revelando que a melhoria relativa das condições de vida observada neste período, no que tange ao acesso a serviços e equipamentos públicos, vem sendo

obscurecida pelos efeitos da violência. Muitos jovens que sobreviveram à mortalidade infantil hoje têm suas vidas perdidas pela força das armas de fogo, que respondem pela maior parte dos casos de homicídio.

A compreensão mais apurada do fenômeno deve levar em conta a existência de disparidades socioespaciais no interior das cidades que historicamente tem se refletido em uma ação diferenciada do Poder Público em determinados territórios. Também, cada vez mais, a violência é produzida pelos próprios adolescentes e jovens, em especial por integrantes de facções rivais que disputam entre si áreas de influência, mercado e poder. Esse fato amplifica a escala e a gravidade dos conflitos. Uma das principais causas das mortes provocadas e sofridas por adolescentes e jovens é o fato de os grupos criminosos usarem a demarcação territorial como estratégia na disputa por poder. Os mecanismos utilizados por eles para estabelecer limites e demarcação de seus lugares e, por conseguinte, suas fronteiras reais e simbólicas, acabam definindo a sua identidade e o seu campo de ação.

No Rio de Janeiro, a principal atividade desses grupos ainda é o tráfico de drogas ilícitas no varejo. No entanto, eles vêm ampliando seu leque de atuação, através do desenvolvimento de outras atividades nos territórios dominados como: venda de gás; transporte alternativo; segurança privada, etc. Tais grupos têm funcionado para muitos jovens como rede de socialização, reconhecimento e visibilidade social. Além disso, muitas vezes são compreendidos como uma alternativa para o acesso ao consumo a partir da realização de atividades ilícitas.

Com efeito, uma das questões centrais no âmbito das reflexões e proposições que o Observatório vem produzindo diz respeito à territorialização de grupos criminosos armados em favelas e outras áreas segregadas das cidades, onde há baixo poder de regulação da vida social pelo Estado, caracterizadas por um déficit histórico de investimentos por parte deste e pela fragilidade da presença de suas instituições². Nestas áreas, o domínio territorial empreendido por grupos criminosos armados tem se manifestado como o principal obstáculo ao desenvolvimento da cidadania, à consolidação da democracia e da efetivação dos direitos. O Observatório compreende e acredita que somente uma presença efetiva do Estado, com o conjunto de suas instituições, e a partir do reconhecimento dos moradores de favelas como cidadãos plenos, será capaz de criar as possibilidades de um novo cenário para estas áreas.

Neste contexto, o Observatório busca chamar a atenção não apenas para os efeitos dos processos de territorialização dos grupos armados nas áreas onde atuam, como também procura identificar os segmentos que se encontram em situação de maior fragilidade. A análise dos dados sobre letalidade no Brasil, por exemplo, evidenciam uma forte exposição de jovens negros do sexo masculino a esta forma de violência.

A situação dos jovens envolvidos nas redes do ilícito – das quais se destaca a do tráfico de

drogas no varejo –, tem mobilizado a sociedade e o Estado em duas direções antagônicas. Por um lado, se estabelecem ações de controle e contenção sócio-espacial, cujo resultado tem sido políticas que concebem o jovem como potencial criminoso, manifesta pela violência indiscriminada empreendida por forças de segurança pública que atuam pautadas na lógica do confronto e da “guerra às drogas” e por projetos de caráter assistencialista cuja motivação é impedir seu ingresso no crime, percebido como destino quase “natural”. De outro, se estruturam ações voltadas para a promoção e garantia de direitos, buscando romper com os processos de estigmatização e criminalização, percebendo estes jovens como cidadãos destituídos de oportunidades, cujo desafio de superação das lacunas se coloca no campo da criação de alternativas e de sua inserção efetiva na vida da cidade.³

Para esse segundo campo de abordagem, no qual o Observatório de Favelas se insere, tem se colocado o desafio de se pensar políticas e ações focalizadas, mas que ao mesmo tempo se estruturam a partir da perspectiva de universalização de direitos. Com efeito, ao longo de sua história, o Observatório organizou estudos e pesquisas voltados para uma melhor compreensão das condições de vida e reais demandas de adolescentes e jovens envolvidos em redes ilícitas, ao mesmo tempo em que reconhecia a necessidade de se pensar políticas estruturantes, no campo da segurança pública vista como segurança cidadã, ou seja, a segurança em todas as suas dimensões, e colocada de maneira igual para todos na cidade. Assim, pensar segurança nas favelas representa para o Observatório pensar ações que se estruturam a partir da promoção dos direitos em sua integralidade e indivisibilidade. Trata-se, em síntese, da produção de um olhar sobre o enfrentamento da violência na perspectiva dos Direitos Humanos – elemento que estrutura as ações e reflexões da instituição.

A INTERVENÇÃO DO OBSERVATÓRIO NO ÂMBITO DA VIOLÊNCIA CONTRA ADOLESCENTES E JOVENS

Com base no cenário apresentado, o Observatório de Favelas, desde a sua origem, vem buscando desenvolver ações e articular atores na busca por soluções que contribuam para o enfrentamento do quadro de

2. SILVA, Jailson de Souza; FERNANDES, Fernando Lannes & WILLADINO, Raquel (2008). Grupos Criminosos Armados com Domínio de Território. Reflexões sobre a Territorialidade do crime na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In JUSTIÇA GLOBAL (org). *Segurança, Tráfico e Milícias no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, pp. 16-24

3. FERNANDES, Fernando Lannes (2009). *Violência, medo e estigma. Efeitos sócio-espaciais da “atualização” do “mito da marginalidade” no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ.

violência urbana e de violação dos direitos dos moradores de espaços populares e, em especial, de crianças, adolescentes e jovens. São três as ações estruturantes que o Observatório desenvolveu no âmbito desta problemática: o Programa Rotas de Fuga, o Projeto Redes de Valorização da Vida e o Programa de Redução da Violência Letal contra adolescentes e jovens.

No campo específico de atuação que diz respeito à situação de crianças, adolescentes e jovens envolvidos em redes ilícitas, o Observatório de Favelas desenvolveu, entre 2004 e 2007, o programa Rotas de Fuga.

O Programa “Rotas de Fuga” previa a elaboração, implementação e sistematização de metodologias que contribuíssem para o enfrentamento ao ingresso e participação de crianças, adolescentes e jovens em atividades ilícitas, e em particular, no tráfico de drogas no varejo. Este programa se estruturou a partir dos desdobramentos de uma reflexão que se inicia em 2001, quando a equipe que hoje compõe o Observatório⁴ realizou um diagnóstico rápido sobre o trabalho de crianças no tráfico de drogas sob encomenda da OIT⁵. Tal diagnóstico permitiu a inserção do Observatório em um debate pouco amadurecido no cenário nacional, e criou as bases para a formulação do programa Rotas de Fuga, que teve início em 2004, estruturando-se em torno de quatro eixos:

1. Um trabalho de **pesquisa** longitudinal – envolvendo 230 crianças, adolescentes e jovens que trabalhavam na rede do tráfico em 34 favelas do Rio – que teve como objetivo compreender a dinâmica da rede social do tráfico de drogas tendo em vista obter subsídios para o desenvolvimento de ações voltadas para a prevenção e a criação de alternativas sustentáveis ao trabalho de crianças, adolescentes e jovens em redes ilícitas.
2. Ações de **sensibilização** da sociedade sobre o fenômeno da violência letal contra crianças, adolescentes e jovens, visando criar um ambiente favorável à construção de alternativas não-violentas e à valorização da vida, especialmente no que se refere ao combate ao tráfico de drogas no varejo nos grandes centros urbanos.
3. Ações de **prevenção** por meio do projeto denominado “*Rede de apoio integral a famílias socialmente vulneráveis*”, que desenvolveu ações integradas de caráter educacional, profissionalizante e psicossocial junto a famílias em situação de vulnerabilidade social em áreas selecionadas do Complexo da Maré.
4. Formulação de uma metodologia destinada à **criação de alternativas** sustentáveis para crianças, adolescentes e jovens inseridos em redes ilícitas, e em especial no tráfico de drogas, que manifestaram o desejo de sair desta rede.

4. O Observatório de Favelas, como foi mencionado no histórico da instituição, se institucionaliza em 2003. Antes disso, funcionava como um programa vinculado ao Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, IETS.

5. SILVA, Jailson de Souza e & URANI, André (2002) *Crianças no Narcotráfico: um diagnóstico rápido*. Brasília: Organização Internacional do Trabalho; Ministério do Trabalho e Emprego.

A partir destes quatro eixos, foram priorizadas duas estratégias:

1. A integração e o fortalecimento de uma ampla rede que materialize de forma plena o sistema de garantia dos direitos da criança e adolescente, e que tenha o papel logístico de atender às demandas de crianças, adolescentes e jovens de espaços populares e suas famílias;
2. A sensibilização, mobilização e articulação de diferentes setores da sociedade tendo em vista a elaboração e proposição de políticas públicas para o enfrentamento do trabalho de crianças, adolescentes e jovens na rede ilícita.

Nesta perspectiva, a identificação e integração das ações existentes foi fundamental para criar formas inovadoras de enfrentamento ao tráfico de drogas e às graves conseqüências que ele traz para os moradores dos espaços populares, como os altos índices de letalidade de adolescentes e jovens.

A partir desta premissa, o Observatório tem se esforçado em um amplo movimento que potencialize a aproximação e a troca entre diferentes experiências de pesquisa e intervenção desenvolvidas em favelas onde crianças, adolescentes e jovens têm sido atingidos de maneira sistemática pela violência, visando produzir novas formas de abordagem dos fenômenos assinalados que tenham como princípio fundamental a valorização da vida. Consideramos que é necessário qualificar as ações já existentes, para, a partir daí, articulá-las e fortalecer uma rede integrada.

Um dos desdobramentos do programa Rotas de Fuga foi a articulação da Rede Rotas, que reúne organizações do Rio de Janeiro que atuam direta ou indiretamente com a temática de adolescentes e jovens envolvidos nas redes do ilícito. A Rede Rotas tem exercido um papel importante no que se refere ao fortalecimento de ações específicas direcionadas para a criação de alternativas. Ao longo do ano de 2008, a Rede Rotas se organizou em torno da necessidade de maior aproximação e articulação de ações em um território específico, tendo sido a Maré a área escolhida. Ali se estabeleceu contato com organizações locais, dentre ONGs e escolas, que têm possibilitado o desenvolvimento de atividades de sensibilização e formação até o momento atual.

Um dos aspectos mais relevantes observados na dinâmica de vida dos jovens envolvidos nas redes do ilícito e da própria dinâmica de vida dos jovens que vivem nas áreas estigmatizadas dos grandes centros urbanos, diz respeito aos altos índices de letalidade. Este quadro, evidenciado tanto pela pesquisa direta com jovens do tráfico, como pelas experiências das organizações parceiras da Rede Rotas e outras redes com as quais o Observatório de Favelas se relaciona, tem mobilizado a organização para uma reflexão mais direcionada para o fenômeno dos homicídios de adolescentes e jovens. Partindo, assim, dos marcos conceituais e metodológicos aprendidos e desenvolvidos no programa Rotas de Fuga, o Observatório se dedica, a partir de 2007, à construção de um programa voltado para a redução da violência letal contra crianças, adolescentes e jovens, especialmente os que vivem em favelas e periferias de áreas metropolitanas brasileiras.

O reconhecimento da gravidade do problema da violência letal entre jovens moradores de espaços populares tem se colocado como um desafio para o Observatório de Favelas e sua rede de parceiros. O alto grau de exposição dos jovens moradores de favelas à violência, dada a sua condição estigmatizada, se coloca de uma maneira ainda mais dramática para aqueles envolvidos com as redes ilícitas, como demonstrou a experiência do Rotas de Fuga. Em função disso, o Observatório de Favelas formulou duas novas ações voltadas para o enfrentamento da letalidade de adolescentes e jovens no Brasil: o Projeto Redes de Valorização da Vida, que originou esta publicação, e o Programa de Redução da Violência Letal contra adolescentes e jovens, que teve início no segundo semestre de 2007.

O Programa de Redução da Violência Letal contra adolescentes e jovens no Brasil é coordenado pelo Observatório de Favelas, desenvolvido em parceria com o Laboratório de Análise de Violência da UERJ e conta com o apoio do UNICEF, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e da ICCO. Está estruturado em três grandes eixos:

1. articulação política/*advocacy* nacional;
2. produção de indicadores visando à construção de mecanismos de monitoramento da letalidade de adolescentes e jovens que possam subsidiar políticas públicas preventivas;
3. levantamento, análise e difusão de metodologias de prevenção e redução da violência letal desenvolvidas em 11 regiões metropolitanas.

O PROJETO REDES DE VALORIZAÇÃO DA VIDA

Neste contexto, o projeto Redes de Valorização da Vida se insere dentro de uma estratégia articulada entre a difusão dos marcos conceituais e metodológicos desenvolvidos pelo

Programa Rotas de Fuga – vinculada ao fortalecimento de organizações parceiras locais – e a estruturação de novas práticas voltadas para a prevenção da violência letal.

Em 2008, o Programa Rotas de Fuga se encontrava em um momento de ampliação. A expectativa do Observatório de Favelas quanto à metodologia desenvolvida no Rotas de Fuga, era a de que ela pudesse ser difundido e monitorado, cabendo sua execução a organizações parceiras que estivessem voltadas para a intervenção direta junto a crianças, adolescentes e jovens envolvidos em redes ilícitas e que tivessem como principal objetivo prevenir e criar alternativas sustentáveis para este público. Nesta perspectiva, o Observatório de Favelas estabeleceu uma parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, no âmbito do projeto Redes de Valorização da Vida, com o intuito de se disseminar os marcos conceituais e metodológicos do programa Rotas de Fuga como estratégia de fortalecimento da política de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte no Recife e no Rio de Janeiro.

O projeto Redes de Valorização da Vida teve como objetivo o desenvolvimento das seguintes ações:

1. Transferir a metodologia a partir de um processo de formação;
2. Realizar o monitoramento do processo e a avaliação de seus resultados junto à organização receptora e;
3. Trabalhar para a articulação, sensibilização e o fortalecimento de redes que contribuíssem com as políticas de proteção e promoção de direitos de crianças, adolescentes e jovens mais vulneráveis à violência letal.

Como a proposta do projeto era a difusão dos marcos conceituais e metodológicos do programa Rotas de Fuga como estratégia de fortalecimento da política de proteção a criança e adolescentes ameaçados de morte, as ações no Rio e no Recife tiveram por base, primeiramente, a seleção de uma organização local que estivesse aberta a esse processo de troca e, ao mesmo tempo, que incorporasse o desafio de se pensar ações em torno da prevenção da violência e da criação de alternativas. No Rio de Janeiro, a organização parceira foi o Instituto Vida Real,

que atua desde 2005 na Maré, onde desenvolve trabalhos junto a adolescentes e jovens envolvidos com as redes do ilícito. Trata-se de uma organização com forte enraizamento local e excelente reputação na comunidade, mas que carecia de uma maior estruturação de sua abordagem metodológica.

O Vida Real já mantinha relações de trabalho, de articulação local e de identificação política com o Observatório de Favelas, tendo tido um forte diálogo com a equipe do Rotas de Fuga desde 2004, encaminhando grande parte de seus participantes. Portanto, sua escolha se deve à inserção de referência que mantém nas comunidades da Maré, à abertura apresentada para a incorporação da metodologia do Rotas de Fuga e a demandas levantadas no campo da qualificação técnica.

No Recife, a organização parceira foi o Núcleo Educacional Irmãos Menores de Francisco de Assis (NEIMFA), que atua na favela do Coque há mais de uma década. Ali, o desafio era uma aposta da instituição em querer incorporar de maneira mais estruturada e sistemática, um debate sobre a violência letal em sua abordagem, haja vista o cenário marcantemente violento do Recife – que ocupa as primeiras posições nos índices de letalidade entre as capitais brasileiras.

A aproximação entre o NEIMFA e o Observatório de Favelas também foi anterior ao projeto Redes de Valorização da Vida tendo se iniciado em 2006, através da colaboração em alguns eventos chamados de “Ciranda Filosófica”, organizados pelo departamento de Filosofia da UFPE. As aproximações subsequentes se deram em razão de uma identidade política e social com esta instituição.

Desde então existe o apoio do Observatório de Favelas a uma série de iniciativas, projetos, debates e movimentos juvenis nos quais o NEIMFA participa ou promove. A partir desta relação, gradativamente o NEIMFA foi incorporando uma reflexão mais voltada para a violência local – principalmente entre os jovens – e a temática de Direitos Humanos que já trabalhavam a partir do foco da formação humana. A parceria que buscamos no campo da reflexão sobre a violência urbana, foi sendo construída gradativamente, no dia a dia das práticas e ações em desenvolvimento, já que este tema não era central para a organização em seus projetos anteriores, embora a vivência da violência no Coque sempre tenha atravessado o cotidiano da instituição.

OS MARCOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS DIFUNDIDOS NO ÂMBITO DO PROJETO REDES DE VALORIZAÇÃO DA VIDA

A difusão dos marcos conceituais e metodológicos desenvolvidos pelo programa Rotas de Fuga foi a estratégia adotada para o diálogo entre o projeto Redes de Valorização da

Vida e as organizações parceiras. A partir dos marcos conceituais e metodológicos, poder-se-ia não apenas apresentar as lições aprendidas e os acúmulos do Rotas de Fuga, como também ter contato com a visão que cada organização mantinha sobre conceitos e métodos que a equipe do projeto entendia que eram centrais para o fortalecimento da ação daquelas organizações.

Os marcos conceituais e metodológicos foram difundidos através de um conjunto de atividades que envolveram os gestores, técnicos e educadores das organizações, além de um trabalho específico desenvolvido junto aos adolescentes e jovens através de oficinas temáticas. Foram realizados ciclos formativos que possibilitaram a troca entre a equipe do RVV e das organizações parceiras. Numa perspectiva dialógica estes ciclos formativos, conduzidos pela equipe do Projeto Redes de Valorização da Vida, partem do reconhecimento de que um dos grandes aportes do programa Rotas de Fuga reside em seu campo conceitual. Assim, as atividades de formação prevêm a qualificação de todos os atores envolvidos, bem como o fortalecimento da intervenção das instituições parceiras a partir da disseminação de conceitos e estratégias metodológicas. Os temas e as formas de abordagem dos mesmos nos ciclos formativos foram parte de um plano, decidido em conjunto, a partir das demandas e interesses de ambas as instituições, havendo, por esta razão, uma conjugação entre os marcos conceituais e metodológicos apresentados pelo RVV e temas específicos levantados pelas organizações.

OS MARCOS CONCEITUAIS

Os marcos conceituais dizem respeito aos conceitos, temas e pressupostos que sustentaram as ações do Rotas de Fuga. Estes marcos orientaram o trabalho da equipe tendo como elemento central o reconhecimento do adolescente e jovem como um sujeito de direitos, inserido em um contexto social específico cujas demandas e intervenções deveriam se dar em torno do reconhecimento de suas especificidades e do entendimento de que o trabalho em rede e a mobilização das disposições subjetivas dos jovens eram aspectos indispensáveis para a criação de alternativas.

Favela e Cidade

As favelas foram, historicamente, objeto de um olhar homogeneizador, com base em pressupostos *sociocêntricos*. Essa homogeneização se manifesta quando, nos estudos e/ou ações nas favelas, se desconsidera a historicidade e a especificidade de cada espaço popular, as formas de resolução dos conflitos cotidianos e, sobretudo, os diversos grupos sociais que as constituem. Por outro lado, o *sociocentrismo* afirma-se quando as práticas individuais e coletivas nos espaços populares são avaliadas a partir de parâmetros afirmados pelos grupos sociais com maior poder econômico, político e cultural da cidade. As favelas passam a ser caracterizadas pelo que, aparentemente, elas não teriam em termos materiais e/ou culturais da urbanidade. Os discursos da “carência” e da “ausência” permanecem exageradamente fortalecidos.⁶

O Observatório de Favelas sustenta a busca de novos olhares sobre esses espaços, bem como a necessidade de superação dos estereótipos construídos em torno das favelas e ainda da idéia de favela contrapondo-se à idéia de cidade. Assim, procura-se desenvolver uma percepção da favela como lugar da diversidade, da alegria e da dor, da criação de sentidos, valores, saberes e práticas.

Nesse sentido, trabalhamos com a idéia de cidade acessível a todos, como espaço que deve proporcionar o debate político e a participação dos cidadãos nas diversas esferas de decisão. A cidade entendida como lugar do encontro, das tensões, da alteridade. Desse modo, investimos em um debate amplo sobre um novo projeto de cidade que rompa com a lógica da “cidade partida”, a cisão entre “favela” e “asfalto”, a hierarquização do valor da vida e da cidadania.

É preciso reconhecer que só pode haver uma cidade e um cidadão, a partir de uma nova apropriação do espaço urbano que incorpore os espaços populares no centro de uma agenda política voltada para a superação das desigualdades sociais.

Presentificação e Particularização da existência

Em diversas metrópoles brasileiras, a população vem estreitando, progressivamente, seus tempos e espaços existenciais. Esse movimento se manifesta através de dois tipos de práticas sociais: a *presentificação* e a *particularização*. No caso do primeiro termo, podemos defini-lo como uma prática social dominada pela cotidianidade. Envolve a construção de estratégias de vivências centradas no imediato. A *particularização* significa o estreitamento das referências temporais e se associa ao particularismo espacial. A vivência em um território restrito, sem parâmetros mais abrangentes de inserção na cidade, contribui para que o *lugar* seja o ponto de partida e de chegada da existência.⁷

6. SILVA, Jailson de Souza & BARBOSA, Jorge Luiz (2005). *Favela: alegria e dor na cidade*. Rio de Janeiro: Editora SENAC.

7. SILVA, Jailson de Souza (2002). *Um espaço em busca de seu lugar: as favelas para além dos estereótipos*. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia/Universidade Federal Fluminense. Território. Territórios. Niterói: EdUFF.

8. RITS. *O que são redes? Rede de informações para o terceiro setor*. AMARAL, Vivianne. Desafios do trabalho em rede. Rio de Janeiro, 2008; AYRES, Bruno R. C. *Redes Organizacionais no Terceiro Setor - um olhar sobre suas articulações*. Rio de Janeiro, 2008. Disponíveis no site: Rede de Informações para o Terceiro Setor (www.rits.org.br).

Os moradores da favela, muitas vezes, não se reconhecem, como integrante da cidade em sua dimensão política. Nesse processo, muitos deles tendem a basear sua vivência na adesão a regras particulares de convivência, que dificultam a construção de uma dimensão plena de cidadania. A democracia se fragiliza e torna-se cada vez mais raro o contato com a diferença, com o *outro*. Há uma progressiva perda, então, do sentido da vida coletiva. Sua conseqüência é o aumento da intolerância, da sensação de insegurança, além da dificuldade em incorporar uma ética de responsabilidade em relação ao espaço público.

A *presentificação* e a *particularização* da existência são práticas sociais que contribuem para a (re)produção da desigualdade social e para o estreitamento do campo de possibilidades sociais dos moradores dos espaços populares, em particular os jovens. O estreitamento das referências temporais e espaciais dos adolescentes e jovens limita sua circulação pela cidade e o estabelecimento de novas redes sociais. Por isso, a intervenção proposta desenvolveu estratégias que possibilitassem a ampliação da relação dos adolescentes e jovens com o tempo e com o espaço, contribuindo assim para a ampliação de suas redes sociais e para o exercício do direito à cidade.

Trabalho em Rede

As chamadas “redes” são sistemas organizacionais flexíveis e cadenciados, capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de objetivos e/ou temáticas comuns. As redes se estabelecem e se sustentam em relações horizontais e em dinâmicas que supõem o trabalho colaborativo e participativo, a partir da vontade e da afinidade entre seus integrantes, se constituindo como um significativo recurso, tanto para as relações pessoais, quanto para a estruturação social como um todo.⁸

O trabalho em rede estaria, portanto, diretamente relacionado à articulação entre os diversos campos da sociedade, tais como a escola, as instituições presentes dentro e fora das comunidades, à rede de amigos e de apoio dos participantes, a família, a rede de serviços oferecidos, entre outros. Desse modo, parte-se da compreensão de que a mudança da realidade local e da cidade implica na produção de iniciativas articuladas e abrangentes, que envolvam diferentes atores sociais em sua

construção. Assim, para que as nossas ações ganhem sustentabilidade, visibilidade e força política, entendemos a construção, a expansão e o fortalecimento de redes como uma estratégia metodológica essencial.

O tráfico de drogas

Trabalha-se com uma compreensão ampliada do tráfico de drogas enquanto uma rede social, com extensas ramificações, que na maior parte das vezes extrapola o comércio de drogas ilícitas. Por conta disso, o Observatório de Favelas opta por utilizar o termo “Grupos criminosos armados com domínio de território”.

Em relação à dinâmica da vida no tráfico, identifica-se que o ingresso e permanência de adolescentes e jovens nesta atividade devem ser entendidos como algo que extrapola a visão simplista de que isso ocorra em função de sua condição de pobreza, ou pelo fato de se morar em uma favela ou área periférica dos grandes centros. Não se desconsidera que alguns elementos de ordem estrutural contribuam ao ingresso no tráfico, mas sozinhos, sem que se conheça o processo, extremamente complexo de ingresso, permanência e afastamento do tráfico, esses elementos não dizem muito. No entanto, o imaginário coletivo da maior parte da população relaciona os jovens de comunidades populares à situação de extrema pobreza e, portanto, com elevadas chances de se envolver em atividades ilícitas. O tráfico é apresentado, então, como a “única” saída que lhe resta, um forte agente local que “alicia” jovens e adolescentes para o cumprimento de tarefas em seus postos de trabalho. Essa lógica vem se mostrando limitada para explicar a conjuntura e a estrutura do tráfico de drogas na cidade, e daí a importância em se aprofundar a compreensão sobre estes grupos e sua dinâmica.

Cidadania/Sujeito de Direitos

A Cidadania é um reconhecimento político, social e jurídico de homens e mulheres no qual estão fundados os direitos e deveres de pertencimento a uma sociedade. A cidadania não está vinculada exclusivamente ao Estado, à nacionalidade ou mesmo às dimensões étnicas de indivíduos ou grupos. A cidadania significa a inserção social plena de sujeitos de direitos e deveres na vida pública, constituindo condições de liberdade e autonomia para o exercício individual e coletivo de ser/estar em sociedade.

Ser cidadão não é apenas gozar do status legal, definido por leis e normativas que asseguram direitos e responsabilidades (cidadania formal). Ser cidadão é também uma identidade com o público e, sem dúvida, uma relação de pertencimento a uma comunidade política (cidadania substancial).

A cidadania pode ser definida como arte de viver com outros – diferentes de nós mesmos – mas que compartilham os mesmos direitos à vida e à felicidade. Compartilhar é atribuir significado às nossas idéias e práticas, assim como ter uma existência fundada em relações múltiplas – materiais e simbólicas – que nos vinculam ao ser e estar no mundo.

Desse modo, a inserção plena dos territórios populares no conjunto da cidade implica em deixar de perceber os moradores de favelas como meros objetos de ações e reconhecê-los como sujeitos de direitos que devem ter protagonismo na formulação de propostas transformadoras.

Criação de Alternativas

Optamos por trabalhar com a idéia de “criação de alternativas” ao invés da utilização de termos como “retirada” do tráfico ou “resgate”, por entender que os adolescentes e jovens que ingressam no tráfico de drogas são, antes de tudo, sujeitos dotados de certo grau de autonomia sobre suas decisões e escolhas.

A investigação desse universo revela que a proposta de “retirar” os jovens do tráfico é enganosa e não se sustenta. O que a prática mostra é que o jovem precisa ser visto como sujeito do movimento de saída do tráfico de drogas e não mero objeto de ações que visem “resgatá-lo” ou “salvá-lo” de sua condição. Trata-se de um processo de construção coletiva de diversos atores e instâncias sociais para o fortalecimento de alternativas sustentáveis para a vida daqueles que têm o desejo de se ver fora da atividade.

Devemos pensar o ingresso no tráfico como um conjunto de fatores que partem tanto de questões de ordem estrutural – como a pobreza, a baixa escolaridade e a falta de emprego – como de questões de ordem mais subjetiva – como a busca por reconhecimento social, visibilidade, uma identidade de grupo, prestígio e poder.

A lógica salvacionista e assistencialista, equivocada, acaba por fundamentar uma série de discursos sobre as favelas e os projetos sociais nela desenvolvidos, sustentando a necessidade de ocupar o tempo “ocioso” dos jovens. Essa ocupação do tempo é percebida como solução ao risco de eles ingressarem automaticamente no tráfico, o que remete à favela como um lugar violento por natureza, onde as trajetórias de vida tenderiam naturalmente para o mundo do crime.

Sob esse viés, é possível observar a compreensão do adolescente morador de espaços populares como traficante em potencial, que necessita ser “salvo” deste destino. Portanto, todas as ações desenvolvidas nesses espaços tornam-se preventivas ao ingresso dos jovens no tráfico. Prevalece, assim, o discurso do senso comum que associa diretamente a pobreza e a favela com a criminalidade.

Direitos Humanos, Território e Políticas Públicas

As distintas formas de violência, arbítrio e desrespeito aos espaços populares e seus moradores, demonstram a necessária centralidade da formulação de proposições e práticas de garantia, promoção e exercício dos Direitos Humanos no sentido da criação de uma sociedade democrática, fraterna e solidária.

Os Direitos Humanos foram construídos através de movimentos de inspiração emancipatória pautados em valores de liberdade, igualdade, solidariedade e diversidade. Isso significa que antes de serem reconhecidos por leis, tiveram origem em lutas sociais concretas.

No que se refere ao conceito, podemos definir Direitos Humanos como um patrimônio ético, jurídico e político aberto construído pelas lutas libertárias da humanidade. Nesse sentido, se configuram como parâmetros que orientam arranjos sociais e condições políticas para a efetiva realização da dignidade humana.⁹

Entre as características fundamentais dos direitos humanos destacamos: a indivisibilidade, a interdependência, a exigibilidade e a justiciabilidade. A indivisibilidade como impossibilidade de hierarquização dos direitos. A interdependência implica que a realização de um direito exige a realização dos demais. Assim, o conjunto dos Direitos Humanos constitui um todo que exige a construção de vias para a efetivação de cada direito como direito humano e de todos os direitos como realização da dignidade humana. Neste contexto, a universalidade dos direitos é afirmada como nosso horizonte em uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais e distinções territoriais.

Dessa forma, os Direitos Humanos se configuram como importantes instrumentos de luta e emancipação, na medida em que procuram abarcar as diferentes dimensões da vida e da dignidade humana em seus aspectos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais sobre a existência concreta de sujeitos corporificados de direitos. A construção dos Direitos Humanos se faz nos processos políticos e práticas sociais de sujeitos concretos que não só afirmam como inovam direitos.

Uma agenda de políticas públicas fundamentada nos direitos deve partir de uma visão clara

das obrigações assumidas pelo Estado e, por outro lado, das violações ou não realizações de direitos nos territórios. Assim, a reflexão acerca da efetivação dos direitos humanos, na perspectiva de elaboração, acompanhamento e avaliação de políticas públicas, deve necessariamente contemplar a relação estabelecida entre território e cidadania.

As lutas pela institucionalização dos direitos geram condições para que possam ser exigidos publicamente, mas não devem fragilizar os processos de geração de novos conteúdos e sentidos¹⁰. Além das estratégias de exigibilidade jurídica (ação civil pública, ação popular, etc), é fundamental destacar que a exigibilidade também tem um conteúdo social e político; ou seja, a realização de direitos implica participação ativa da sociedade. Nesta perspectiva, as práticas sociais é que dão sentido e conteúdo aos direitos e às políticas.

Assim, entendemos que os processos de formulação e avaliação das políticas públicas devem realizar um cruzamento dos instrumentos de Direitos Humanos com as vivências sociais observadas nos diferentes territórios, respeitando suas especificidades e visando o estabelecimento de prioridades e a construção de alternativas coerentes com as demandas sociais.

Juventude e Protagonismo

O conceito de juventude não possui em si contornos precisos, sendo geralmente concebido como uma etapa da vida situada entre a maturidade biológica e a maturidade social.

Segundo definição proposta pela UNESCO¹¹, o termo juventude se refere ao “período do ciclo da vida em que as pessoas passam da infância à condição de adultos e, durante o qual, se produzem importantes mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que variam segundo as sociedades, as culturas, as etnias, as classes sociais e o gênero”. Desse modo, a maneira como o jovem se vê, depende dos contextos nos quais se encontra inserido. Cada ator social atribui um sentido à sua “juventude”, entendendo que nem todas as pessoas de uma mesma idade percorrem este período da mesma forma.

Assim, ao invés de procurarmos afirmar a existência de um conceito fechado de juventude, de cunho homogeneizador, procuramos entender

9. MNDH. *Caderno de Estudos. Sistema Nacional de Direitos Humanos*. Brasília: 2004.

10. Carbonari, Paulo César. *Aproximações conceituais sobre Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento*. RS: MNDH. 2005.

11. UNESCO. *Políticas de/para/com juventudes*. Brasília: UNESCO, 2004.

esse período da vida a partir de uma perspectiva plural de múltiplas origens e conformações, diretamente relacionadas a cada contexto sócio-cultural vivenciado. Diante disso, concebemos a co-existência de várias 'juventudes', segundo um ponto de vista que integra as diversas influências e referências biológicas, subjetivas, sociais, econômicas e culturais na construção e compreensão desse conceito.

Chegamos desse modo à noção de protagonismo. Esse conceito diz respeito a uma forma de participação na sociedade de maneira autônoma e propositiva, assumindo o papel principal nas diversas formas de ação e intervenção política, a partir da livre expressão de suas demandas e especificidades.

Dessa forma, a noção de protagonismo nos remete à percepção dos adolescentes e jovens como sujeitos de direitos e não meros objetos sobre os quais incidem as políticas. Destacamos, portanto, a necessidade de investirmos na criação e no fortalecimento de dispositivos que incluam os jovens no planejamento e execução das atividades, propiciando não somente a expressão de suas demandas, mas também a discussão e co-autoria do processo, propondo atividades e rumos, a partir do diálogo e da construção coletiva.

OS MARCOS METODOLÓGICOS¹²

Pesquisa¹³

A pesquisa desenvolvida no Programa Rotas de Fuga consistiu em um estudo longitudinal que envolveu o acompanhamento da trajetória de 230 crianças, adolescentes e jovens que trabalhavam no tráfico de drogas no varejo em 34 favelas do Rio de Janeiro entre os anos de 2004 e 2006.

O eixo da pesquisa foi fundamental no programa Rotas de Fuga, pelos seguintes motivos:

- Para se obter dados (qualitativos e quantitativos) sobre o perfil e as práticas de crianças, adolescentes e jovens que atuam na rede ilícita; sobre as condições de ingresso e permanência de crianças, adolescentes e jovens nas redes do tráfico de drogas no varejo com o objetivo de subsidiar as ações de prevenção e criação de alternativas da instituição, de outras instituições e dos governos;
- Para se conhecer ou questionar as formas atuais de organização e atuação do tráfico de drogas, assim como a maneira como este problema vem sendo enfrentado e relacionado ao panorama atual da violência urbana;

12. Maiores detalhes sobre os marcos metodológicos do programas Rotas de Fuga podem ser obtidos na publicação que sistematiza a experiência: "Rotas de Fuga: Lições aprendidas no desenvolvimento de metodologias de prevenção e criação de alternativas para adolescentes e jovens no tráfico de drogas", e que se encontra disponível no site da instituição (www.observatoriodefavelas.org.br)

13. Maiores detalhes sobre a pesquisa podem ser obtidos na publicação: "Rotas de Fuga: encruzilhadas de jovens no tráfico de drogas", de autoria coletiva de pesquisadores do Observatório de Favelas, e que se encontra disponível no site da instituição (www.observatoriodefavelas.org.br)

- Para possibilitar o investimento na formação de pesquisadores de origem popular e articuladores locais;
- Para trazer subsídios para a definição e o planejamento das demais ações/eixos do programa.

Sensibilização

As ações de sensibilização partiram do princípio de que só é possível intervir sobre uma realidade se a sociedade estiver sensibilizada, e, se forem criados mecanismos capazes de mobilizar e articular atores em torno da problemática.

A proposta deste eixo é, essencialmente, sensibilizar, mobilizar e articular os diversos setores da sociedade civil e do poder público tendo em vista contribuir com a elaboração e proposição de políticas públicas para o enfrentamento do trabalho de crianças, adolescentes e jovens no tráfico de drogas e para a valorização da vida.

Torna-se fundamental para este fim, a ocupação de espaços de debates, seminários, mesas redondas, eventos acadêmicos, fóruns políticos e demais atividades que possam dar visibilidade para as ações do programa como uma ação política fundamental para a articulação e conquista de novos atores e parceiros em torno do tema e da forma de abordagem proposta. A isso se somam ações de comunicação, que podem ir desde intervenções na grande imprensa à produção de materiais alternativos voltados para o fortalecimento de uma mídia cidadã.

A partir deste trabalho de sensibilização, é possível a articulação de vários atores sociais em rede, envolvidos nesta temática, com o objetivo de promover ações de atendimento, promoção e garantia dos direitos, assim como realizar o monitoramento e a proposição de políticas públicas.

Prevenção

O eixo da prevenção tem por norte desenvolver ações que contribuam para a prevenção e a redução das situações que inserem as crianças, adolescentes e jovens no trabalho do tráfico de drogas ou em outras atividades ilícitas que possam envolver risco de vida.

Na sua premissa busca realizar algum tipo de intervenção que interfira positivamente no sentido de provocar um distanciamento da rede ilícita, aproximando-os de outras redes sociais.

Em geral, o trabalho de prevenção é indicado para sujeitos que mantêm, em algum nível, relações indiretas com a rede do tráfico, seja por laços de amizade ou mesmo de parentesco.

Além disso, esse eixo acolhe famílias em situação de alta vulnerabilidade social, com rede social muito fragilizada e aquelas famílias dos beneficiários diretos da ação de criação de alternativas.

Criação de alternativas

A criação de alternativas para adolescentes e jovens inseridos no tráfico de drogas é um desafio, uma vez que se entende que o processo de mudança do indivíduo em busca de um novo caminho deve levar em conta alternativas possíveis dentro de seu contexto sociocultural e sistema de valores.

Com este eixo pretende-se:

- Contribuir para a disseminação de estratégias de acompanhamento direto daqueles envolvidos no tráfico de drogas, e outras redes de trabalho ilícitas, que desejem abandonar essas atividades.
- Construir e criar alternativas nos mais diferentes campos (saúde, educação, âmbito jurídico, qualificação profissional, geração de trabalho e renda, âmbito familiar e comunitário, entre outros) voltados para o enfrentamento direto da questão e que contribuam efetivamente para o afastamento de crianças, adolescentes e jovens deste universo.
- Elaborar proposições e articulações que possam contribuir para políticas públicas de proteção e valorização da vida.

LIÇÕES APRENDIDAS E PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROJETO REDES DE VALORIZAÇÃO DA VIDA

Em processos como o vivido pelos atores do projeto Redes de Valorização da Vida, as diferentes dinâmicas em cada organização parceira/comunidade/cidades, são fruto de um cotidiano (onde nem tudo é previsível) e das relações intra-equipe e inter-equipes, sejam de planejamento, execução e avaliação. O processo de troca metodológica e disseminação dos

conceitos do Programa Rotas de Fuga no projeto permitiu que os nossos parceiros, tanto no Rio de Janeiro como em Recife, com autonomia e liberdade, construíssem e colocassem a sua marca em todo o trajeto percorrido. A construção das linhas de adequação no que se refere à disseminação de metodologia, estratégias e marcos conceituais respeitou as condições locais e os princípios de cada instituição parceira.

Ao final, o que foi trabalhado na parceria com organizações das duas cidades tendo em vista a articulação, o fortalecimento e a consolidação de redes de prevenção à violência letal contra adolescentes e jovens, é de todos aqueles que se comunicaram, realizaram e avaliaram o projeto. O que foi disseminado e apreendido no exercício de troca metodológica e conceitual produziu a ampliação do olhar sobre os adolescentes e jovens que vivem nos espaços populares – como a Maré e o Coque – reiterando o seu potencial.

Em relação ao fortalecimento da atuação das organizações parceiras o projeto provocou uma reflexão interna sobre os elementos constituintes de cada cidade/realidade no que diz respeito aos diferentes olhares construídos sobre os espaços populares e os aspectos da violência e da letalidade de adolescentes e jovens numa perspectiva que buscou sempre a prática cidadã de sujeitos de direitos.

Um dos principais resultados metodológicos do trabalho foi a ação participativa, dialógica e de construção conjunta, entre todos os atores envolvidos. A comunicação horizontal entre os diferentes segmentos do projeto e nas próprias instituições considerou igualmente o protagonismo e a participação juvenil essenciais à formação cidadã.

Os Ciclos Formativos realizados pelo projeto junto às organizações parceiras nas duas cidades já foram incorporados ao calendário e planejamento das mesmas. Dessa forma, um dos frutos do Redes de Valorização da Vida foi incentivar uma cultura de reflexão sobre as dinâmicas locais relacionadas à violência que afeta adolescentes e jovens visando qualificar as ações desenvolvidas por cada organização.

Em relação aos profissionais/educadores das oficinas apoiadas pelo projeto podemos dizer que suas práticas pedagógicas e visão de mundo foram ampliadas sem que deixássemos de considerar todo o arcabouço

já existente. Ocorreu o aprofundamento e a vivência de que as práticas que partem dos territórios podem impactar e concretizar-se em políticas favoráveis aos grupos que neles residem. Desse modo, se tornaram mais atentos para a relação de suas ações com o campo das políticas públicas e a discussão sobre o direito à cidade.

Em relação ao trabalho desenvolvido com os adolescentes e jovens, a experiência deixou clara a importância de se reforçar uma educação em direitos humanos nas escolas, principalmente nos espaços populares, onde uma série desses direitos são violados. É necessário que a escola se comprometa com essa temática e crie condições para uma ação transformadora.

Por outro lado, foi possível a ampliação de suas redes sociais a partir de uma maior circulação e apropriação da cidade e da interlocução com outros jovens. Esta integração entre grupos de várias áreas viabilizou troca intensa de pontos de vistas e vivências comuns e diferentes. Além disso, houve o estímulo e a construção de práticas articuladas com seus pares numa perspectiva de participação na sociedade de maneira autônoma e propositiva. O que nos remete à percepção dos adolescentes e jovens como sujeitos de direitos e não meros objetos sobre os quais incidem as políticas. Nossa perspectiva foi a de contribuir na promoção de uma mobilização e articulação de jovens que ampliassem a compreensão dos seus direitos.

Nas oficinas desenvolvidas com os adolescentes e jovens conseguiu-se articular aspectos cognitivos, subjetivos, de reflexão de si, do outro e da comunidade, com processos de formação política relacionados às possibilidades de ação dos adolescentes no campo da exigibilidade e garantia de direitos. Desta forma, potencializou-se a vida pública dos adolescentes, fazendo-os compreender os direitos formalmente garantidos pelo Estado, bem como os mecanismos que podem ser acionados para sua efetivação, estimulando o comprometimento desses adolescentes com a promoção de direitos na comunidade.

As ações em rede nas duas cidades seguiram caminhos diferentes. No Rio de Janeiro já existia uma rede articulada em torno da questão dos adolescentes e jovens inseridos em redes de trabalho ilícito, em especial o tráfico de drogas – a Rede Rotas. Esta articulação se manteve e foi potencializada pelo projeto.

Em Recife optou-se por buscar espaços nas redes e articulações já existentes na cidade, onde pautou-se a temática da letalidade juvenil visando a construção de alternativas para a prevenção da violência letal entre adolescentes e jovens e a discussão de políticas voltadas para a juventude.

Nesta articulação buscou-se identificar e analisar as políticas públicas que incidiam sobre a temática, qual o seu grau de abrangência e o que de fato estava sendo implementado. O objetivo era construir canais de diálogo, objetivando a proposição, monitoramento e avaliação destas políticas, com participação dos atores sociais locais, acentuado a importância da proposição e do diálogo, em lugar da simples crítica.

A atuação dos integrantes do projeto Redes de Valorização da Vida em articulações em rede permitiu a percepção de novos espaços e possibilidades de abordar a problemática da letalidade entre adolescentes e jovens. Esta abordagem se deu a partir de discussões mais amplas sobre o contexto local, bem como em reflexões focadas na inserção destes grupos no tráfico de drogas e outras atividades ilícitas, buscando a partir da intervenção de cada ator e da dinâmica de cada rede e/ou articulação, sensibilizar e provocar o debate sobre os homicídios de adolescentes e jovens, que tanto no Recife como no Rio de Janeiro alcançam índices muito elevados.

O interesse neste debate tem crescido desde o início do projeto, o que indica a importância de continuidade e ampliação desta ação, incorporando novos atores e novas abordagens, principalmente relacionadas à formulação e monitoramento de políticas públicas que incidam sobre este problema.

Dois aspectos merecem especial destaque em relação às práticas sociais dos atores, redes e articulações envolvidas no projeto:

- A necessidade de apoiar e favorecer organizações de jovens, para que sejam protagonistas dos processos de enfrentamento da violência que os atinge;
- A intervenção no cenário de políticas públicas no nível local, de forma a garantir alternativas sustentáveis de garantia de direitos e ações de valorização da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do projeto Redes de Valorização da Vida nas duas cidades, bem como as diversas articulações e dinâmicas sociais que ocorreram no período, estiveram voltadas para o campo dos Direitos Humanos e das Juventudes. Isso permitiu colocar na pauta dos debates a temática da violência, assim como, buscar formas de participar e influenciar coletivamente políticas públicas de prevenção da violência e de promoção de direitos.

Desta forma, entende-se que ocorreu uma abertura de espaços de diálogo entre organizações comunitárias, movimentos sociais e instituições governamentais, o que amplia as possibilidades de enfrentamento dos altos índices de violência e letalidade que afetam adolescentes e jovens, através de ações articuladas e potencializadas pelo conjunto das forças políticas que os atores sociais incorporam.

Espera-se com a sistematização do Projeto Redes de Valorização da Vida contribuir para qualificar a ação e redimensionar a prática das organizações envolvidas a partir dos conhecimentos que o exercício de troca conceitual e metodológica proporcionou.

Tivemos como princípio fundamental de nossas ações a valorização da vida, alicerce do projeto. O direito a vida foi situado como premissa fundamental da existência coletiva. Neste percurso, algumas pontuações dos parceiros envolvidos (organizações, jovens, educadores e redes) nos remetem à certeza de que valeu a pena este caminhar e a necessidade de continuidade do processo, que depende agora do esforço de cada organização para a sustentabilidade de tudo o que foi acrescido ao conjunto de suas práticas e saberes. **D**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helen Wendel. *Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo*. In: ABRAMO, Helen Wendel & BRANCO, Pedro Paulo. *Retratos da Juventude Brasileira*. São Paulo: Instituto Cidadania / Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

AYRES, Bruno R. C. *Redes Organizacionais no Terceiro Setor - um olhar sobre suas articulações*. Rio de Janeiro, 2008. Retirado do site: Rede de Informações para o Terceiro Setor (www.rits.org.br).

ARCE, Jose Manuel Valenzuela. *Vida de barro duro: cultura popular juvenil e grafite*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 2 – Programa de Ação -2002 -2007*. Brasília: Ministério da Justiça, 2002

FERNANDES, Fernando Lannes (2009). *Violência, medo e estigma. Efeitos sócio-espaciais da “atualização” do “mito da marginalidade” no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ.

FREITAS, Maria Virgínia. *Os jovens e a garantia de direitos no Brasil*. Rio de Janeiro: PAD, 2007.

GROPPO, Luis Antonio. *Juventude: ensaios sobre sociologia e a História das Juventudes Modernas*. Rio de Janeiro, Editora BCD S.A., 2000.

INESC. *Plano Nacional de Direitos Humanos: falta executar*. Nota técnica n° 89, junho de 2004.

MNDH. *Atualização do PNDH II. Proposta do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) para uma metodologia*. Brasília: junho de 2007.

RITS. *O que são redes? Rede de informações para o terceiro setor*. AMARAL, Vivianne. *Desafios do trabalho em rede*. Rio de Janeiro, 2008

SILVA, Jailson de Souza (2006). *A Cultura da Esperança*. In: MENDES, Cândido et alli. *Reflexões sobre a Violência Urbana (In) Segurança e (Des) Esperança*. Rio de Janeiro: Mauad X.

SILVA, Jailson de Souza & BARBOSA, J. (2005). *Favela: alegria e dor na cidade*. RJ Editora Senac.

SILVA, Jailson de Souza & URANI, A. (2002). *Crianças no Narcotráfico: um diagnóstico rápido*. Brasília: Organização Internacional do Trabalho; Ministério do Trabalho e Emprego.

SILVA, Jailson de Souza (2002). *Um espaço em busca de seu lugar: as favelas para além dos estereótipos*. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia/Universidade Federal Fluminense. Território. Territórios. Niterói: EdUFF.

SILVA, Jailson de Souza; FERNANDES, Fernando Lannes & WILLADINO, Raquel (2008). *Grupos Criminosos Armados com Domínio de Território. Reflexões sobre a Territorialidade do crime na Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. In JUSTIÇA GLOBAL (org). *Segurança, Tráfico e Milícias no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, pp. 16-24.

UNESCO. *Políticas de/para/com juventudes*. Brasília: UNESCO, 2004.



A Rede Rotas: desafios e possibilidades do trabalho em rede

ANDRÉA RODRIGUEZ¹

Muito tem se falado sobre o envolvimento de crianças, adolescentes e jovens em redes ilícitas, em particular a rede do tráfico de drogas. Muito tem sido feito também nessa direção. São inúmeros os trabalhos desenvolvidos por organizações governamentais, não-governamentais e iniciativa privada buscando prevenir ou intervir diretamente sobre essa realidade. Poucas iniciativas, contudo, têm apontado na direção da articulação dessas ações, na sistematização e disseminação de proposições que realmente contribuam para o desenho de políticas públicas que atendam as especificidades desta realidade.

Neste sentido, a Rede Rotas, constituída por instituições voltadas para a construção de estratégias de enfrentamento deste fenômeno, vem se formando como uma articulação que desde 2004 busca dialogar com os mais variados setores da sociedade em torno da temática que a mobiliza.

A Rede Rotas surgiu a partir das ações do programa Rotas de Fuga e permanece até hoje de forma independente e autônoma. O programa “Rotas de Fuga” (realizado pelo Observatório de Favelas entre os anos de 2004 e 2007) teve como proposta desenvolver metodologias voltadas para a prevenção e criação de alternativas para adolescentes e jovens inseridos no tráfico de drogas. Um dos objetivos do programa

1. Psicóloga, Coordenadora do Projeto Redes de Valorização da Vida, da vertente de Direitos Humanos do Observatório de Favelas, doutoranda em Psicologia Social pela UFRJ.

foi o de articular uma ampla rede de atores que fosse capaz de dialogar com o poder público, elaborar, propor, desenvolver e monitorar políticas públicas específicas para jovens envolvidos com redes ilícitas.

A Rede Rotas surge no final do ano de 2004 com a criação de um conselho que funcionou como uma instância consultiva deste programa e também como suporte técnico e político às ações desenvolvidas pelo mesmo. O conselho evoluiu para uma articulação mais ampla, reunindo algumas organizações que ainda hoje compõem a rede.

Em 2005, o Observatório de Favelas promoveu duas atividades que foram chamadas “Espaços de Diálogo” (ED) sobre o tema Tráfico de drogas e Criação de Alternativas. Os EDs reuniram na época 19 instituições de variados campos – saúde, educação, cultura, trabalho, âmbito jurídico etc. – e tiveram como consequência a formação de um comitê executivo – voltado para a elaboração de uma agenda comum de combate ao problema – e de um comitê técnico – voltado para a discussão em torno das metodologias que vinham sendo usadas nesse enfrentamento.

Visando a coesão do grupo de instituições articuladas em torno da Rede Rotas e tendo em vista a necessidade de formalização das parcerias, foi elaborada uma Carta de Princípios com o propósito de sistematização e explicitação das referências éticas, políticas e técnicas que orientariam o trabalho da Rede Rotas, sendo a base para as suas ações, diálogos e estratégias. Esta carta de intenções foi o resultado de uma produção coletiva dos atores envolvidos na rede.

Para a Rede Rotas, o *tráfico de drogas* é compreendido como comércio varejista de drogas qualificadas como ilícitas. Essa atividade se associa por meio de coação a outras atividades econômicas, sociais e culturais. Tal compreensão tem por objetivo ampliar a idéia de envolvimento e exploração de crianças e adolescentes nessas atividades ilícitas.

CONSTITUEM EIXOS DE INTERVENÇÃO DA REDE ROTAS

1. A produção de conhecimento: realizar pesquisas e estudos voltados para uma maior compreensão do envolvimento e exploração de crianças, adolescentes e jovens na rede do comércio varejista de drogas qualificadas como ilícitas;
2. Prevenção: criar estratégias que ampliem as possibilidades de escolha nos campos educacional, cultural, social e econômico de crianças, adolescentes e jovens – que evitem o seu ingresso no tráfico;
3. Afastamento: criar alternativas voltadas para a saída sustentável daqueles que assim o desejam;

4. Sensibilização: promover ações de sensibilização da sociedade e de atores estratégicos tendo em vista a mobilização social em torno de políticas de enfrentamento à exploração de crianças, adolescentes e jovens nesta atividade – que tenham por base a valorização da vida.

SÃO OBJETIVOS CENTRAIS DA REDE ROTAS

- Articular uma rede de atendimento comprometida com a prevenção e o afastamento de crianças, adolescentes e jovens da rede do tráfico de drogas qualificadas como ilícitas;
- Impactar políticas públicas neste âmbito.

PRINCÍPIOS ÉTICOS

- A criança e o adolescente são sujeitos de direito, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90, de 13/07/1990);
- A integridade física e moral da criança ou adolescente envolvido nesta prática, abrangendo a preservação da sua imagem e identidade;
- A criança e o adolescente devem ter sua autonomia respeitada, considerando o desejo de saída e criando alternativas para que tal desejo se realize. Para tanto, levar-se-á em conta as trajetórias de vida, os contextos socioeconômicos e culturais, bem como as estratégias já adotadas pelas comunidades, pelas famílias e pelas próprias crianças e adolescentes

PRINCÍPIOS POLÍTICOS

- Articulação intersetorial: a Rede Rotas deve estar articulada ao sistema de garantia de direitos da infância e adolescência e aos fóruns representativos dos direitos das crianças e adolescentes;

- Co-gestão: que articule e integre diferentes atores visando, com isso, garantir a participação do maior número possível de instâncias e a sua sustentabilidade política;
- Co-responsabilidade nas políticas públicas: a Rede Rotas deve estar voltada para a elaboração, proposição, participação, monitoramento e avaliação de políticas públicas destinadas à prevenção e eliminação do trabalho de crianças, adolescentes e jovens no *comércio varejista de drogas qualificadas como ilícitas* e demais atividades a ele associadas.

PRINCÍPIOS TÉCNICOS

- Interinstitucionalidade: a discussão de conceitos, procedimentos, encaminhamentos e demais questões relativas ao atendimento direto deste grupo, realizada a partir da união da articulação entre os profissionais ligados às diferentes instituições que compõem a rede;
- Complementaridade: reconhecimento, legitimidade e troca metodológica de diferentes experiências individuais e coletivas neste campo.

Em 2006, com a perspectiva de conhecer melhor as diretrizes conceituais e metodológicas do grupo que constituía a rede, a partir do objetivo comum que os unia, o comitê técnico propôs um curso de formação continuada, em que se pudesse oferecer aos membros da rede em formação, o acesso a estudos e pesquisas sobre o tema tráfico de drogas em termos de políticas públicas, metodologias de ação e iniciativas integradas. Tal ação serviu para aproximação, articulação e troca de experiências de intervenção dos diversos atores da rede (Ongs, os Juizados da Infância e Adolescência, o departamento de execução de medidas sócio-educativas – DEGASE, escolas, serviços de educação, saúde, lazer e cultura, de dentro e fora da Maré, lideranças comunitárias, as Secretarias Municipal de Saúde e de Assistência Social, dentre outras). O processo de capacitação e formação interna da rede contou com a parceria da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, através do Núcleo de Estudos sobre Saúde do Adolescente (NESA), que ofereceu certificado de extensão universitária aos participantes.

As atividades de capacitação foram fundamentais para que a Rede ganhasse uma forma e adquirisse uma identidade. Foi ao longo dessas atividades que o grupo envolvido deu um nome à Rede, chamando-lhe de “Rede Rotas”, momento esse em que se percebeu um sentimento coletivo de compromisso com o processo em curso. Na ocasião, os participantes reafirmaram o compromisso com as ações da rede, estando claro que a fase de mobilização por

parte do Observatório de Favelas estava concluída – e que agora a instituição seria apenas mais uma entre as entidades que integravam a iniciativa.

Uma das resoluções para 2007 previu a continuidade dos processos formativos de seus componentes a partir de situações concretas trazidas pelas diversas instituições que compunham a rede, numa espécie de supervisão coletiva. Os casos ou as situações trazidas para a discussão foram compartilhadas em termos de encaminhamentos e orientações propostas. Naquele momento, estávamos envolvidos na identificação e análise dos procedimentos de atendimento utilizados pelas instituições da rede, procurando apontar as diferenças e os pontos em comum entre as diversas abordagens apresentadas. A questão do uso abusivo de álcool e drogas por crianças, adolescentes e jovens esteve presente em muitos casos discutidos como um dos fatores que também dificultam o afastamento da atividade ilícita e o estabelecimento de novos projetos de vida. Dessa forma, a articulação com duas instituições voltadas para esta área – o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas Raul Seixas (CAPS AD) e o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Atenção ao Uso de Drogas (NEPAD-UERJ) serviu para esclarecermos os questionamentos sobre o encaminhamento ao serviço e o tratamento em si. Foi organizada pelos atores da Rede Rotas uma visita de jovens da Maré a este serviço de saúde como forma de conhecimento e divulgação maior entre seus pares.

Reunimos esforços na tentativa de construção de uma Carta de Proposições com o objetivo de avançar na formulação de um panorama de recomendações da Rede Rotas no que tange ao enfrentamento da situação de adolescentes e jovens inseridos em redes de trabalho ilícitas, visando contribuir com a construção de novas alternativas no cenário político-social. Investimos ainda no contato com as comunidades, em especial da Maré (a partir da realização de atividades junto aos moradores locais), para inseri-las diretamente neste debate e reunir elementos que incorporassem suas sugestões às ações da rede.

No ano de 2008, as ações passaram a ter um foco voltado inteiramente para a Maré a partir da perspectiva de construção coletiva de uma metodologia de acolhida/recepção intersetorial, de instituições ligadas a várias áreas (educação, saúde, jurídico, profissionalização), para os casos específicos que envolvessem adolescentes e jovens na rede de trabalho

ilícita. Tal decisão baseou-se na constatação de que o desejo desses adolescentes e jovens de inserção em outras redes sociais diferentes do tráfico ou a busca por uma série de serviços que o auxiliem neste movimento de saída (como a escola, os serviços de saúde, o sistema de justiça) esbarravam em algumas dificuldades relacionadas às representações que diferentes profissionais, atuantes nestes espaços, tinham deste jovem. Em muitos casos, de acordo com a nossa experiência, diversos serviços e equipamentos públicos não cumpriam seu papel junto a estes grupos mantendo e fortalecendo mecanismos de exclusão e discriminação que em nada contribuíam para a resolução do problema. Escolheu-se então iniciar um processo de sensibilização sobre o tema nas áreas de educação e saúde.

No que tange ao campo da educação buscamos fortalecer a parceria com a Rede Intersetorial de Proteção à Criança e ao Adolescente com Histórico de Desescolarização (RIPCAHD), que atuava desde 2006 na Maré. Os objetivos centrais desta articulação inter-redes foram:

- Interagir com as escolas da região, estreitar o diálogo com os profissionais da área de educação e assim pensar alternativas para favorecer a permanência e a recepção de crianças, adolescentes e jovens com histórico de desescolarização e com inserção em atividades de trabalho ilícitas.
- Realizar atividades de sensibilização, junto a estes atores, que favorecessem a ampliação das suas percepções e informações sobre os grupos que vivem esta realidade.
- A partir de um debate amplo sobre este quadro de evasão, contribuir para a formulação de políticas públicas que atendam as especificidades desse público.

Os resultados desta aproximação e ação conjunta envolveram um plano de atividades realizadas com alunos e professores de uma escola da Maré: o Ciep César Pernetta. Nos encontros com o corpo docente desta escola buscou-se identificar coletivamente os motivos centrais relacionados à evasão de alunos na escola. A partir deste levantamento, investimos num trabalho de sensibilização que serviu para agregar outros olhares e informações sobre a realidade de grupos inseridos no tráfico de drogas, em especial na sua relação com a escola. Os dados da pesquisa realizada pelo Programa Rotas de Fuga sobre o perfil e as práticas de integrantes do tráfico em 34 favelas do Rio de Janeiro foram apresentados e discutidos com o corpo docente. O objetivo maior desta atividade foi pensar o tema a partir das experiências vividas pelos professores no cotidiano pedagógico com alunos que se encontravam nesta situação. Interessava-nos saber, em especial, que estratégias eram utilizadas (ou não) na direção de manter este aluno na escola ou de pensar coletivamente novas formas de trazê-lo de volta ao contexto escolar, sobretudo aqueles que decidiram abandoná-lo a partir da inserção no tráfico de drogas.

Vários professores se posicionaram e trouxeram experiências muito ricas e que revelaram não

existir um perfil padrão para o aluno que está envolvido no trabalho ilícito, bem como diferentes formas de lidar pedagogicamente com a questão. Este encontro serviu para que alguns mitos sobre esses jovens fossem desfeitos e para que outras experiências e percepções fossem socializadas no debate. Com o segmento de alunos (do Ensino médio e do segundo ciclo do Ensino Fundamental) discutimos as mesmas questões.

A partir do que foi proposto realizamos junto a esta escola pública da Maré a reflexão conjunta sobre os quadros de evasão, de forma geral, e o trabalho ilícito a partir de diferentes atores e diferentes perspectivas, sem perder de vista a contribuição na formulação de políticas públicas que atendam as especificidades desse público.

No campo da saúde a articulação se deu a partir de estratégias de parceria com os serviços de saúde que tratam casos de uso abusivo de drogas por crianças, adolescentes e jovens. Neste cenário, o serviço de saúde Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) Mané Garrincha, recém-inaugurado, com área de abrangência na Maré, surgiu como parceiro central. Os desdobramentos que resultaram desta aproximação foram: a inserção do CAPS AD Mané Garrincha na Rede Rotas; a realização de uma oficina de sensibilização para a temática junto aos atores da Rede Rotas; a realização de uma formação básica ampliada na abordagem de Redução de Danos, com representantes de outras e instituições e lideranças comunitárias locais; a participação da Rede Rotas no Fórum de Saúde Mental e cursos promovidos pelo mesmo.

Nesses espaços de atuação da Rede ao longo de 2008 (nas áreas de educação e saúde), buscou-se superar a falta de informações mais consistentes sobre o tema e as dificuldades na compreensão do fenômeno, o que leva diferentes setores da sociedade, incluindo profissionais que atuam em variados campos, ao estabelecimento de posicionamentos frente a esta situação carregados de resistências, preconceitos e distorções.

A desistência de alguns profissionais, quando se deparam com a problemática de jovens inseridos em atividades ilícitas, alimenta a crença fatalista de que são “casos perdidos” e, portanto, “não há mais nada a fazer”. Esta lógica do “caso perdido” nos afasta cada vez mais de tentativas de superação do problema no campo da criação de alternativas, deslocando todos os esforços para a prevenção.

DESAFIOS, ALCANCES E APRENDIZADOS NO TRABALHO EM REDE: A EXPERIÊNCIA DA REDE ROTAS

Cada vez mais um grande conjunto de organizações tem percebido que o impacto social gerado pela sua atuação pode ser potencializado se elas estiverem articuladas em rede. Esta forma de articulação tornou-se estratégica para muitas organizações. Isso, porque pensar e agir em rede é desafiante e, ao mesmo tempo, abre um mundo de possibilidades. Provoca, entre outras coisas, o questionamento de diretrizes próprias, formas de atuação, re-examina conceitos. Tudo a partir de processos de troca e participação mútua.

Nos diversos grupos, organizações ou instituições da sociedade atual encontramos o desejo de produzir e provocar mudanças tanto em suas próprias organizações como em realidades específicas na qual se debruçam. Neste cenário, a formação e articulação de redes sociais podem ser encaradas como meio de transformação, porque o ato de fazer parte de uma rede muitas vezes fortalece a ação de seus membros na construção de mudanças sociais.

Desde 2005 até o momento atual, a Rede Rotas já teve configurações muito diferentes. Não foi possível manter todos os atores articulados de forma permanente, mas ao longo destes anos a mobilização permaneceu. A existência de um propósito que unia e motivava as instituições fez com que o espírito da rede fosse expresso por um conjunto de valores e princípios compartilhados pelos participantes, de forma democrática e coletiva (a Carta de Princípios).

Neste caminho alguns parceiros se distanciaram com o tempo, mas outros se incorporaram e agregaram parcerias trazendo novas demandas e propostas. Movimento natural das redes.

O grande salto dado foi a constatação de que a Rede Rotas, em determinado período do processo, tornou-se autônoma e desvinculada de um programa ou instituição específica que a originou. Tanto a condução das reuniões como das ações da rede passaram a ser realizadas em uma espécie de rodízio entre seus atores, que a cada ano elegem uma nova secretaria (geralmente composta de duas instituições). Este movimento evidencia a idéia de que as redes criam a necessidade de aprender a pensar e agir horizontalmente, sem hierarquia. Numa rede, todos têm poder e iniciativa, a condução muda constantemente e não se concentra num só lugar. Descentralização, diversidade e fluidez de lideranças são elementos de autenticidade de uma rede.

A união com outra rede (RIPCAHD) na Maré, local onde se decidiu focar as ações em 2008, foi a prova de que fazer parte de uma rede não quer dizer deixar de lado sua independência. Ao contrário, a união inter-redes revelou participantes que equilibraram a independência de

cada um, dentro de suas organizações, com a interdependência cooperativa do novo grupo que se formava. Ficou claro que ambas as redes enxergaram aquela união momentânea de forma bastante positiva, sem que, no entanto, a identidade e os objetivos de cada uma se perdessem no caminho. Não se tratou da “junção/fusão” de duas redes, mas, sim, de uma articulação que compartilhava de objetivos complementares.

Porém, sempre entendemos que participar de uma rede envolveria algo mais do que apenas trocar informações e práticas a respeito dos trabalhos que as organizações realizavam isoladamente. Estar em rede para nós significava, além de tudo, pensar e realizar conjuntamente ações concretas. Assim, a articulação da Rede Rotas com a RIPCAHD foi um passo que exigiu de seus atores a passagem de um processo de reflexão e formação pautados principalmente no âmbito institucional para a concretização de ações práticas em espaços populares. Ações que envolveram o planejamento, a organização e execução destes atores que integravam ambas as redes.

No entanto, sabemos como é difícil este processo de saída do modelo “reunião/debate” entre os pares para uma colaboração participativa eficaz que realize transformações sociais e que também considere o que já existe de iniciativa nos diferentes espaços. Para tanto, foram criados grupos de trabalho para a organização e execução das ações, com o cuidado de não perder de vista os objetivos gerais da rede.

A intercomunicação entre os seus membros, condição para a existência da rede, tem sido um processo realmente eficaz em nossa experiência. As reuniões das redes, bem como todas as ações realizadas, são registradas e enviadas através da criação de um grupo na internet (rederotas@yahoogrupos.com.br). Parceiros que não mais comparecem às atividades e reuniões continuam “presentes” através deste artifício.

A articulação com outros setores, em especial do poder público, tem sido um imenso desafio para nós. Não surge como um processo natural, pelo contrário, precisa ser constantemente buscado. Mas sabemos que a necessidade de estar em rede com estes atores é essencial para atingir mudanças e objetivos transformadores.

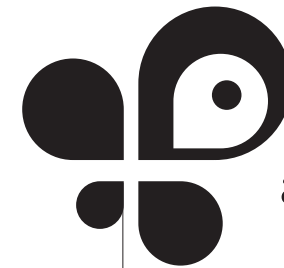
Ao longo dos anos de atuação da Rede Rotas, a lição que fica é

a certeza de termos contribuído para fortalecer outras articulações e iniciativas locais, somando esforços que trouxeram grandes aprendizados e que, sem dúvida, repercutirão nas organizações que as compõe. O espaço das redes é um espaço em que não se cresce sozinho. A necessidade de compartilhar está na gênese de formação das redes, e compartilhar é a estratégia do crescimento conjunto. **D**

INSTITUIÇÕES QUE FAZEM OU JÁ FIZERAM PARTE DA REDE ROTAS

- 2ª Vara da Infância e Juventude
- AAJT – Associação de Adolescentes e Jovens Trabalhadores do Rio de Janeiro
- Ação Comunitária do Brasil
- ANEPS-RJ - Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde
- ACM-RJ - Associação Cristã de Moços do RJ
- CAPS AD Mané Garrincha
- CAPS AD Raul Seixas
- Casa SOL
- CEASM – Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré
- CEDAPS – Centro de Promoção da Saúde
- CEDECA Dom Luciano Mendes - Centro de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes
- CIEP César Pernetta – Maré
- Conselho Tutelar de Ramos
- Centro de Referência de Assistência Social Nelson Mandela
- Creche Comunitária Nova Holanda
- CRIAM Santa Cruz - Centro de Recurso Integrado de Atendimento ao Menor
- CRMM - Centro de Referência de Mulheres da Maré
- Delegacia Regional do Trabalho
- Digaí Maré
- Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil
- Grupo Cultural AfroReggae
- Grupo de Hip Hop Nação Maré

- Hospital Pedro Ernesto – UERJ
- Instituto Brasileiro de Inovações Saudáveis – IBISS
- Instituto de Arte TEAR
- Instituto de Psicologia da UFRJ – Programa de Pós-graduação em Psicologia
- Koinonia – Presença Ecumênica e Serviços
- Luta Pela Paz
- NEPAD/UERJ - Núcleo de estudos de prevenção ao uso de álcool e drogas
- NESA/UERJ - Núcleo de Estudos sobre a Saúde do Adolescente
- NIAC/UFRJ - Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania
- Observatório de Favelas
- Organização de Direitos Humanos Projeto Legal
- Organização Internacional do Trabalho (OIT)
- Posto de Saúde Hélio Schmidt/Maré
- Posto de Saúde Madre Teresa de Calcutá/Ilha do Governador
- Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidade e Ecologia Social/UFRJ
- Projeto “Se essa rua fosse minha”
- Projeto Casa da Árvore
- Projeto Nossa Casa – DEGASE - Departamento Geral de Ações Sócio-educativas
- Redes de Desenvolvimento da Maré
- Rede de Proteção ao Educando – Secretaria Municipal de Educação
- Secretaria Municipal de Saúde – Projeto Adolescento
- SENAI Bonsucesso
- Usina da Cidadania
- Instituto Vida Real/Maré
- Vila Olímpica da Maré



Ameaça de morte e tráfico: a experiência do Projeto Legal

ALINE MONTEIRO GARCIA¹
FÁBIO DO NASCIMENTO SIMAS²

*“As costas marcadas/as mãos calejadas/e a esperteza
que só tem quem tá cansado de apanhar.”³*

SOBRE O PROJETO LEGAL

A Organização de Direitos Humanos (ODH) Projeto Legal é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, sediada no Rio de Janeiro. Atua desde 1993 como um Centro de Defesa de Direitos Humanos, especialmente de crianças (de 0 a 12 anos incompletos), adolescentes (de 12 a 18 anos) e jovens (de 15 a 24 anos) que tiveram seus direitos violados ou ameaçados. Destina-se a defender, garantir, promover e pesquisar os Direitos Humanos constituídos ou não, no âmbito das normativas nacionais, internacionais, com o objetivo de consolidar e fortalecer o Estado Democrático de Direito, através da promoção da cidadania plena de toda e qualquer pessoa, especialmente aquelas reconhecidas como minorias sociais, grupos vulneráveis ou classes socialmente excluídas.

Em 1999, instituiu-se com personalidade jurídica própria e ampliou sua área de intervenção no campo dos Direitos Humanos incorporando novas temáticas, grupos e segmentos sociais como, por exemplo, a problemática do tráfico de seres humanos em especial de mulheres; a discriminação em razão da orientação sexual e o debate sobre políticas públicas voltadas para a juventude.

1. Psicóloga graduada pela UFRJ. Atuou como estagiária de Psicologia na Organização de Direitos Humanos Projeto Legal.

2. Assistente Social. Assistente de Coordenação do Programa de Proteção às crianças e adolescentes ameaçados de morte, executado pela ODH Projeto Legal. Pós-graduando em Direitos Humanos e Assistência a Vítimas e Colaboradores da Justiça pela Universidade Católica de Brasília.

3. Vianna, Herbert. “*Selvagem*”. In: *Selvagem. Os Paralamas do Sucesso*, 1986.

Este redirecionamento institucional decorreu de processos constantes de revisão da intervenção a partir de três eixos estratégicos: defesa dos direitos por meio da assistência e acompanhamento jurídico social aos casos em que se verifique a violação dos direitos; promoção dos direitos com o desenvolvimento de atividades de formação (cursos, treinamentos, oficinas, etc) para profissionais da área social, grupos, movimentos, organizações da sociedade civil e; controle social que se concretiza pela participação nos espaços de deliberação de políticas públicas voltadas para o atendimento às demandas dos grupos sociais atendidos. Neste sentido, pode-se destacar a atuação da ODH Projeto Legal em espaços como Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente (Estadual e Municipal) do Rio de Janeiro e Conselho de Assistência Social.

A partir de meados de 2007, já no contexto das preparações dos quinze anos da instituição, iniciou-se um vasto trabalho interno com a intensa participação de todos os membros da equipe no que se refere ao processo de Redesenho Institucional. Nesta conjuntura se redefiniu a missão e o mandato institucional, bem como se consolidou metodologicamente os projetos em Programas de acordo com suas demandas específicas e áreas de atuação. Assim, a ODH Projeto Legal estrutura suas ações e projetos a partir das diretrizes de seus seis programas institucionais: Programa Justiça Juvenil, Programa Juventudes e Direitos Humanos, Programa Sexualidade e Direitos Humanos, Programa de Proteção Integral e Cidadania de Crianças e Adolescentes, Programa de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, Programa Direitos Humanos em Construção.

Sua equipe de trabalho permanente é composta por profissionais das áreas de Direito, Serviço Social, Comunicação Social, Psicologia, Ciências Sociais, Pedagogia e Administração com experiência prática e acadêmica, nacional e internacional, no campo dos Direitos Humanos. Estes profissionais integram as equipes dos projetos e também os núcleos de Comunicação, Administração e Desenvolvimento Institucional

Além disso, a organização está presente em espaços de discussão e formulação de políticas na área social como, por exemplo: Associação Nacional dos Centros de Defesa – ANCED; Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – FDCA; Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselhos Estadual e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Fóruns Estadual e Municipal de Assistência; no Movimento Nacional de Direitos Humanos, dentre outros.

A mobilização da opinião pública em prol dos Direitos Humanos é meta permanente. Nesta direção, o Projeto Legal organiza e participa ativamente de campanhas e eventos (Seminários, Congressos, Colóquios) e dos espaços de debate e deliberação de políticas (movimentos, associações, conselhos e fóruns) em âmbito local e nacional. Busca também atingir a sociedade civil através do uso dos meios de comunicação como jornais de grande circulação, rádios, internet, listas virtuais de discussão e através de publicações produzidas a partir dos projetos desenvolvidos no âmbito dos programas.

PARTICIPAÇÃO NA REDE ROTAS

A Rede Rotas surgiu a partir de um desdobramento do Projeto Rotas de Fuga, executado pela instituição Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, tendo como escopo, a partir da experiência no Bairro Maré, a realização de uma pesquisa acerca da atividade do narcotráfico no Rio de Janeiro e propor alternativas de políticas públicas de prevenção ao ingresso e à permanência de adolescentes e jovens nestas atividades.

Assim, a partir do estudo referido, na busca de consolidar e articular politicamente a atuação nesta temática, a Rede Rotas iniciou suas atividades com instituições governamentais e não governamentais que atuam na área, tendo como referência comum, conforme a Carta de Princípios, “a construção de ações integradas de enfrentamento ao ingresso e permanência de crianças e adolescentes no comércio varejista de drogas qualificadas como ilícitas, mais conhecido como tráfico de drogas”. O Trabalho se iniciou com órgãos do bairro da Maré, se expandido para outras instituições a partir do ano seguinte.

A inserção da ODH Projeto Legal se deu na segunda metade do ano de 2006 quando as atividades foram realizadas no espaço do Nesa – Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente. Tratou-se de um momento de capacitação e maior conhecimento das atividades das instituições que trabalham na Rede a partir de apresentações de temas relacionados à área de atuação de cada uma delas.

A ODH Projeto Legal fez duas exposições. A primeira falava da questão do ato infracional e do Sistema Sócio-Educativo a partir da experiência do Projeto Atitude Legal, juntamente com um representante do Degase (Departamento de Ações Gerais Sócio-Educativas, órgão do Estado responsável pela execução de Medidas Sócio-Educativas, especialmente Semi-Liberdade e Internação).

A outra intervenção da ODH Projeto Legal abordou a temática da violência letal contra crianças, adolescentes e jovens a partir do PPCAAM – Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, na companhia do Observatório de Favelas.

Tais interlocuções foram ricas em discussões e proporcionaram uma maior visão de identidade da rede a partir do entendimento das ati-

vidades de cada membro, bem como avaliar sua importância de cada um no que se refere aos objetivos da construção da rede.

No ano seguinte, priorizou-se adotar a metodologia de discussão a partir de estudo de casos considerados emblemáticos e a partir disto propor possíveis desdobramentos institucionais. Destaca-se uma maior compreensão da dinâmica de atendimento de cada instituição e um panorama das políticas da infância no Rio de Janeiro. Em relação ao Projeto Legal, foi possível à instituição adquirir mais destaque nas discussões, ampliar a rede de serviços aos usuários e criar uma maior identidade com a Rede Rotas; inclusive, durante alguns meses, a reunião da Rede Rotas foi realizada na sede da ODH Projeto Legal. Ressalta-se naquele ano a participação política da Rede Rotas na Plenária Contra o Caveirão e a atuação no evento anual da Usina de Cidadania, conduzindo uma oficina com jovens do bairro da Maré abordando temas relacionados ao enfrentamento ao tráfico de drogas, entre outras.

No ano de 2008, a Rede Rotas fez uma apresentação no Seminário do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte-PPCAAM, relatando sua experiência e perspectivas para o ano. A sua atuação priorizou neste ano o retorno das atividades ao bairro da Maré, dando enfoque às intervenções nas principais instituições que atuam no cotidiano dos adolescentes e jovens inseridos no tráfico. Assim, foi realizada uma articulação com a rede de educação daquela localidade, considerada uma das principais políticas de proteção ao adolescente inserido no trabalho do narcotráfico ou que dele deseja sair.

Neste sentido, foi fundamental a criação da proposta de se atuar em parceria com a REDES - Redes de Desenvolvimento da Maré. Podem-se destacar os encontros com a rede da educação do bairro da Maré, especialmente com os educadores compartilhando experiências e dificuldades tanto no que se refere ao acolhimento do adolescente inserido ou egresso do narcotráfico bem como de questões transversais fundamentais, como a dificuldade dos profissionais em lidar com a questão e um paralelo das precariedades da política de educação na cidade do Rio de Janeiro, especialmente naquelas unidades concentradas em áreas de favelas.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O NARCOTRÁFICO A PARTIR DA ATUAÇÃO DO PROJETO LEGAL

A crise no padrão de acumulação capitalista deflagrada em meados da década de 70 do século passado fez com que a classe dominante delineasse um novo padrão político/econômico/cultural, tendo como proposta fundamental a reorganização da sociedade a partir da lógica do mercado em detrimento do modelo de Estado de Bem-Estar Social, com conseqüente

redução do papel do Estado. Tal modelo se baseia nos princípios da privatização, da cidadania subordinada à condição de consumidor e da flexibilização dos direitos humanos.

Some-se a este contexto o elevado padrão do desenvolvimento tecnológico e a financeirização do padrão de acumulação, passando para o capital financeiro como categoria dominante. Esse processo perverso, tendo em vista que os Estados Nacionais reproduziram tal lógica, ocasionou no fechamento de milhões de postos de trabalho, multiplicação da miséria/indigência e exponencial aumento da desigualdade social. De acordo com relatório da Organização das Nações Unidas, 2% dos adultos que habitam o planeta detêm 50% da riqueza enquanto os 50% adultos mais pobres detêm 1% dela. Nos países considerados periféricos, ou de terceiro-mundo, como o Brasil, esse processo se deu de forma mais emblemática visto que nestes países nunca fora consolidado um modelo de proteção social. Surge então, uma categoria de indivíduos supérfluos ao modelo adotado pelo sistema, passíveis de serem eliminados. (Motta, 2008) Neste cenário se multiplica o número de extermínio de jovens e pobres, especialmente aqueles pertencentes às periferias urbanas das grandes metrópoles. É o recrudescimento do fenômeno da violência urbana, que de acordo com Misse (2006: xi), *“a violência urbana diz respeito a uma multiplicidade de eventos (que nem sempre apontam para o significado mais forte da expressão violência) que parecem vinculados ao modo de vida das grandes metrópoles na modernidade tardia”*.

Na perspectiva da violência urbana nas periferias e favelas das grandes metrópoles, especialmente aquelas de países considerados subdesenvolvidos como o Brasil, um fator ganha destaque: o ingresso massivo de jovens no comércio ilegal de entorpecentes, um mercado mundial que gera bilhões de dólares⁴.

Trazendo esta questão para o contexto do Rio de Janeiro, talvez o estado que mais tenha criado o imaginário do narcotraficante, geralmente o varejista, na cultura brasileira, especialmente pela exposição midiática que se faz do local, deve-se analisar a problemática a partir dos diversos atores sociais inseridos, considerando aspectos de historicidade dos processos sociais.

Cabe destacar que a questão do narcotráfico como movimento expressivo da violência urbana no Rio de Janeiro surgiu na década de

4. Segundo um estudo da ONU, o tráfico de drogas possui em escala mundial um mercado consumidor que movimentou cerca de 322 bilhões de dólares. (Rique & Lima 2003).

80, especialmente a partir do barateamento da cocaína, o que aumentou consideravelmente a oferta em substituição a maconha, mantendo lucros exorbitantes, e tomando a partir de então centralidade da atenção pública. Este movimento do tráfico se constituiu nos presídios através da articulação entre os assaltantes de banco e os presos políticos sob a égide da Lei de Segurança Nacional no contexto do último decênio da ditadura militar no Brasil. O movimento denominado “falange vermelha” foi o embrião desse processo em que presos assaltantes e presos comuns passaram a se utilizar de argumentos políticos e econômicos para neutralizar suas práticas criminais e justificar sua forma de organização, visto que no ano de seu surgimento, em meados de 79, esses criminosos não foram beneficiados pela anistia política (Misse 2003).

Em meados da década de 80 e 90, ocorre o processo de fragmentação e multiplicação dos pontos de venda de varejo de drogas e se consolida o ingresso massivo de jovens nessas atividades, inclusive com uma espécie de organização hierarquizada no processo de trabalho nesse ramo. Na passagem para esse século, se verifica a intensidade do ingresso cada vez mais precoce de jovens e o aumento considerável da letalidade das ações, seja através de disputas entre facções por ponto de venda e nas ações das polícias militar e civil.

Vale ressaltar que o narcotráfico é uma atividade que atravessa uma multiplicidade de outras atividades ilícitas envolvendo setores econômicos e políticos de âmbito internacional, e um canal de passagem de variadas outras atividades ilícitas.

Entretanto, o setor que aparece como grande preocupante para o Estado e estabelecimento da “ordem pública” é o varejista, que concentra a maioria de seus pontos de vendas em periferias e favelas dos grandes centros urbanos e o setor mais baixo da hierarquia deste mercado, que representa o perfil do público atendido pelas instituições que compõe a Rede Rotas: aquela na maioria jovem, de baixa escolaridade, afro-descendente com histórico de precário acesso ao exercício de seus direitos fundamentais.

Considera neste contexto, a adolescência/juventude como uma fase peculiar contraditória de construção de valores e referenciais em uma sociedade inserida em um contexto de cidadania atrelada à condição de consumidor. Na análise da inserção de jovens no mercado ilícito do narcotráfico parte-se do pressuposto que ante à criminalização da atividade, entende-se que o trabalho de jovens no mercado ilícito do tráfico se constitui como uma das piores formas de exploração de trabalho infantil.

Assim, de acordo com a Convenção 182 (2000) da OIT (Organização Internacional do Trabalho) em seu art.3º que dispõe sobre as piores formas de trabalho infantil, o trabalho de crianças e adolescentes no tráfico compreenderia duas das quatro consideradas piores formas:

(a) “todas as formas [...], inclusive trabalho forçado ou compulsório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados” ;

(c) “utilização, demanda e oferta de crianças para atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de drogas conforme definidos nos tratados internacionais pertinentes.”

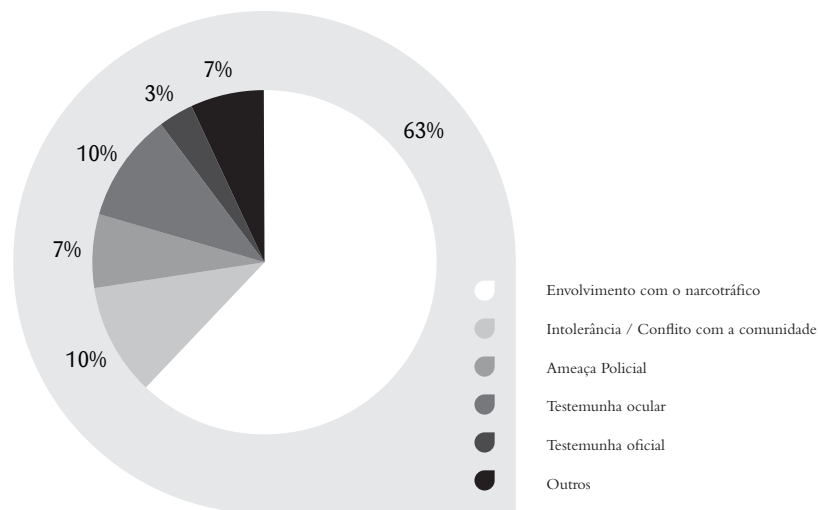
TECENDO OUTRAS REDES

A ODH Projeto Legal, apesar de não atuar diretamente no enfrentamento ao trabalho de crianças e adolescentes no tráfico de drogas, desenvolve ações que permeiam o tema.

Destaca-se, neste aspecto, que a Organização executa um programa em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República no qual a problemática do trabalho de crianças e adolescentes no tráfico de drogas está muito presente. Trata-se do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM, inserido no PPICCA- Programa de Proteção Integral e Cidadania de Crianças e Adolescentes que tem como objetivo a preservação de vidas de crianças e adolescentes ameaçados de morte, procurando garantir, através de uma medida protetiva especial, os vínculos familiares e comunitários e a (re) inserção social segura.

De acordo com os dados produzidos pelo programa, a maioria das ameaças de morte acontece por conta do envolvimento dos adolescentes com o tráfico. Este envolvimento pode ser de diversas ordens, como brigas com integrantes, acusações de delação (X-9), e, em muitos casos, por conta do trabalho no tráfico. O gráfico a seguir mostra que 57% dos adolescentes ameaçados acompanhados pelo Programa no ano de 2008 são referentes a ameaças provenientes do envolvimento com o narcotráfico.

Dentro desse grupo, as ameaças de morte se originam também por motivos diversos: perda ou furto de carga de drogas, dívidas, evasão do local de trabalho, ou até mesmo uma eventual abordagem policial. Sendo assim, a questão do trabalho no tráfico é um vetor que constantemente atravessa a prática dos que atuam enquanto profissionais no Programa de Proteção.



A questão do trabalho no tráfico poderia ser analisada em termos simplesmente negativos, ou seja, trazer à luz o que ocorre de trágico na vida de um jovem a partir do momento em que ele se insere neste tipo de atividade. Porém, aqui será analisada a questão da inserção relacional por meio do trabalho, considerando-o como a forma de inserção que estes jovens encontraram como possível em determinado momento de suas vidas.

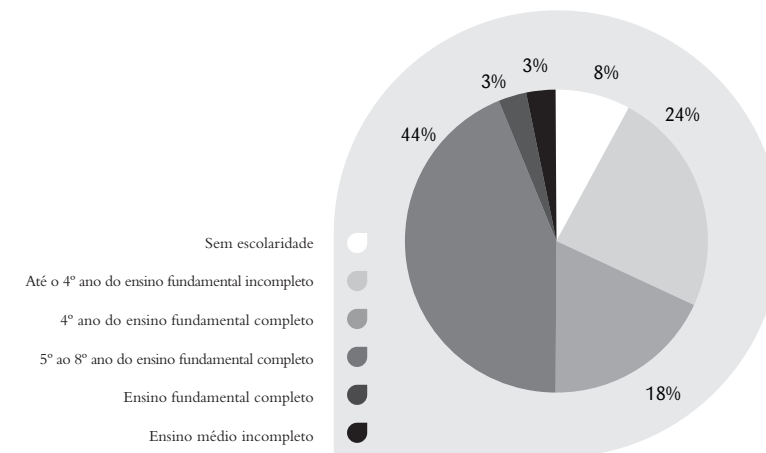
Castel (1991) chama de desfiliação a expressão de determinados modos particulares de dissociação do vínculo social. O autor não subestima a dimensão econômica da questão; porém, ressalta que o desafio contemporâneo da pobreza não será superado apenas distribuindo-se seguros, mas também se esforçando para preencher um vazio social. Neste ponto, o autor fala das situações de privação, que seriam um efeito da conjunção de dois fatores: um eixo de inserção/ não-inserção em uma sociabilidade sócio-familiar; e um eixo de integração/ não-integração pelo trabalho.

As populações pauperizadas estão ameaçadas não somente pela insuficiência de seus recursos materiais, como também fragilizadas pela labilidade de seu terreno relacional; *“não somente em vias de pauperização, mas também em processo de desfiliação, ou seja, em ruptura de vínculo com o social. Ao final do processo, a precariedade econômica torna-se privação, a fragilidade relacional, isolamento”* (Castel, 1991).

O que o autor nos traz é que não se trata de uma simples questão econômica de pouco emprego para muita gente, ou de estagnação da economia, visto que a riqueza nacional continua crescendo, mas sim que tais populações são consideradas inaptas para determinados tipos de trabalho, ou até mesmo discriminadas ao tentarem conseguir um emprego formal, fato que se observa no Programa de Proteção.

Sendo assim, é possível concordar com Castel quando ele fala que a desfiliação gera isolamento, por um lado, visto que as dificuldades impostas aos adolescentes no mercado formal de trabalho é um dos fatores que os mobilizam a ficarem reclusos em sua comunidade, buscando como alternativa o trabalho no tráfico, serviço rentável mais rapidamente. Porém, trata-se de um isolamento em relação ao conjunto maior, que é a sociedade como um todo, visto que em suas comunidades, os jovens articulam-se muito bem desempenhando seus serviços na rede de tráfico de drogas ilícitas. Afinal, na atual sociedade de consumo em que vivemos, onde a dimensão do *ter* ofusca a do *ser*, é difícil encontrar um adolescente que não queira aquela roupa de marca que todos do grupo desejam, ou então aquele tênis ou aquela moto que chama a atenção do sexo oposto.

O consumo é um atravessamento importante quando se fala em trabalho. E a sua força é encontrada nas falas dos jovens, quando questionados pelos motivos que os levaram a abandonar a escola. O gráfico abaixo nos mostra que a maior parcela dos adolescentes que foram atendidos pelo Programa de Proteção em 2008 sequer completou o ensino fundamental.



O que muitas vezes é interpretado por algumas instituições como “vagabundagem” ou coisa parecida, na verdade reflete inúmeras questões: uma escola que não acolhe as diferenças, na qual o aluno não adaptado é o aluno-problema e, portanto, não deve estar ali; a dificuldade que

esta instituição apresenta em lidar com temas do cotidiano desses jovens, e aí se destaca o uso de drogas e a sexualidade; por outro lado e por conta dos fatores acima citados também, os jovens alegam que não têm interesse de frequentar a escola, visto que assistir aulas “é muito chato”, “não sirvo pra estudar” ou “vou estudar pra quê? Isso não vai me garantir nada”. (Garcia, 2008)

Notamos, nestas falas, uma descrença desses jovens em relação ao mercado de trabalho, ou seja, eles não acreditam que os estudos poderiam lhes dar chances de um emprego futuramente. Além disso, é possível perceber o quanto eles estão preocupados com o imediatismo, dando preferência a ganhar dinheiro agora em detrimento de um investimento profissional. Neste ponto, não podemos esquecer os diversos agenciamentos de forças que produzem uma subjetividade imediatista. Ou seja, há um discurso hegemônico, uma subjetivação capitalística⁵, possibilitada por determinadas relações de poderes, que esquadrinham possibilidades de existir, sendo a melhor maneira de existir (mais visível e socialmente aceita) aquela que é imediata e efêmera (Guattari e Rolnik, 1989).

Isto também está relacionado ao que Deleuze (1990) chama de sociedades de controle. Esta seria marcada por um controle de curto prazo e rotação rápida, contínuo e ilimitado. Nesta sociedade, o marketing é o principal instrumento de controle social, produzindo modos de ser onde o consumo tem papel central.

Apresentado este panorama, a questão que se coloca para profissionais e instituições que atuam na defesa e promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes é: o que podemos fazer diante disso tudo? Podemos levar essa mesma discussão para a questão da rede. Em primeiro lugar, como entendemos essa rede com a qual tanto o Projeto Legal quanto a Rede Rotas se articula, chamada Sistema de Garantias de Direitos (SGD)?

A proposta aqui trazida é pensar a rede tal como a concebe Bruno Latour; para este autor, a noção de rede refere-se a fluxos, circulações, alianças, movimentos, ao invés de remeter a uma entidade fixa. Uma rede é formada por séries heterogêneas de elementos humanos e não-humanos conectados (Moraes, 2003). A rede também não pode ser confundida com um tipo de vínculo ligando de modo previsível elementos estáveis e perfeitamente definidos, pois as entidades que compõem a rede podem a qualquer momento redefinir sua identidade e suas mútuas relações, trazendo assim novos elementos para a rede.

Dessa forma, uma rede é capaz de redefinir e transformar seus componentes (Moraes, 2003). Partindo dessa caracterização, é possível dizer que os modos de pensar os sujeitos adolescentes que trabalham no tráfico, bem como suas famílias e relações, são efeitos negociados em

5. “Trata-se de sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo” (Guattari & Rolnik, 1989).

rede, e não fundamentos preestabelecidos para os estudos científicos. Assim, a análise do processo de construção do conhecimento coloca em cena a rede como o solo no qual o conhecimento é produzido (Moraes, 2003).

Então, é preciso estar atento se, a partir de nossas intervenções, estamos promovendo discursos, junto ao SGD, que vão ao sentido da adaptação e manutenção de visões preconceituosas e estigmatizantes desses adolescentes, ou se estamos possibilitando que as contradições e desajustes emirjam e sejam pensadas coletivamente, e assim, desnaturalizar certas concepções que por vezes nos parecem tão óbvias, como por exemplo, trabalhar para o tráfico arruinará de vez a vida de um adolescente, ou ele é essencialmente um “marginal” por conta dessa condição de trabalho.

Assim, pensar o lugar de onde falamos é fundamental; seja o psicólogo, o assistente social, o advogado, o psicanalista ou o médico cujas intervenções não são neutras, e sim, a partir delas, fabricamos sujeitos e modos de viver, ou seja, independente da formação acadêmica, a prática do profissional produz subjetividades.


Então, fica claro que não há como propor soluções mágicas, mas sim apontar alguns caminhos possíveis. Existem inúmeras dificuldades em lidar com esta rede chamada SGD, porém, não devemos desistir, sejam pelos preconceitos em relação a estes meninos, preconceitos estes que também nos permeiam e por isso devem ser postos em análise a todo o momento, seja pela escassez estrutural dos serviços. É estar junto a esta rede desconstruindo conceitos cristalizados sobre os meninos que trabalham no tráfico, para que junto com eles também possamos possibilitar a visualização de outras significações para as suas existências. Construir com eles formas outras de integração pelo trabalho, mostrando que é possível sair do isolamento relacional que os circunscrevem ao tráfico. Para isso, não basta, por exemplo, oferecer cursos profissionalizantes, insistir com os adolescentes que frequentar a escola é muito importante e que trabalhar no tráfico traz como consequência, dentre outras, uma vida curta; é preciso desnaturalizar concepções e visões de mundo cristalizadas, um exercício árduo e que só pode se dar enquanto aposta coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há como negar que o trabalho desempenha papel fundamental na inserção relacional das pessoas, tanto para se identificar através da atividade laboral que desempenha, quanto (e muito) para consumir modos de existência a partir da rentabilidade que o trabalho pode trazer. Considera-se que este último ponto é fundamental. Zaluar (apud Cruz e Ferreira, 2001) aponta que, dentre fatores como a baixa escolaridade, baixos salários e atração por estes grupos, que concorrem para que o jovem se associe ao tráfico, há componentes subjetivos importantes, como a fama e o hedonismo, intrinsecamente ligados ao modo de subjetivação capitalística. “As forças sociais que administram o capitalismo atualmente entenderam que a produção de subjetividade talvez seja a produção mais importante” (Guattari e Rolnik, 1989, p.29). Estes autores tratam a subjetividade não como uma questão de essência, e sim de produção; os indivíduos são resultado de uma produção de massa, e a subjetividade não é passível de centralização ou totalização no indivíduo, ela é “essencialmente fabricada e modelada no registro do social” (Guattari e Rolnik, 1989, p.31). Então, são produzidas subjetividades que valorizam o sujeito enquanto consumidor, e quanto mais consumidor, mais reconhecido enquanto sujeito ele é.

Dessa forma, é possível uma “positivação” ao falarmos do trabalho de jovens no tráfico. Trata-se aqui não de justificar os atos destes jovens no exercício de seu trabalho, mas de dizer que a subjetivação capitalística é parte importante da escolha por este tipo de atividade. E por envolver produção de subjetividade, estamos diante de algo que, por não ser essência imutável, permite espaços de construção de novos caminhos a serem trilhados. Aqui se dá ênfase à importância do trabalho em rede, articulando forças para efetivar o compromisso coletivo da transformação.

Sabe-se das dificuldades de se trabalhar em rede – estar diante de pessoas diversas, com formas de pensar e atuar diferentes; porém, acredita-se que é possível fazer da heterogeneidade uma potência produtiva de novas significações. O nível micro da atuação – que se expressa pelos questionamentos, desnaturalizações e análises críticas do cotidiano – não exclui intervenções ao nível macro: denúncias, participação de espaços políticos, conselhos de políticas da mídia na perspectiva contra-hegemônica articulando com o constante questionamento acerca da sociedade regida pelo capital. Assim, a mobilização de diversos atores no enfrentamento deste contexto se configura como fator fundamental de garantia de direitos sob um parâmetro de defesa da cidadania, podendo-se afirmá-la como:

“uma espécie de tradução jurídica do processo de socialização política que acompanha a modernidade capitalista e que se manifesta na instauração de níveis progressivos de cidadania e na participação de grupos populacionais cada vez mais amplos no governo da sociedade. (...) Os direitos como um todo são indispensáveis para que se possa pensar numa forma justa e democrática de vida.” (Nogueira, 2005) 

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTEL, R. *Da indigência à exclusão, a desfiliação: precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional*. In: LANCETTI, A. (org.) *Saúde Loucura 4*. São Paulo, Grupos e coletivos, Hucitec, 1993 [1991], p. 21-48.
- CRUZ, M. S. e FERREIRA, S. M. B. (org.). *Determinantes socioculturais do uso abusivo de álcool e outras drogas*. In: *Álcool e drogas: usos, dependências e tratamentos*. Rio de Janeiro: Edições IPUB, 2001.
- DELEUZE, G. *Sobre as sociedades de controle*. In: *Conversações*. Rio de Janeiro, Ed.34, 1972-1990.
- GARCIA, Aline. *Ameaças de morte e dispositivos de proteção: para quem?*. Monografia de Conclusão do Curso de Formação em Psicólogo. Instituto de Psicologia: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Subjetividade e história*. In: *Micropolíticas: Cartografias do desejo*. Petrópolis, Vozes, 1989.
- MISSE, Michel. *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Lumens Júris, 2006.
- MISSE, Michel. *O movimento: a constituição e reprodução das redes do mercado informal ilegal de drogas a varejo no Rio de Janeiro e seus efeitos da violência*. Núcleo de Estudos da Cidadania, conflito e violência urbana da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em www.ifcs.uffj.br, consulta em 13/10/08. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003.
- MORAES, M.A. *Psicologia como reflexão sobre as práticas humanas: da adaptação à errância*. Revista Estudos de Psicologia, v.8, n° 3, PP. 535-539, 2003.
- MOTA, Ana Elizabete. *Questão Social e Serviço Social: um debate necessário*. In: *O Mito da Assistência Social*. São Paulo: Cortez, 2008.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. *O desafio de construir e consolidar direitos no mundo globalizado*. In: *Serviço Social & Sociedade* N°82. São Paulo: Cortez, 2005.
- RIQUE, Célia & LIMA, Marcos Costa. *As novas relações entre polícia e sociedade: uma perspectiva emancipatória*. Recife: Bagaço, 2003.
- SIMAS, Fábio. *Violência e Juventude na Sociedade Brasileira Contemporânea*. In: *A Proteção e o Direito à Vida: responsabilidade de quem?*. Rio de Janeiro: Organização de Direitos Humanos Projeto Legal e Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.
- TRABALHO, Organização Internacional do. *Convenção 182*: Genebra, 17 de junho de 1999.



Jovens em comunidades populares: inequidades, potencialidades e transformação social

AMANA ROCHA MATTOS¹ • FRANSÉRGIO GOULART²
ROBERTA MERCADANTE³ • NILZA ROGÉRIA NUNES⁴

A TRAJETÓRIA DO CEDAPS

O CEDAPS – Centro de Promoção da Saúde – é uma organização da sociedade civil criada em 1993 no Rio de Janeiro. Desde 1996 atua em parceria com comunidades na perspectiva da construção coletiva de ações de prevenção ao HIV/Aids e patologias associadas, e nesse contexto adquiriu um conhecimento prático sobre o processo de cooperação técnica em parceria com a comunidade que contribuiu para a consolidação de uma proposta metodológica que operacionaliza os preceitos do campo conceitual da saúde pública denominado **promoção da saúde**, campo este orientador da atuação do CEDAPS desde o final da década de 90. O campo da promoção da saúde é orientado pelos princípios da Carta de Ottawa⁵ dentre os quais registra-se a **participação da comunidade** como elemento constitutivo e definidor do que se compreende como “saúde” para sujeitos, grupos e comunidades.

Reconhecendo a **participação da comunidade** como aspecto constituinte da noção de saúde como uma construção social e coletiva, o CEDAPS estrutura e consolida sua proposta de intervenção a partir do desenvolvimento de processos participativos de qualificação e

1. Amana Mattos é Psicóloga e Mestre em Psicologia. Atua como consultora técnica do CEDAPS.
2. Fransergio Goulart é Historiador. Atua como técnico de campo do CEDAPS.
3. Roberta Mercadante é Psicóloga e Mestre em Políticas Públicas. Atua como técnica de campo do CEDAPS.
4. Nilza Rogéria Nunes é Assistente Social e Mestre em Psicossociologia e Ecologia Comunitária. É coordenadora técnica do CEDAPS.
5. Carta de Intenções realizada na Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde - Organização Mundial de Saúde, realizada em Ottawa, Canadá, 1986.

fortalecimento da ação local implementada por grupos e organizações populares. Em 2005, o CEDAPS já registrava atividades desenvolvidas em aproximadamente 52 comunidades na cidade do Rio de Janeiro e Região Metropolitana. Nessa ocasião foi fundada a Rede de Comunidades Saudáveis do Rio de Janeiro, instância de articulação que passou a agregar pessoas envolvidas em trabalhos comunitários com foco em Promoção da Saúde. As ações de prevenção constituíam, nesse momento, apenas uma parte do trabalho feito pelas lideranças. Outros inúmeros campos de atuação se multiplicaram, dando à Rede um perfil heterogêneo de atividades e participantes, que expressa a diversidade do trabalho desenvolvido.

Uma *comunidade saudável* é, de acordo com a OMS (1996) aquela que busca produzir, manter e proteger a saúde de *cada um* dos seus membros; onde as populações assumem um papel ativo e solidário na solução de seus principais problemas, buscando melhorar seu ambiente físico e sua vida social, cultural e econômica, conquistando direitos e bens sociais. Nesse processo de interação entre o CEDAPS e as organizações comunitárias de base, muitas lideranças jovens foram se destacando em ações nas comunidades, debates, projetos e parcerias. Uma marca significativa do trabalho do CEDAPS é apoiar e ajudar a desenvolver as potencialidades das pessoas que já atuam em seus territórios, consolidando assim a sua participação. Tendo desenvolvido uma primeira experiência com jovens através de um projeto de iniciação profissional intitulado CORES⁶ apoiado pelo Governo Federal através do programa Capacitação Solidária, em 2001. Através destas intervenções a aproximação com o público juvenil foi se dando de maneira gradativa e produtiva. A possibilidade de interlocução com jovens estudantes de escolas públicas, moradores de áreas populares e usuários da rede pública de saúde abriu uma perspectiva consistente para a instituição de atuação e intervenção para a Promoção da Saúde nessas esferas da cidade. Desde essa primeira experiência, o CEDAPS vem construindo uma linha de atuação com juventude, ainda que as formas de atuação sejam muito variadas, assim como as comunidades envolvidas.

Conforme os projetos iam se desenvolvendo – muitas vezes entre dúvidas e hesitações, entre inseguranças e surpresas, uma vez que atuar diretamente com jovens exige da equipe técnica uma certa “afinação” com seus interesses, vocabulários, expectativas e dificuldades – foi ficando cada vez mais clara a potência do trabalho no sentido de contribuir com a trajetória de garotos e garotas num Rio de Janeiro tão desigual. É preciso lembrar sempre que as ofertas de lazer, saúde, educação e trabalho nessa cidade são extremamente mal distribuídos, e que nas áreas de atuação do CEDAPS o cenário encontrado se afasta, muitas vezes, da idéia de um ambiente ideal onde crianças e jovens possam crescer em condições saudáveis. Portanto, nos projetos e atividades desenvolvidos tornou-se uma questão central – e mesmo uma marca institucional – a tentativa constante de melhorar a qualidade de vida de adolescentes e jovens através da promoção da autonomia e da emancipação individuais.

6. Curso de Organização de eventos, Recreação, Educação e Saúde (CORES)

Esse exercício diário, presente em todas as ações desenvolvidas com jovens, aposta numa crescente conscientização e responsabilização dos participantes pelas escolhas que vão sendo feitas em suas vidas. Certamente essa aposta levanta inúmeras questões: como trabalhar a autonomia em áreas de pobreza? Como aumentar o acesso à cidade para jovens de comunidades? De que maneira esse tipo de intervenção cria, para esses sujeitos, alternativas ao ingresso no tráfico/comércio ilícito de drogas? Acreditamos, entretanto, que os resultados que vêm sendo alcançados indicam que trilhamos o caminho certo. Neste artigo, vamos apresentar algumas das respostas encontradas para esses questionamentos, assim como discutir as estratégias e metodologias desenvolvidas ao longo dessa experiência.

JUVENTUDE, POBREZA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: UMA EQUAÇÃO POSSÍVEL?

O contexto das comunidades com as quais CEDAPS coopera deve ser entendido a partir da noção de *território*, o que significa dizer que o território não se restringe a um espaço delimitado geograficamente, mas se apresenta, sobretudo, como um conceito relacional. É preciso considerar a dimensão cultural das populações, suas particularidades locais, os lugares onde vivem, os seus anseios e não somente suas necessidades objetivas. Nas *políticas territoriais* o território fornece as informações e as *redes de relações* necessárias às mudanças e soluções potenciais para cada problema enfrentado. Nos contextos dos centros urbanos, por um lado, está presente a sinergia dos fatores negativos que concorrem para a vulnerabilidade estrutural e desproteção de crianças, adolescentes e jovens; por outro, é nesse mesmo território que podem ser construídas e reforçadas as bases sociais de apoio, proteção e desenvolvimento de seus habitantes. Essa noção vem sendo utilizada para análises no campo da Geografia (Santos, 2005), no campo do planejamento urbano e desenvolvimento (Koga, 2002) e no campo da promoção da saúde (Mendes e Fernandez, 2004). No presente trabalho, partimos dessa concepção, considerando os espaços de moradia e circulação existentes na cidade na maneira em que são apropriados por populações de diferentes camadas sócio-econômicas.

Nos territórios das comunidades, espaço em que atuam a maioria dos adolescentes e jovens acompanhados pelo CEDAPS, as dificuldades são muitas: acesso restrito ao saneamento básico, ao abastecimento de água e à coleta de lixo; poucos equipamentos de saúde acessíveis aos moradores; transporte público insuficiente; problemas estruturais na educação pública e falta de equipamentos/investimentos culturais e esportivos.⁷ Essa situação de dificuldades extremas é apontada por muitos autores como fatores que levariam a uma condição de vulnerabilidade social desses sujeitos, especialmente de crianças, adolescentes e jovens, por impor condições que comprometem o seu desenvolvimento saudável e sua socialização.

Apesar de entendermos que situações de violência extrema, de insuficiência dos serviços e equipamentos de saúde, educação e acessibilidade e as dificuldades econômicas são obstáculos reais que impactam diretamente na qualidade de vida dos moradores desses territórios, o trabalho que o CEDAPS vem desenvolvendo aponta para possibilidades consideráveis de participação política e social de tais sujeitos, com destaque para os jovens. É importante que não se *vitimize* os jovens e moradores de áreas populares em geral, pois essa postura faz com que não enxerguemos as formas de atuação e organização das comunidades como legítimas e propositivas.

Um dos pontos-chave para se discutir a participação atualmente é o conceito de cidadania. Sabemos que a idéia de cidadania tem um longo percurso histórico e que, em um mundo de globalização da economia e de mundialização da cultura, muitos ajustes precisam ser feitos para pensarmos o seu exercício nos países em desenvolvimento, sem que importantes questões locais sejam desconsideradas ou desrespeitadas. Segundo Quiroga (2002), novas possibilidades vêm se abrindo no campo da cidadania, tais como: a emergência de novos atores sociais antes não reconhecidos, que falam a partir de suas inserções étnicas, sexuais, religiosas e etárias – aqui se destacando os jovens; a possibilidade de politizar, isto é, de trazer para a arena pública de discussão certas dimensões da vida social desses grupos; e a consideração de novas formas de expressão e mobilização de grupos na coletividade, que oferecem alternativas aos processos políticos tradicionais tão desacreditados e distantes da população.

O período da juventude vem sendo discutido por muitos autores que procuram delimitá-lo e defini-lo. Uma das razões para essa preocupação atual é, como ressalta o relatório da Pesquisa do IBASE/POLIS sobre juventude no Brasil (2007) o peso demográfico que esse grupo vem assumindo no país: no Censo de 2005 (IBGE), a população brasileira possuía mais de um quarto (27%) de jovens de 15 a 29 anos. Esse é o período de vida em que questões cruciais para a grande maioria dos sujeitos se definem: formação escolar, escolha profissional e inserção no mercado de trabalho, constituição de família, iniciação e experiência da vida sexual, etc. Para jovens que convivem diariamente com situações de violência e precariedade das condições básicas de moradia, esse período é também o de correr riscos diários devido aos crimes violentos, às operações policiais agressivas, ao uso de drogas, etc.

7. Para um panorama mais completo da situação das favelas na cidade do Rio de Janeiro, indicamos o *Diagnóstico Social e Esportivo de 53 Favelas Cariocas*, Volume 2. A pesquisa, realizada na ocasião dos XV Jogos Pan-americanos no Rio, em 2007, fez uma extensa investigação dos problemas das favelas localizadas nas áreas em que ocorreram as competições dos Jogos. O Diagnóstico é resultado de um convênio estabelecido entre o Ministério dos Esportes e o Observatório de Favelas, e contou com a colaboração do CEDAPS.

8. Os projetos com jovens pensados e executados pelo CEDAPS têm formatos e fontes financiadoras diferentes. Em alguns casos, reúnem adolescentes e jovens que fazem trabalho social com crianças e com outros de sua idade. São projetos que se realizam em comunidades e áreas populares da cidade, e têm um acompanhamento da equipe técnica do CEDAPS.

Segundo Novaes, algo em comum à juventude carioca atual é o fato de os jovens de diferentes inserções sócio-econômicas “terem se socializado sob a cultura do medo” (Novaes, 2002:49), o que resultaria numa experiência geracional comum a esses sujeitos. Entretanto, a autora aponta que essa cultura do medo, do sentimento de insegurança e temor partilhado por todos os jovens da cidade, tende a estigmatizar a parte da população da cidade que habita os espaços “condenados” pela sociedade. Sobre esses jovens moradores de áreas populares pesaria a generalização de que os “Pobres, mais negros do que brancos, e favelados, seriam marginais de fato ou em potencial.” (*Idem*).

Sem dúvidas, o preconceito contra moradores de favela é um dos problemas mais mencionados por adolescentes e jovens nas atividades e projetos assessorados pelo CEDAPS. As barreiras sociais enfrentadas por esses garotos e garotas se somam às dificuldades cotidianas, e frequentemente lhes fecham portas. Traduzido no olhar de descrédito ou medo vindo de pessoas das áreas mais ricas da cidade, na recusa de empregos quando o local de moradia é informado, ou na violência da polícia que os trata de maneira desigual, esse preconceito marca a trajetória desses jovens, e é narrado muitas vezes em tons de revolta com a injustiça vivida, outras tantas com a apatia de quem acha que nada vai realmente mudar.

O que discutiremos a seguir são algumas experiências bem sucedidas de trabalhos com jovens⁸ que conseguiram despertar e alimentar seu senso crítico em relação ao lugar onde moram, à sua importância nesses contextos, aos seus projetos de vida e à maneira como poderiam estar atuando localmente. Esses jovens não estão diretamente ligados ao comércio ilícito de drogas. Entretanto, por viverem diariamente com essa realidade, por viverem no mesmo território em que está o tráfico e em que a polícia realiza suas incursões, seus caminhos se cruzam com as ofertas de trabalho ilícito, de drogas para consumo próprio, etc.

Em nosso percurso de trabalho, os adolescentes e jovens nos mostraram ser capazes de criar novas formas e espaços de participação diferentes das tradicionais, ou das vivenciadas por outras gerações. Esses novos espaços se caracterizam principalmente por serem menos hierarquizados, por permitirem diferentes tipos de inserção e por estarem abertos aos

saberes de cada participante, formando assim redes de diversas potencialidades. Nesse sentido, apostamos no desenvolvimento entre os jovens de uma percepção diferenciada da comunidade onde vivem, de seus problemas, de seus pontos fortes, das redes sociais, numa maior possibilidade de intervenção local. A aposta se dá no sentido de que esses jovens possam intervir diretamente na realidade da qual fazem parte, de forma politizada discutindo criticamente as responsabilidades do Estado para com essa população, mas combatendo o imobilismo e o conformismo na construção de suas trajetórias pessoais, enfatizando a importância das escolhas feitas e de poderem responder por elas. Ressaltando a metodologia participativa aplicada pelo CEDAPS, discutiremos nossos aprendizados com essa trajetória.

ESTRATÉGIAS E METODOLOGIAS DE ATUAÇÃO: “APRENDER FAZENDO”

A configuração da juventude como um campo de atuação do CEDAPS se deu, em grande medida, pela aproximação da instituição com jovens de comunidades que participaram dos projetos sociais implementados na discussão de problemas de suas comunidades e de estratégias possíveis para seu enfrentamento. O envolvimento desses atores sociais no debate e na ação nos mostrou o potencial do jovem em visualizar sua comunidade de um ponto de vista muitas vezes desconsiderado em intervenções (do governo, de ONGs) mais impositivas e menos participativas, em reunir e interagir com outros jovens, adolescentes e crianças, fortalecendo a mobilização comunitária, e em propor atividades e estratégias de intervenção criativas, eficazes e viáveis para esse público.

A proposta de formação de referências juvenis na comunidade tem como objetivo principal a mobilização de outros jovens, adolescentes e crianças para ações comunitárias planejadas e realizadas por esses jovens. Sempre articulando atividades de lazer à discussão de conteúdos educativos, os jovens que vão assumindo a liderança nesses projetos se destacam ao proporem abordagens e atividades que chamam a atenção dos moradores na comunidade. São torneios de futebol seguidos por discussão sobre sexualidade e prevenção com jovens rapazes; camelôs educativos que distribuem preservativos e informação para quem passa nas feiras livres; adolescentes multiplicadores acessíveis em unidades de saúde para que outros adolescentes possam ser acolhidos em um ambiente mais descontraído; Clubes organizados por jovens que reúnem crianças e adolescentes para brincar, conversar e ver filmes nos horários livres, dentre outras muitas ações. É interessante observar que os jovens que se destacam como dinamizadores e organizadores das atividades assumem um lugar de referência, ou mesmo de modelo para os pares e os mais novos. São incontáveis os depoimentos das lideranças jovens que falam como as crianças os procuram em outras situações na comunidade se precisam

de ajuda, carinho ou companhia, ou dos adolescentes que passam a ter neles uma referência para conversar sobre questões pessoais, afetivas, problemas enfrentados em suas casas, dúvidas sobre vida sexual, etc.

A percepção de que o jovem é um importante interlocutor na comunidade, seja na articulação e/ou participação junto às redes de apoio locais e de suporte, ou especialmente no diálogo *entre* jovens, com uma linguagem própria e acessibilidade direta tem sido a tônica do trabalho da instituição. O ponto central da estratégia é garantir o protagonismo da ação local desenvolvida por este segmento. A partir da prática, observa-se que a diversidade das estratégias baseadas na cultura local contribui para o estabelecimento de uma mobilização coletiva para questões pertinentes ao cotidiano da vida comunitária.

Ainda que seja significativo o potencial do jovem para o trabalho comunitário e para a mobilização política, é preciso também considerar as dificuldades que encontram em seu dia-a-dia. Jovens moradores de comunidades e áreas periféricas estão, na maior parte das vezes, à margem dos recursos de lazer e diversão oferecidos por uma cidade cosmopolita como o Rio de Janeiro. Nos diversos projetos sociais que temos implementado para esse grupo societário, encontramos uma grande parcela de jovens que nunca saíram de suas comunidades ou que o fazem acompanhados da família, em trajetos irregulares, muito esporadicamente. O direito à cidade, à circulação e ao desfrute dos equipamentos oferecidos no espaço urbano coloca-se como um direito a ser conhecido e conquistado por esses jovens.

Os jovens muitas vezes desconhecem os destinos que poderiam ser visitados e usufruídos na cidade, e também o direito que têm a eles. Assim, consideramos que para romperem os “muros” da cidade a relação interpessoal com outros jovens e com a equipe técnica vem sendo facilitadora do processo de integração com outros grupos e com a cidade. Isso é estimulado de diferentes maneiras: fazendo reuniões com os jovens para discutir atividades do projeto em lugares como universidades públicas e particulares; tornando o escritório do CEDAPS no Centro da cidade um espaço em que os jovens podem usar computadores, se reunir com os pares e técnicos e pesquisar na Internet e no Banco de Recursos; promovendo passeios para os jovens

conhecerem a praia, cinemas, teatros, centros culturais e museus; organizando espaços de encontro entre grupos jovens de diferentes territórios e classes sociais para conversar sobre assuntos comuns; estimulando e viabilizando a participação de jovens em fóruns de discussão, políticos, da sociedade civil, para participarem de debates sobre a cidade, seus problemas, e sobre a juventude, etc.

São muitas as histórias que colecionamos de jovens que se surpreendem ao saber que podem frequentar praças, museus e parques gratuitamente. Apresentarmos alguns desses jovens aos espaços de universidades públicas gerou muitas conversas sobre seus planos para o futuro, possibilidades de continuar os estudos numa formação de curso superior. Há, entre os jovens que participaram de nossos projetos, garotos e garotas que prestaram o vestibular e hoje fazem curso superior. Meninos que nunca tinham ido à praia, ao cinema, e hoje se apropriam desses espaços como opção de lazer. Jovens moradores de comunidades distintas que nunca tinham visitado outras áreas populares – grupos da Maré que passaram a circular pela Rocinha, jovens do Complexo do Alemão que visitam Vidigal, Parada de Lucas e trocam experiência com outros jovens. Promover e aumentar a circulação desses jovens na cidade é uma poderosa estratégia de inserção social. Ampliar as experiências de espaço-tempo é uma forma de apontar/vislumbrar novos futuros e de se superar estigmas, ampliar o auto-estima e potencializar o sentimento de cidadão/cidadino.

Um outro aspecto fundamental para o envolvimento dos jovens nas atividades desenvolvidas é que, a partir da metodologia “Construção Compartilhada de Soluções em Saúde”, aplicada e acompanhada pelo CEDAPS, cada sujeito desenvolve um projeto ou plano de ação a ser realizado localmente por ele mesmo a partir de um problema identificado na comunidade. Nos planos de ação pensados pelos jovens, sexualidade e prevenção são temas recorrentes, mas também aparecem o combate à dengue, uso de drogas por outros jovens, a falta de atividades educativas para crianças, dentre outros.

Com o próprio jovem sendo autor do projeto a ser desenvolvido por ele, percebemos que seu interesse e seu envolvimento nas ações são mais intensos do que se propuséssemos temas que consideramos importantes mas que não são percebidos pelos jovens como problemas em suas comunidades. A partir da elaboração do projeto, a equipe técnica apóia as ações, capacita o jovem na temática abordada e o ajuda a sistematizar o trabalho. Com isso, vemos que as lideranças juvenis vão fortalecendo sua atuação, se apropriando de temáticas de seu interesse e passando a se reconhecer na comunidade como sujeitos que contribuem para o desenvolvimento local. O sentimento de autoria e de participação traz um efeito importante nesta relação de pertencimento.

9. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

As trajetórias de alguns jovens ilustram esse envolvimento de que estamos falando. Um adolescente, morador de uma comunidade na Zona Norte, começou como pesquisador adolescente de um diagnóstico comunitário local realizado na região pelo CEDAPS, se destacou por suas propostas de intervenção recreativa com crianças. Foi dinamizador de um Clube de Adolescentes, organizou inúmeras ações de mobilização comunitária e se tornou referência no lugar onde mora. Hoje, faz faculdade de Serviço Social na UERJ e trabalha numa organização internacional de trabalho humanitário em sua comunidade. Outro jovem, de uma área extremamente pobre da Zona Oeste, participou de um projeto para crianças e adolescentes numa parceria CMDCA⁹ - CEDAPS, se capacitou e se tornou dinamizador do grupo. Depois disso, interessou-se pela área de produção de vídeos e fez um curso profissionalizante num importante centro cultural da cidade. Hoje, trabalha na área de produção de imagens e já filmou e editou vídeos que discutem a realidade das comunidades populares da periferia, tendo recebido o terceiro lugar no Prêmio Light 2008.

Uma das lideranças jovens, moradora de uma comunidade na região central da cidade, iniciou sua participação através da atuação de sua mãe como liderança comunitária. Começou a atuar a quatro anos em um Núcleo Comunitário de Prevenção as DST/Aids. Hoje, é dinamizadora do Clube Jovem em sua comunidade e participa de espaços de articulação política, como o Fórum de Juventudes e a Marcha das Mulheres. Este ano foi delegada na Conferência Nacional de Juventudes e participou do Encontro Mercosul Derechos e Direitos e das Conferências Estaduais de Direitos Humanos e LGBT.

Outro exemplo que merece destaque se refere à trajetória de uma jovem que iniciou no trabalho comunitário a partir de sua participação em um Clube de Adolescentes na Zona Norte da cidade, há três anos. Atualmente, é uma importante liderança em sua comunidade, referência para crianças e adolescentes, ativista contra o preconceito que recai sobre jovens vivendo em favelas e periferias através de um projeto dinamizado por outra organização da sociedade civil, além de ter participação ativa no Fórum de Juventudes. Está se preparando para prestar vestibular para Biologia.

Esses casos são histórias singulares, sem dúvidas, e nem todos os jovens que passam por projetos no CEDAPS participam por tempo suficiente para acompanharmos seus destinos. Entretanto, percebemos naqueles com os quais mantemos contato mesmo tendo saído dos projetos que há um ganho de autoconfiança significativo a partir do momento em que eles se apropriam dos conteúdos trabalhados, se percebem como sujeitos de direito e repensam sua condição na comunidade como mobilizadores sociais, multiplicadores de informação e lideranças juvenis. E mesmo entre aqueles que não alcançam uma visibilidade tão grande nos projetos, observamos que a relação entre pares e o acesso a oportunidades que surgem em função do trabalho realizado já abrem novos horizontes de inserção social.

OS CLUBES DE ADOLESCENTES E CLUBES JOVENS: CONSTRUINDO REDES SOCIAIS

Um projeto que se destaca na perspectiva de ampliação do acesso às oportunidades sociais são os Clubes Comunitários de Adolescentes, que possibilitam a realização de ações sócio-educativas, culturais e de lazer, buscando a construção de alternativas para promoção de saúde e direitos humanos e abrangendo cerca de 200 crianças e adolescentes entre 4 e 18 anos incompletos, divididos nas comunidades do Complexo do Alemão, Morro dos Prazeres e Rio das Pedras.

Os Clubes funcionam em espaços que já existiam na comunidade, aproveitando os recursos locais disponíveis. Os encontros acontecem nas casas e lajes dos dinamizadores, nas ruas, quadras e praças das comunidades, nas Associações de Moradores, Igrejas, Unidades do Programa Saúde da Família, etc. Os próprios jovens se mobilizam e se articulam para selecionar, reservar e preparar esses espaços para a realização dos encontros com as crianças e os adolescentes. Tendo sido um formato desenvolvido pelo CEDAPS em 2004, o projeto já teve diferentes fontes financiadoras e destaca-se como uma estratégia consistente de formação de redes sociais e afetivas entre o público infantil e juvenil nas áreas populares.

Cada Clube é dinamizado por um ou dois jovens moradores das comunidades. Participam de cada Clube aproximadamente 25 crianças e adolescentes, que se encontram regularmente durante a semana. Quando há muita discrepância de idades, são formados grupos por faixas etárias. Nos encontros, são realizadas atividades lúdicas e de recreação (como, por exemplo, jogos tradicionais, de tabuleiro, de roda, gincanas, vídeo game, dinâmicas, sessões de vídeo, etc.), de arte educação (pintura, desenho, colagem, expressão dramática, etc.), esportivas (futebol, queimado, vôlei, handball, etc.), além de discussões e atividades sobre temáticas escolhidas junto com os dinamizadores, tais como cidadania, direitos e deveres, vida em família, violência, sexualidade, prevenção de DSTs e HIV/Aids, cuidados corporais, etc.

Através de diversas capacitações e atividades, e aproveitando recursos oferecidos por políticas públicas, empresas e organizações juvenis voluntárias da cidade, a equipe técnica investe na formação ampliada dos dinamizadores, que com isso se encontram preparados para a formação da “próxima geração” – apontando para a sustentabilidade de uma tecnologia social em estruturação.

Os Clubes também realizam passeios e visitas a diversos espaços da cidade do Rio de Janeiro. Procuramos estimular o interesse dos próprios dinamizadores em articular passeios e atividades itinerantes e autônomas com seus respectivos Clubes. Alguns deles relataram não conhecerem a cidade, principalmente a Zona Sul e o Centro, por inúmeras dificuldades, ficando muito restritos às suas comunidades. Assim, ampliando suas percepções acerca do universo de possibilidades culturais, recreativas, artísticas, ambientais e profissionais que cidade do Rio de Janeiro oferece, despertamos o interesse e a criatividade desses dinamizadores, ajudando-os na organização e planejamento de suas ações e os incentivando a oferecer essas mesmas oportunidades aos participantes dos Clubes. Ainda faz parte das agendas dos Clubes a organização de eventos como comemorações de datas festivas, de torneios e campeonatos, de ações comunitárias, etc. Todas as atividades são planejadas com os jovens e estes são estimulados a proporem novas idéias e a realizarem as atividades com maior autonomia possível.

Estes aspectos são fundamentais para o estabelecimento de uma atuação comunitária que supere a dimensão comportamental e caminhe em direção ao alcance da autonomia e da emancipação destes jovens. E com base nestes aprendizados que o espaço da Rede Rotas se mostra como um canal de interlocução e fortalecimento das ações que por múltiplas faces permeia o cotidiano das organizações nela inserida. É na troca, no diálogo, na proposição, no pensar coletivo que se desvelam novos saberes e novos aprendizados, cujo desafio é premente, uma vez que se pauta na construção de estratégias de enfrentamento ao trabalho de crianças, adolescentes e jovens em redes ilícitas. É com a experiência da troca compartilhada que podemos conhecer e reconhecer novas estratégias de reflexão-ação que possam ser incorporadas no âmbito das organizações que participam desta rede.

CONCLUINDO...

Em todas essas ações e intervenções ressaltamos a marca institucional do CEDAPS no trabalho com jovens, em que buscamos promover sua autonomia e a emancipação, tornando-os mais conscientes e responsáveis por suas escolhas. A aposta do CEDAPS é atuar como uma entidade que coopera no desenvolvimento desses sujeitos, contribuindo para construção de caminhos individuais e coletivos mais **saudáveis**. Acreditamos, que apresentar alternativas, opções de vida e alargar as possibilidades percebidas pelo jovem justamente neste momento tão significativo de escolhas pessoais e projetos de vida tem efeitos muito positivos na concretização de seus caminhos. São sujeitos que se percebem mais capazes, mais potentes e mais conscientes de seus direitos, o que se reflete em suas posturas nas comunidades, em suas redes sociais e na vida, de maneira geral.

Acreditamos, também, que a entrada para trabalhar no mercado ilícito de drogas, está relacionada, em muitas situações, à falta de outras perspectivas de inserção de trabalho e também às restritas oportunidades que se apresentam para os jovens de áreas populares. Assim, também no que se refere a essa questão, entendemos que jovens fortalecidos em sua comunidade, capacitados em conteúdos como cidadania, promoção da saúde, sexualidade, participação comunitária e, acima de tudo, atuantes, são menos suscetíveis a integrarem as redes ilícitas de onde vivem. Consideramos que a construção social de territórios em que o jovem se percebe e é percebido pela população como um recurso local, dotado de valor positivo, se constitui como fator de proteção no que se refere às inúmeras vulnerabilidades vivenciadas no contexto em que estão inseridos. A experiência do CEDAPS confirma na prática a noção de que a dinamização de processos de fortalecimento dos jovens como potencialidades locais transforma o ambiente e possibilita a construção coletiva e solidária de alternativas aos fatores de vulnerabilidade. **D**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- IBASE / POLIS. (2007) *Juventude e Integração Sul-Americana: Caracterização de situações-tipo e organizações juvenis*. Relatório Nacional do Brasil. Rio de Janeiro.
- KOGA, Dirce. (2002) “*Cidades entre territórios de vida e territórios vividos*”. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 72, dezembro, Cortêz Editora.
- MENDES, Rosilda & FERNANDES, Juan C. A. (2004) “*Práticas intersetoriais para a qualidade de vida na cidade*” In: Garibe, R. & Capucci, P. Gestão local nos territórios da cidade: ciclo de atividades com as subprefeituras. São Paulo: Secretaria das Subprefeituras.
- MINISTÉRIO DO ESPORTE & OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. (2008) *Diagnóstico Social e Esportivo de 53 Favelas Cariocas – Legado Social dos XV Jogos Pan-americanos*. Rio de Janeiro.
- NOVAES, Regina. (2002) “*Juventude e participação social: apontamentos sobre a reinvenção da política*”. Em: Abramo, H. & Freitas, M. V. (orgs.) *Juventude em debate*. São Paulo: Cortez.
- OMS. *Report of the DGIS/UNDP/WHO Healthy Cities Project Workshop on Progress in Implementation*. OMS. Genebra, 1996.
- QUIROGA, Ana Maria. (2002) “*A cidadania como indicador social*”. Em: Novaes, R.; Porto, M. & Henriques, R. (orgs.) *Juventude, cultura e cidadania*. São Paulo: Comunicações do ISER, Ano 21, Edição Especial.
- SANTOS, Milton. *Da totalidade ao Lugar*. São Paulo, EDUSP, 2005.



II Vara da Infância e Juventude do Rio de Janeiro

MARIA DE FÁTIMA DA SILVA TEIXEIRA¹

No ano de 2006, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do adolescente apresentaram o SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.²

Cabe esclarecer que o SINASE é fruto de uma construção coletiva na qual participaram diversos operadores do Sistema de Garantia de Direitos e sua implementação tem como objetivo primordial “o desenvolvimento de uma ação sócio-educativa nos princípios dos direitos humanos. Defende, ainda, a idéia dos alinhamentos conceitual, estratégico e operacional, estruturada, principalmente, em bases éticas e pedagógicas”.

Destacamos a municipalização da execução das medidas socioeducativas em meio aberto, a saber, Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), como um dos pontos primordiais do SINASE, pois está determinada no ECA, em seu artigo 88, inciso I, ficando claro assim o quanto esta implementação está atrasada.

Esta disposição revela a compreensão de que o atendimento ao adolescente em conflito com a lei deve se situar no limite geográfico do município, de modo a fortalecer o contato e o protagonismo da comunidade e da família dos adolescentes atendidos. Usando as palavras

1. Comissão de Justiça da II Vara da Infância e Adolescência. Integrante da equipe responsável pelo Acompanhamento da Municipalização das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.

2. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a terminologia “medidas socioeducativas” refere-se às medidas aplicadas a adolescentes que respondem processualmente por autoria de ato infracional.

do SINASE, “a municipalização das medidas de LA e PSC é ainda mais premente, uma vez que elas têm como *locus* privilegiado o espaço e os equipamentos sociais do Município. Neles, há maior efetividade de inserção social, na medida em que possibilitam uma maior participação do adolescente na comunidade, e, ao contrário das mais gravosas, não implicam em segregação”.

A partir de 2007, iniciou-se todo um processo de discussão entre esta Vara, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro. Esses encontros permitiram que, à luz do SINASE, pudessem todos os operadores firmar responsabilidades e compromissos, o que permitiu que já no ano de 2008, mais exatamente em maio, tivesse início um projeto de implantação do programa, como uma espécie de projeto-piloto.

A partir daí, o programa vem se desenvolvendo e atualmente há em torno de 350 adolescentes cumprindo essas medidas diretamente nos CREAS (Centros de Referência Especializados de Assistência Social).

O avanço que significa esta municipalização é melhor compreendido quando se conhece o histórico de como vinham sendo executadas estas medidas em grande parte do país. Limitaremos, entretanto, nosso relato à execução no município do Rio de Janeiro.

É sabido de todos que nosso município tem um número elevado de adolescentes que respondem “penalmente” pela prática de ato infracional. Em função desse quantitativo, foi necessário “dividir” os espaços de execução dessas medidas de acordo com o local de residência do adolescente.

Na execução da LA, o DEGASE (Departamento Geral de Ação Socioeducativa), respondia por duas áreas de abrangência, através dos Pólos Ilha do Governador e Zona Oeste. O terceiro pólo executor estava dentro da própria Vara de Infância e Juventude, através do Serviço Social. Além disso, toda a execução da PSC estava a cargo de equipe técnica da Vara. Esta execução funcionou assim, porque não havia uma política de cobrança para que os Municípios cumprissem o determinado pelo ECA.

Não podemos, entretanto, deixar de sinalizar os claros desvios que isso representava: primeiro pelo fato de ser um órgão estadual (DEGASE) a executar uma medida que demanda uma série de equipamentos sociais administrados pelo Município – o que, inclusive, implicava em um distanciamento da comunidade do adolescente.

Em segundo, porque o próprio Judiciário não deveria ser executor da medida que aplicou. Não nos deteremos aqui falando de todas as implicações que este funcionamento produzia, mas parece óbvio que um adolescente ter um técnico orientador dentro da instituição que

o havia processado e “culpabilizado”, torna qualquer responsabilização mais complexa. Aqui nos referimos também às implicações psíquicas do “responsabilizar-se”. Se entendermos como tal um processo interno de ressignificação do ato infracional e, conseqüentemente, de mudança de direção nas suas atuações, parece-nos razoável pensar que precisa ter com o seu orientador um vínculo tal, que se sinta com espaço para ser muito mais do que um autor de ato infracional. Acreditamos que a relação técnico orientador-adolescente era sempre atravessada pela Vara, ou seja, não podiam orientadores e adolescentes sair desses lugares marcados: o espaço da lei.

Por último, acreditamos que esta Municipalização, ao aproximar os adolescentes autores de atos infracionais dos equipamentos sociais, contribui para que os trabalhadores da área social percebam que eles e suas famílias pertencem, em boa parte dos casos, à clientela já atendida. Isto significa que a execução de LA e PSC tem que ser acima de tudo a promoção de sua cidadania através de sua inserção na escola, nos equipamentos de saúde, em atividades de lazer e tudo mais que possa contribuir para uma vida de menos riscos.

Em outras palavras, acreditamos que todo esse processo traz muito mais que mudanças operacionais, pois aponta uma nova direção no tratamento dado ao tema. Possibilita o que o ECA preconiza já no 4º artigo quanto às responsabilidades da família, da comunidade e da sociedade em geral.

Com certeza, a sua implementação como política pública gera compromissos que trarão impacto nos indicadores sociais, entre eles o da reincidência no cometimento de atos infracionais. São novas rotas a serem seguidas... **D**



Novas rotas, novos fluxos: a construção de uma rede psicossocial para álcool e outras drogas na cidade do Rio de Janeiro

MARISE DE LEÃO RAMÔA¹

Para o presente trabalho designaremos o conceito de rede a partir do saber da geografia, apesar do mesmo ter surgido no campo da teoria da informação. Tal escolha se faz devido à proposta de uma rede psicossocial que se dê no território geográfico, no que concerne a sua topografia e sua topologia. Para Santos (2002) a noção de rede já implica em pensá-la como social e política. Logo, o importante seria levar em consideração

“(...) as relações que os elementos da rede mantêm com a presente vida social, em todos os seus aspectos, isto é, essa qualidade de servir como suporte corpóreo do cotidiano.” (Santos, 2002: 263)

Reforçamos com tal conceito a importância da criação de redes locais que se articulem, criando uma rede global, pautada na solidariedade, no afeto e não na informação, pois como nos diz Quéau (apud Bauman, 2001), a informação não leva, necessariamente, ao conhecimento e à construção de cultura. E como a cultura é o que nos dá meios de agir para efetivar mudanças no mundo, queremos discutir a possibilidade de produção de uma cultura de rede no campo da saúde

1. Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-Rio e Supervisora do CAPS ad Mané Garrincha(SMS/R.J.)

mental, a partir da proposta de política pública na área de álcool e outras drogas (M.S.,2004). Essa, como rede global, parte de princípios solidários da metodologia de redução de danos, pois privilegia o cuidado em detrimento de técnicas pré-estabelecidas, onde a abstinência é vista como única condição para o tratamento.

Esse tipo de rede é sustentada por uma concepção de clínica², no sentido de promover desestabilizações, desconstruir identidades rígidas que aprisionam, alienam. Daí a necessidade de uma clínica sustentada de forma minimamente interdisciplinar e se possível, que promova a criação de um saber transdisciplinar, pois se não, o que teremos serão redes “assépticas”, onde a informação passa a burocratizar os espaços, ao invés de criar espaços de vida. Para exemplificarmos o que acreditamos ser uma clínica baseada na inter e transdisciplinaridade, com a conseqüente produção de uma rede psicossocial, no sentido de algo que faz a vida pulsar, é que apresentaremos a breve prática que o CAPS ad Mané Garrincha, do Rio de Janeiro, vem desenvolvendo há aproximadamente um ano de existência, no que tange ao trabalho com as instituições que atuam no complexo da Maré. Logo no início da implantação do serviço vimos que existia uma população (dependentes de crack) que não chegava aos serviços de saúde, pois não constituíam demanda espontânea.

Em oficina sobre crack promovida no Rio de Janeiro (parceria das Secretarias de Saúde do município e do estado) tivemos fala de profissionais que atuam diretamente nas comunidades, de que os dependentes de crack estavam totalmente desassistidos. A fala de uma assistente social do Observatório de Favelas (ONG que atua no complexo da Maré) chamou-nos atenção. Ela convocava os dispositivos de saúde mental para irem atuar na Maré. Falamos que estávamos pactuando naquele momento um trabalho de parceria entre o CAPS ad Mané Garrincha e a referida instituição. Foi a partir desse momento e com a ida da assistente social até o CAPS ad, que fomos delineando formas de atuação. Começamos participando de uma reunião da “Rede Rotas”. Conhecemos o Observatório de Favelas através de duas profissionais da referida instituição – uma assistente social e uma psicóloga e entendemos que poderíamos contribuir com o trabalho a partir de discussão acerca da política de redução de danos ao uso indevido de drogas, visto ser essa uma metodologia de assistência que trabalha com a possibilidade de construção de demanda de tratamento.

Os dispositivos assistenciais devem estar atrelados às políticas públicas de saúde para funcionarem como instrumentos de modificação dos problemas identificados pelas mesmas. Medidas vêm sendo tomadas, mas ainda muito distanciadas da escuta dos próprios usuários. Tais medidas têm por finalidade criar modelos de atenção que coadunem com o movimento da Reforma Sanitária Brasileira. Nesse sentido, ouvimos profissionais e jovens do bairro da Maré, em reunião do “Rede Rotas” e vimos como os princípios da redução de danos ao uso de drogas eram próximos aos princípios do “Rede Rotas”.

2. BARROS, R. D. B. de, JOSEPHSON, S. C. et al., 2001.

É dessa forma, articulando a rede de cuidados, que tentamos romper com a “lógica individualista” que vêm presidindo o campo da saúde.

O modelo médico-assistencial privatista “predomina no Brasil, estando voltado para os indivíduos que, na dependência do seu grau de conhecimento e/ou sofrimento, procuram os serviços de saúde por ‘livre iniciativa’ (PAIM, 2002: 568). Favorece a lógica de tratar a doença, pois as pessoas que chegam por demanda espontânea procuram os serviços quando se sentem doentes. É o caso, por exemplo, de pessoas que vão buscar atendimento na área de álcool e outras drogas quando estão muito comprometidas pelo uso de drogas. A lógica que sustenta tal prática é a de que tais pessoas só podem ser assistidas quando a droga se tornou um problema para as mesmas, ainda que seja possível desenvolver uma assistência clínica com dependentes de drogas a partir de uma “oferta organizada”, já que muitas vezes o usuário não entende seu uso como um “uso-problema”, dentro de uma perspectiva de redução de riscos e danos.

Como essa forma é marcada por um olhar puramente individualizante, o modelo médico-privatista torna-se incapaz de modificar a realidade coletiva, no que concerne à saúde. Por essa razão, as instituições de saúde têm usado, também, de forma secundária, o modelo assistencial “sanitarista”. Tal modelo apresenta-se sob a forma de campanhas e programas especiais, não enfatizando a integralidade da atenção, nem estimulando a descentralização na organização dos serviços, visto que tais empreendimentos são efetuados de forma vertical. Além do mais, trata-se de um modelo contrário à proposta de descentralização do SUS.

Desde a década de 80, em função das dificuldades encontradas na assistência, que se pautava nos modelos médico-privatista e *sanitarista*, vem sendo elaboradas propostas alternativas, com o intuito de promover a integralidade da atenção e a concretização dos princípios básicos e diretrizes da Constituição brasileira: acesso universal e igualitário às ações e serviços; rede regionalizada e hierarquizada; descentralização; atendimento integral e participação comunitária.

As experiências alternativas tiveram início com a implantação dos Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde (Suds) em alguns estados do Brasil. A organização de distritos sanitários e a ênfase na atenção

primária³ de saúde também contribuíram para inovações na saúde. A entrada dos usuários no sistema se daria via atenção primária, com exceção das emergências e urgências.

A proposta de uma rede regionalizada e hierarquizada de saúde se deu em função dos serviços se apresentarem de forma autônoma, não promovendo qualquer articulação com outros serviços. A proposta de distritos sanitários surgiu justamente para que fosse possível transformar a grande quantidade de serviços razoavelmente dispersos em uma verdadeira rede. Ou seja, num sistema que funcione de modo integrado, articulando as diferentes modalidades de serviços oferecidos pelas diferentes instituições. O desenvolvimento de um serviço há que ser acompanhado do esforço de explicitação das demandas da comunidade, inclusive com levantamentos epidemiológicos.

Os distritos sanitários enfatizam a necessidade de revisão do modelo de atenção vigente, a partir de uma reorganização das práticas de saúde, o que implica necessariamente uma redefinição do objeto das práticas de saúde. Com a preocupação de não oferecer apenas serviços para usuários que constituem uma “demanda espontânea”, é que pensamos que o trabalho do CAPS ad Mané Garrincha deve se basear nas necessidades de saúde da população de seu território⁴, promovendo uma “oferta organizada”. Identificamos, a partir de reuniões com as referidas áreas programáticas, que os dependentes de crack quase não chegavam aos serviços. O número de internações por drogas era quase inexistente nos hospitais gerais, o que nos levou a perceber a necessidade de aproximação maior com os dispositivos. Começamos o trabalho por demanda apresentada pela A.P. 3.1, na área do bairro da Maré, pois os profissionais de ação comunitária identificaram grande número de crianças e adolescentes envolvidos com crack. Fizemos dois encontros sobre a temática de redução de danos e em 24/11 e 02/12 estivemos na região com uma sensibilização, onde contamos com a presença de profissional da FIOCRUZ (médico epidemiologista Francisco Inácio Bastos) e da Associação Carioca de Redutores de Danos e, claro, do CAPS ad Mané Garrincha. Entendemos que só dessa forma conseguiremos efetivar a construção de um “SUS democrático”(PAIM,2002)⁵, no sentido de tentarmos construir processos de solidariedade – a proposta do SUS tem como princípio fundamental a solidariedade⁶ –, de respeito ao outro, do comprometimento com o outro e da responsabilização conjunta com aquele que se apresenta com algum tipo de sofrimento. Essa proposta solidária não se consolidará enquanto não houver participação popular efetiva na construção das políticas públicas. É nesse sentido que percebemos a importância da participação dos usuários de drogas na construção das políticas desse setor e propomos implantação de política de redução de danos para o município do Rio de Janeiro. Já foi elaborado pelo Observatório de Favelas e pelo CAPS ad Mané Garrincha projeto para capacitação de redutoras de danos da comunidade, ou seja, para mulheres que, de alguma forma, estejam envolvidas com a

3. Esse tipo de atenção compõe a atenção básica em saúde e se apresenta sob caráter comunitário ou ambulatorial.

4. A.P.2.2 e 3.1.

5. Os distritos sanitários são propostos na Lei 8080/90.

6. Os princípios originais do SUS eram: inclusão, solidariedade e cidadania.

7. Hoje chamados de Programas de Saúde da Comunidade, no Rio de Janeiro.

8. Assim como os agentes comunitários de saúde. Na segunda metade da década de 90 associou-se ao Programa de Saúde da Família (PSF), transformando-se no Pacs/PSF. Atualmente conhecido como ESF (Estratégia de Saúde da Família).

temática drogas. Seja porque tem alguém na família que faz uso de drogas ou que está envolvido com o tráfico de drogas ou porque faz uso de drogas e quer parar de usar.

Teixeira (2000) alega a necessidade de expansão de experiências alternativas para que sejam ultrapassados os limites dos modelos de atenção à saúde vigentes no Brasil e para que sejam concretizados os princípios e diretrizes do SUS, como os Programas de Saúde da Família⁷ que desenvolvem ações territoriais com atividades educativas e de prevenção de riscos e agravos particulares, a partir de ações básicas de atenção à saúde de grupos particulares. Dessa forma, esses programas deixam de ser contidos pelas unidades de saúde. O exemplo de trabalho com a “rede rotas” é um exemplo disso. A promoção de saúde do território e no território é umas das funções de um CAPS ad. Outra função é o acolhimento dado aos usuários, com o simples investimento do profissional na qualidade do vínculo que estabelece com sua clientela. Essas mudanças podem se dar desde a ‘porta de entrada’ do serviço, com a recepção do usuário, o agendamento e o planejamento de ações/atividades relacionadas às necessidades sociais de saúde da população. Contudo, a idéia de acolhimento independe de espaço institucional. A estratégia de redução de riscos e danos ao uso indevido de drogas pode ser considerada acolhedora devido ao fato de se estabelecer entre o (a) redutor (a) de danos e a comunidade uma relação igualitária, onde impera, na relação, o respeito ao outro. Os redutores de danos são geralmente moradores da área de atuação e conhecem bem os problemas da dada região, implicando-se ativamente na solução dos mesmos⁸.

Apesar do desenvolvimento jurídico-normativo já existente, composto pela Constituição, Leis 8080/90 e 8142/90 e normas complementares, a efetivação do SUS no sentido da formulação e implementação de políticas de saúde depende do estabelecimento de um processo democrático, de fato, no país, consolidando, então, o “SUS democrático” desenhado pelo projeto da Reforma Sanitária Brasileira. A proposta democrática da municipalização, apesar de ser fundamental, ainda encontra grandes impasses, como se deu no município do Rio de Janeiro, pois o mesmo criou uma secretaria especial de prevenção à dependência química (SEPDEQ), cujo discurso e ações são marcados pela oposição à política de redução de riscos e danos ao uso indevido de drogas, apresentada pelo Ministério da Saúde.

Vale notar que Manuel Desviat, psiquiatra espanhol e um dos responsáveis pela implementação do projeto de reforma psiquiátrica espanhola, já alertava para a necessidade de integração das ações de saúde ao sistema sanitário geral, a partir da gestão unificada dos recursos:

“A falta de um planejamento e de uma gestão unificada de recursos, o funcionamento em paralelo das diferentes administrações e dos serviços ambulatoriais e hospitalares, tinham sido uma das causas fundamentais do fracasso das experiências de reforma anteriores.” (DESVIAT, 1999: 116).

A desarticulação de saberes e de estratégias políticas sempre constituiu-se em empecilho para transformações efetivas no campo da saúde. Aparentemente, a falta de integração ocasionou, por parte do setor privado, a propagação da idéia de uma metodologia baseada nos 12 passos, considerada universal para o toxicômano – o modelo Minesotta⁹.

A ênfase na articulação de serviços, saberes e ideais coletivos e subjetivos se dá, aqui, devido ao fato da desarticulação entre teorias, práticas e concepções no âmbito da psiquiatria, ter propiciado a incorporação de um discurso “pasteurizado” no campo da toxicomania. Tal argumento é reafirmado pelo fato de que durante as duas últimas décadas a iniciativa privada prevaleceu no campo relativo a álcool e outras drogas, seja na oferta de serviços ou no treinamento de recursos humanos, em face da completa ausência de uma política federal ou estadual de assistência aos usuários de substâncias psicoativas. Somente, a partir de 2002, o Ministério da Saúde estabelece uma política para o setor¹⁰.

Hoje já existem mudanças de direção quanto ao olhar para o uso de drogas, pois as sociedades, de forma geral, deixam de tratar a questão do uso de drogas como um problema simplesmente jurídico e moral e passam a tratá-lo como questão de saúde pública. As políticas públicas já tratam o tema no sentido de reduzir os danos decorrentes do uso de drogas, considerando-se os consumidores de substâncias psicoativas como cidadãos com direito a políticas sociais e de saúde e não mais como criminosos¹¹.

No Brasil, em 1997, as propostas de políticas públicas para o campo da dependência de drogas saíram do âmbito do Ministério da Saúde e foram para o âmbito do Ministério da Justiça com a criação do Confem - Conselho Federal de Entorpecentes. Este órgão privilegiou ações de repressão aos entorpecentes.

Em 2001 o Brasil adota em âmbito nacional uma Política Anti-drogas, aderindo às diretrizes de Redução da Demanda, ao invés de priorizar ações de cunho eminentemente repressivo e de segurança. Porém, ainda não se delimita a diretriz da política de redução de riscos e danos ao uso de drogas.

9. O modelo Minesotta utiliza os 12 passos de alcoólicos Anônimos, mas ao invés da figura do padrinho, existe o conselheiro em dependência química e equipe técnica que acompanha o interno, como psicólogos, médicos e assistentes sociais.

10. Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas, 2002.

11. Substituição da lei no. 6.368, conhecida como legislação anti-tóxica pela lei no. 11.343/2006, que trouxe opção por uma política criminal de rejeição da prisão como instrumento válido de resposta punitiva à conduta do consumidor

Em dezembro de 2002, com a aprovação da Legislação em Saúde Mental do Ministério da Saúde, para última década, surge a proposta do “Programa permanente de organização e acompanhamento das ações assistenciais em saúde mental” (Portaria 799/Gm de 19/7/1999) contando tanto com a previsão da implantação de uma rede assistencial e de um sistema de regulação da assistência como com a adoção de medidas permanentes de controle e avaliação de ações e serviços desenvolvidos na área de saúde mental. As internações, quando necessárias, passam a ser previstas preferencialmente em hospitais gerais com suporte clínico e dentro de um sistema global de atenção, promoção e recuperação da saúde, com supervisão nas unidades hospitalares. A proposta de rede inclui ambulatorios, cuidados extra-hospitalares como os Naps/Caps, residências terapêuticas e oficinas especializadas para a reabilitação psicossocial.

Ainda hoje, apesar de possuímos uma legislação avançada para a saúde mental, o movimento de desinstitucionalização continua enfrentando dificuldades. O que está em questão no movimento da reforma é a cidadania e para que sujeitos que sofrem com a dependência de drogas possam ser cidadãos é preciso que o campo da saúde mental dialogue mais com outros campos de saber.

A rede de assistência almejada é uma rede plural, com grupos de mútua-ajuda, serviços que se baseiam no modelo Minnesota, comunidades terapêuticas, serviços que se baseiam em abordagem psicodinâmica, reabilitação psicossocial e outros, desde que sigam diretrizes comuns. Caso contrário, teremos apenas serviços fragmentados. Para que a rede pública se estabeleça é necessário que o princípio de interdisciplinaridade se sustente, pois tal princípio nos remete à reciprocidade, troca de conhecimentos, horizontalização de poder entre os campos de saberes, levando a identificação do que há em comum, no sentido de construção de uma política básica, o que pode ser construído a partir de fóruns permanentes no campo da saúde mental. No município do Rio de Janeiro já existe a tentativa de articulação de rede nos fóruns de saúde mental que vem ocorrendo por áreas programáticas e nos fóruns ampliados.

Basaglia (1982:08) apontou a necessidade de desinstitucionalização do

próprio profissional de saúde mental, para que ele se torne “operador social” e “militante”, dentro e, principalmente, fora da instituição, devendo reformular a relação entre

“Cidadão e sociedade, na qual se insere a relação entre saúde e doença. Isto é, reconhecer como primeiro ato que a estratégia (...) de cada ação é o homem, as suas necessidades, a sua vida, dentro de uma coletividade que se transforma para atingir a satisfação destas necessidades e a realização desta vida para todos.” (BASAGLIA, 1982: 17)

O Ministério da Saúde destinou, em 2002, um grande montante de recursos para financiar os Caps ad. A portaria 336/GM de 19/02/02 do Ministério da Saúde define Caps I, II, III, por ordem crescente de porte, complexidade e abrangência populacional (para os que sofrem transtornos mentais severos e persistentes); Caps I (para infância e adolescência); e Caps ad (para usuários e dependentes de álcool e outras drogas). Todos podem funcionar até 21 horas e o Caps III pode funcionar de noite e durante o fim-de-semana para situações especiais. Em abril de 2002 o Ministério da Saúde lançou o “Programa nacional de atenção comunitária integrada a usuários de álcool e outras drogas” (Portaria 816/GM (30/04/2002) e em maio dispôs sobre as normas para funcionamento e cadastramento dos CAPS ad, bem como sobre o Programa Permanente de Capacitação para a Rede de CAPS ad (Portaria 305/SAS de 03/05/2002).

Para que se crie uma rede de atenção ao usuário de drogas é preciso efetivar a nossa atual legislação em saúde mental, articular os diversos setores produtivos da sociedade, para que a mesma possa agir, de fato, de forma solidária, onde cuidar do diferente torne-se uma conduta ética por parte de todos. Para tal é preciso que ideologias sejam desconstruídas e, portanto, nada melhor do que fazer com que os profissionais de saúde mental se insiram nas comunidades para que possam atuar a partir do saber da mesma. Não há por que adotarem posições rígidas apoiadas em saberes pré-estabelecidos. Há que se articular práticas novas, como internação domiciliar, a programas já existentes de saúde mental e de saúde da família, para que mudanças efetivas possam ser produzidas na vida de quem sofre ou de quem compartilha do sofrimento associado ao uso indevido de drogas.

A construção de uma rede, partindo da noção de território, requer que todos os recursos afetivos, sanitários, sociais, econômicos, culturais, religiosos e de lazer, estejam presentes e articulados, de forma a potencializar os recursos humanos da assistência no que tange à estratégia de reabilitação psicossocial. É preciso, então, que a rede de saúde esteja articulada a redes de outros setores afins, como educação, habitação e lazer, para que se possa olhar o sofrimento psíquico, a partir da sua complexidade, criando estratégias de inclusão daqueles que vêm sendo excluídos da sociedade pela marca de sua diferença, como é o caso do doente mental e do toxicômano.

“Essa rede tem muitos centros, muitos nós e o fundamental é que não se perca a dimensão de que seu eixo organizador é a pessoa, em especial aquela com maiores dificuldades. Os Centros de Atenção Psicossocial (Caps) poderão assumir uma centralidade na articulação dessa rede, quer na função de assistência direta; na regulação da rede de serviços de saúde próprios e contratados para referência e contra-referência (equipes de Saúde da Família/ Agentes Comunitários de Saúde, exames, medicamentos, interconsultas, tratamentos especializados, hospitalizações, residências terapêuticas, etc.); no gerenciamento de casos na comunidade, articulando os recursos existentes em outras redes sócio-sanitárias (assistência jurídica, cooperativas de trabalho, escolas vocacionais, religiões, etc.)” (M.S., 2002: 6-7).

Cabe aos Caps a tarefa de centralizar apenas a organização da rede comunitária de cuidados, bem como trabalhar para implantar políticas e programas de saúde mental.

Para pensarmos sobre o paradigma psicossocial, que deve sustentar a prática de um CAPS ad, recorreremos ao conceito de reabilitação psicossocial abordado por Benedito Saraceno. Segundo o autor reabilitação seria:

“(...) um conjunto de estratégias adotadas com o objetivo de aumentar as possibilidades de trocas de recursos e de afetos e que só a partir de uma dinâmica de trocas que se cria um efeito “habilitador”. SARA-CENO, 1999: 112)

O paradigma da reabilitação psicossocial tenta romper com a cultura dominante, onde ficam no mercado os “fortes”. O não rompimento com a cultura dominante pode ser percebido pelo uso que se faz do critério de elegibilidade para inclusão do cliente no serviço de saúde. Muitas vezes, não satisfazer o critério de elegibilidade parece estar diretamente relacionado com práticas que ainda se baseiam na idéia de que o paciente é portador de algo que incomoda o profissional por não estar no escopo de sua expertise. Só um olhar fragmentado, multidisciplinar, extremamente simplificado, pode ser tão especialista. Ao contrário, olhar a dor do sujeito, acolhê-lo no serviço de saúde, responsabilizar-se pela assistência do paciente em sua integralidade significa adotar a lógica interdisciplinar, onde os olhares não se somam apenas, mas se ampliam formando novos campos de saber capazes de desbancar os “fortes”, de democratizar as relações, inclusive as de poder.

Segundo Saraceno:

“(…) custa, à psiquiatria, renunciar à idéia de um projeto total e controlador (ontem o manicômio, hoje o sistema das infinitas estruturas não-residenciais, semi-residenciais, residenciais, etc.); custa, na verdade, pensar que se deve ‘somente’ facilitar a criação de lugares para viver, sem todavia se atribuir a autorização de programar tais lugares.” (SARACENO, 1999:115-116)

Para que os Caps ad não se tornem *instituições totais* é preciso que estejam, de fato, inseridos no paradigma psicossocial, ou seja, não é possível que se produza uma política territorial, se não houver ao mesmo tempo uma política de desinstitucionalização, pois se não, teremos criado o que Amarante (2001a) chamou de modelo “capscêntrico”, apostando-se em um saber localizado em uma instituição e não na troca de saberes. É nesse sentido que apostamos na parceria com o território de vida da Maré. E que essa *maré* produza muitos movimentos, muitas novas *ondas*. **D**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARANTE, P. *Metamorfose ou invenção: notas sobre a história dos novos serviços em saúde mental no Brasil*. Clio-psyché hoje: fazeres e dizeres psi na história do Brasil. Vilela-Jacó, Ana Ma., Cerezzo, Antônio Carlos e Rodrigues, Heliana de Barros Conde(orgs.) Rio de Janeiro: Relume- Dumará: FAPERJ, 2001a.

_____. *Sobre duas proposições relacionadas à clínica e à reforma psiquiátrica*. Psicanálise e Psiquiatria: controvérsias e convergências. QUINET, A (org.). Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2001b.

BARROS, R. D. B. de, JOSEPHSON, S. C. et al. *A desinstitucionalização da loucura, os estabelecimentos de cuidado e as práticas grupais*. Clio-psyché hoje: fazeres e dizeres psi na história do Brasil. Vilela-Jacó, Ana Ma., Cerezzo, Antônio Carlos e Rodrigues, Heliana de Barros Conde(orgs.) Rio de Janeiro: Relume- Dumará: FAPERJ, 2001.

BASAGLIA, F. *A Psiquiatria Alternativa*. Rio de Janeiro: Graal, 1982

BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação Nacional DST/AIDS. *Política nacional de atenção comunitária integrada a usuários de álcool e outras drogas. A Política do Ministério da Saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas*. Brasília, 2004. 2ª. edição.

DELEUZE, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DESVIAT, M. *A Reforma Psiquiátrica*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

FOUCAULT, M. *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

LANCETTI, A. *Clínica peripatética*, São Paulo: Hucitec, 2008.

LOBOSQUE, A M. *Princípios para uma clínica antimanicomial e outros escritos*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MARLATT, G. *A Redução de danos: estratégias práticas para lidar com comportamentos de alto risco*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1999.

PAIM, JS. *Saúde, política e reforma sanitária*. Salvador: CEPS/ ISC, 2002

RAMÔA, M L. *A desinstitucionalização da clínica da Reforma Psiquiátrica: um estudo sobre o projeto CAPS ad*. Tese de doutorado. PUC-Rio, departamento de psicologia, 2005.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SARACENO, B. *Libertando identidades*. Rio de Janeiro: Te Corá/IFB, 1999.

TEIXEIRA, C. F. *Modelos de atenção voltados para a qualidade, efetividade, equidade e necessidades prioritárias de saúde*. Caderno da 11ª Conferência Nacional de Saúde, pp. 261-281, Brasília: Conselho Nacional de Saúde, Ministério da Saúde, 2000



O envolvimento de adolescentes com o tráfico de drogas: reflexões a partir da experiência do CAPS-ad Raul Seixas

CRISTIANE MAZZA MARQUES¹ • ERIMALDO MATIAS NICACIO²
JULIANA CARAMORE PESSOA³

O objetivo deste artigo é desenvolver algumas reflexões sobre a questão do envolvimento de adolescentes com o uso e o tráfico de drogas, a partir da experiência desenvolvida pela equipe do CAPS-ad Raul Seixas com essa clientela. Primeiramente, descreveremos o contexto histórico de surgimento da atual política de atenção ao uso prejudicial de álcool e outras drogas, para em seguida, descrever o funcionamento do CAPS-ad Raul Seixas. Por último, pretendemos articular a partir da psicanálise algumas questões importantes sobre a inserção de adolescentes nas chamadas ‘redes ilícitas’ do tráfico de drogas.

O CAPS-AD: UM NOVO DISPOSITIVO CLÍNICO

Historicamente, os problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas eram abordados sob uma ótica moralista e legalista, o usuário era visto como criminoso ou doente, ficando sob a responsabilidade da justiça e da medicina, mais especificamente da psiquiatria. As alternativas de tratamento disponíveis se baseavam em modelos de exclusão dos

1. Psicanalista, Especialista em Atenção Psicossocial no Atendimento de Dependentes de Álcool e outras Drogas (CAPS-ad), Coordenadora Técnica do Caps-ad Raul Seixas.
2. Psicanalista, Doutor em Saúde Coletiva, professor da Escola de Serviço Social da UFRJ (pesquisador convidado).
3. Psicóloga, Mestre em Psicologia Clínica, Diretora do Caps-ad Raul Seixas

usuários do convívio social ou em grupos de mútua-ajuda, sendo que as duas abordagens apontam a abstinência total como única solução para o problema.

Um modelo de atenção fixado num objetivo único – como a abstinência – não contempla a complexidade do problema do uso de drogas⁴, nem as diferenças existentes entre os usuários. O transtorno relacionado ao uso de álcool e outras drogas afeta as pessoas de diferentes formas, por diferentes motivos e em diferentes contextos, uma abordagem efetiva deve levar em consideração essa heterogeneidade.

Recentemente, em documento oficial⁵, o Ministério da Saúde, reconheceu que, historicamente, a questão das drogas vinha sendo abordada dentro de uma perspectiva médica e repressiva e que o próprio SUS estava em atraso no enfrentamento deste problema. O Ministério da Saúde passou, então, a assumi-lo como um problema de saúde pública, apresentando algumas diretrizes para uma política nacional de atenção integral ao uso prejudicial de álcool e drogas. Nesta ocasião, reafirmou o papel estratégico do Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (CAPS-ad)⁶, como dispositivo prioritário de assistência.

O CAPS-ad é um serviço integrado à rede do SUS⁷ voltado para o atendimento diário de pessoas que apresentam graves transtornos decorrentes do uso de drogas, com o objetivo de promover sua reinserção social, através de diversas ações, trabalhando em conjunto com outros setores, como educação, esporte, cultura etc. A equipe do serviço elabora um projeto terapêutico, isto é, um conjunto de condutas e recursos de tratamento articulados a partir da história singular de cada sujeito. Este projeto é uma construção permanente, podendo ser modificado de acordo com os desdobramentos específicos do caso. A frequência do usuário ao serviço varia segundo as modalidades de atendimento: *intensivo* (para os pacientes que necessitam de acompanhamento diário); *semi-intensivo* (destinado aos pacientes que necessitam de acompanhamento freqüente, mas não precisam estar diariamente no serviço) e *não-intensivo* (para aqueles que podem ter uma frequência menor).

O CAPS-ad trabalha na lógica da redução danos⁸, estratégia de saúde pública que visa reduzir os danos causados pelo abuso de drogas, mesmo quando o sujeito não consegue interromper o consumo, resgatando o usuário em seu papel auto-regulador.

Segundo a Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas,

“A abordagem da redução de danos nos oferece um caminho promissor (...) reconhece cada usuário em suas singularidades, traça com ele estratégias que estão voltadas não para a abstinência como objetivo a ser alcançado, mas para a defesa de sua vida. Vemos aqui que a redução de danos se oferece como um método (no sentido de *metodos*, caminho) e, portanto,

não excludente de outros. Mas, vemos também que o método está vinculado à direção do tratamento e, aqui, tratar significa aumentar o grau de liberdade, de co-responsabilidade daquele que está se tratando”. (Brasil, 2003: 10).

4. Vale esclarecer que quando utilizamos a palavra “drogas”, estamos nos referindo às drogas ilícitas, como a maconha, cocaína etc. e também as lícitas, como o álcool.
5. Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas, Brasília, 2003.
6. O CAPS-ad foi instituído em 2002, através da Portaria do Ministério da Saúde n.º 336/GM de 19 de fevereiro de 2002.
7. Em função disso, o trabalho do CAPS-ad é norteado pelos princípios da Reforma Psiquiátrica e da Reforma Sanitária brasileiras.
8. O Ministério da Saúde assume a redução de danos desde 1994, como importante estratégia de saúde pública para a prevenção das DST/AIDS e hepatites entre os usuários de drogas injetáveis.
9. CAPS-ad Mané Garrincha.
10. CAPS-ad estadual Centra-rio e o CAPS-ad ligado a Universidade do Estado do Rio de Janeiro Nepad.
11. AP 3.2, área programática da saúde, que inclui Engenho de Dentro, Encantado, Méier, Jacaré, entre outros bairros.

O CAPS-ad Raul Seixas é o primeiro CAPS especializado para o atendimento de pacientes com transtornos decorrentes do uso e dependência de substâncias psicoativas da cidade do Rio de Janeiro, integrado à rede pública municipal de saúde. Encontra-se em funcionamento desde janeiro de 2003, mas foi inaugurado oficialmente somente em agosto de 2004. O projeto inicial deste serviço era prestar atendimento para crianças e adolescentes envolvidos com o uso indevido de drogas, devido à iniciação cada vez mais precoce e de forma mais pesada no que se refere ao uso. Essa continua sendo nossa clientela prioritária, mas atualmente atendemos também adultos. Esta tarefa é realizada por uma equipe multidisciplinar formada por um médico clínico, uma psiquiatra, cinco psicólogas, uma terapeuta ocupacional, uma musicoterapeuta, uma assistente social, uma enfermeira, cinco auxiliares de enfermagem e dois técnicos administrativos.

Até o início de 2008, por ser o único serviço especializado, o CAPS-ad Raul Seixas era referência para todo o município, podendo atender moradores de todos os bairros da cidade. Com a inauguração do segundo CAPS-ad⁹ municipal foi possível realizar uma pactuação, incluindo também outros serviços especializados¹⁰, definindo a área de abrangência/responsabilidade de cada serviço. Com isso, o CAPS-ad Raul Seixas atualmente é responsável por uma determinada área de abrangência¹¹, consolidando-se como serviço de base territorial. Por conseguinte, o serviço está mais disponível para realizar uma busca ativa das necessidades de saúde dos moradores da área e se dedicar aos trabalhos em parcerias com os dispositivos locais, inclusive podendo desenvolver atividades voltadas para a prevenção na comunidade.

O trabalho no CAPS-ad se baseia na escuta de cada sujeito, enfocando o que cada um tem de singular, o foco do tratamento não é a droga em si, e sim o sujeito. O nosso compromisso é tentar realizar a melhor escuta possível tentando entender o que está para além da queixa com relação à droga.

Após o acolhimento – que é realizado de 2^a. à 6^a. feira – avaliamos

cada caso na reunião de equipe, onde também é elaborado um projeto terapêutico de acordo com as necessidades específicas do paciente, que pode incluir diversas formas de intervenção: atendimento individual e/ou em grupo, atendimento médico, atendimento aos familiares, oficinas terapêuticas e outras. A abstinência não pode ser o único objetivo a ser alcançado, como já afirmamos esse problema afeta as pessoas de diferentes formas e o tratamento deve acolher essa pluralidade. É interessante pensar como seria contraditório exigir do paciente a suspensão do uso da droga, já que ele procurou ajuda justamente por não conseguir isso. Não se trata de desprezar a abstinência, mas incluí-la como uma possibilidade entre outras.

É neste contexto de atenção aos usuários de drogas que a equipe do CAPS tem se deparado com muitos casos de adolescentes envolvidos com o tráfico de drogas. É importante enfatizar que nem sempre os adolescentes que usam drogas possuem envolvimento com o tráfico. Por outro lado, existem casos em que o envolvimento com o tráfico é mais grave do que o uso que ele faz da droga, na medida em que não se caracteriza como uma dependência da substância. Estes últimos casos serão a base para o desenvolvimento que se segue.

O ADOLESCENTE E O TRÁFICO DE DROGAS

O problema do uso de drogas por adolescentes, bem como seu envolvimento com o tráfico de drogas é um fenômeno bastante complexo e, por isso, desautoriza interpretações reducionistas. Neste debate, dois discursos tendem a se polarizar: o moral e o sócio-econômico.

O primeiro é o discurso dominante na sociedade e é sustentado, muitas vezes, por representantes do poder público. Nele a criança e o adolescente são percebidos e estigmatizados como ‘perigosos’, o que se expressa nas reivindicações de leis mais rigorosas (por exemplo, as propostas de redução do limite de idade para a maioridade penal) e uma ação policial mais dura. É uma tendência mundial a adoção de estratégias de ‘tolerância zero’ ao crime, produzindo um correlativo aumento da população carcerária em diversos países (Salas, 2004, Wacquant, 2007). Muitos representantes do poder público e da sociedade civil defendam ações de recuperação e reinserção social dos jovens infratores, mas não é isso o que se verifica na prática. Na verdade, a sociedade não apenas é tolerante com a violência policial dirigida aos jovens infratores, mas também deseja que o Estado continue dispensando a eles um tratamento violento e segregador para fins de ‘higiene social’. A demonização do ‘menor infrator’ é correlativo de uma visão moralista e culpabilizadora das famílias, como se elas tivessem uma tendência natural ao desregramento moral, o que seria um terreno fértil para encaminhar seus filhos para as drogas, para o alcoolismo e para a criminalidade. O estigma

da desestruturação familiar inclui a percepção de sua ‘incapacidade’ para gerir a vida dos seus filhos. Provenientes de famílias ‘estragadas’, estes jovens estariam também ‘estragados’ sendo, por conseguinte, irrecuperáveis. O segundo discurso presente neste debate é o de que a inserção dos adolescentes nas redes criminosas é determinada, em última instância, pela exclusão social. Eles seriam vítimas de condições sócio-econômicas desfavoráveis e da falta de acesso a bens e serviços que lhes garantam uma vida digna. A pobreza, a inserção precária no mercado de trabalho, o desemprego, a falta de acesso a escola de qualidade estão entre os fatores que condicionam a entrada do jovem na criminalidade. Este discurso, mais progressista, põe em destaque alguns fatores importantes na determinação deste fenômeno. No entanto, a pobreza e o desemprego não dão conta de explicar todo o problema.

Nossa análise do fenômeno em questão não se baseia em estatísticas ou dados de pesquisa, mas na experiência do contato direto com crianças e adolescentes usuários de álcool e drogas. Muitos deles possuem algum tipo de envolvimento com o tráfico. Pode se constatar que se os jovens estão sendo atraídos para ‘redes ilícitas’ é porque as ‘redes lícitas’ estão se descosturando. O que se observa é que a rede familiar encontra-se fragilizada na sua função de proteção e formação desses jovens, o que cria condições para que eles caiam na rede do tráfico ou para que eles busquem tecer sua própria rede na rua, constituindo aí, com seus pares, seu próprio território. Esses jovens relatam situações dramáticas de conflitos familiares nos quais se vêem submetidos a diversas formas de violência. Tal constatação não deve nos conduzir a uma culpabilização das famílias, mas a interrogar sobre as condições que as impossibilitaram de assumir a responsabilidade por seus filhos. Quando dizemos que o argumento que enfatiza a exclusão social não é suficiente para explicar o problema é porque podemos constatar que a maior parte dos pacientes atendidos no serviço não provém de uma condição de vida miserável. Por outro lado, assiste-se a uma nova tendência de envolvimento crescente de jovens de classe média com o tráfico de drogas. Estes dados não invalidam, mas relativizam o argumento sócio-econômico.

Vejamos como a psicanálise pode nos trazer alguma luz para a compreensão disso que aparece na nossa experiência.

O envolvimento do adolescente com consumo e o tráfico de drogas deve ser considerado, segundo nossa hipótese, como um sintoma. Não de uma patologia específica, como se os adolescentes infratores pudessem ser classificados, por exemplo, como ‘psicopatas’, mas como um sintoma social, na medida em que ele é expressão do lugar que a sociedade reserva para eles (Rassial, 1999) e de mudanças sociais e culturais de grande envergadura que vem nas últimas décadas ampliando os efeitos do declínio do Nome-do-pai. (Melman, 2000a, 2001a, 2001b). Dizer que o ato infracional é um sintoma é dizer que ele deve ser tomado como um ato simbólico no sentido de que ele quer dizer alguma coisa, como uma interpelação à sociedade. No entanto, como temos visto, a sociedade tem respondido a esta interpelação apenas tentando silenciá-la, a fim de preservar o seu ‘bom funcionamento’.

O adolescente não tem um lugar reconhecido simbolicamente na sociedade. Ele não é nem criança, nem adulto. Faz parte de sua condição, portanto, não ser nem uma coisa, nem outra. É necessário assinalar, no entanto, que a adolescência é um fenômeno recente, próprio da sociedade ocidental moderna. Comumente, ela é percebida como uma etapa natural do nosso desenvolvimento, como um período de preparação para a vida adulta. No entanto, iremos apresentar uma outra definição que talvez nos ajude a entender melhor os impasses que esse período apresenta. *O adolescente é alguém que atingiu a maturidade orgânica, sem que a família e o meio social reconheçam essa maturidade.* (Melman, 2000b: 21). A adolescência é um período da vida em que o sujeito adquiriu a maturidade sexual, mas não dispõe ainda dos instrumentos que o permitirão se exercer como homem ou como mulher. Esse fenômeno é recente e surgiu com o desenvolvimento da sociedade burguesa. Até o século XIX, após terem passado pela puberdade, os jovens assumiam responsabilidades na sociedade e no casamento. A sociedade lhes concedia, portanto, um lugar simbólico, inclusive as condições materiais para vir a se exercer como homem ou como mulher.

Nas sociedades tribais, como se sabe, não existe a adolescência, pois a saída da infância e entrada na vida adulta é mediada por ‘ritos de iniciação’ nos quais o jovem se submete a uma série de práticas rituais que visam separá-lo do núcleo familiar e agregá-lo ao mundo dos adultos. Nestes rituais os jovens são submetidos a mutilações, pinturas, flagelações e também a certas restrições tabu. Encena-se a sua morte – para esquecer o passado – e o posterior renascimento (*rebirth*) para a vida adulta. A partir daí seu *status* social muda: deixam de ser crianças e se tornam homens e mulheres¹².

Na sociedade moderna, a passagem para a vida adulta passou a envolver uma longa preparação na medida em que o homem se define sobretudo como agente econômico. Além disso, uma instituição social específica – a escola – foi se consolidando como o lugar adequado para esta preparação. (Ariès, 1981).

12. Sobre os ritos de iniciação vide Van Gennep, 1988.

É neste contexto cultural que se constitui a adolescência como um período em que o sujeito está na ‘passagem’, na margem, no limiar. Não é mais uma passagem simbolizada pelo grupo social, vivida num contexto ritual e bem localizada no tempo. Ele está no meio do caminho: ele não é mais sua majestade o bebê, mas também ainda não é reconhecido como homem (ou como mulher). Segundo Rassial (1999: 58) este é “*um período de indecisão subjetiva e de incerteza social, durante o qual a família e as instituições exigem, segundo as circunstâncias, que o sujeito se reconheça como criança ou como adulto*”. É um status ambíguo, pois sua condição é de estar situado entre a irresponsabilidade e a responsabilidade. Trata-se de uma passagem prolongada que tende a ser vivida como uma crise.

Diante da crise vivida neste período de passagem, de liminaridade, de não-lugar, o adolescente muda a relação com seus pais, assim como a relação com o saber destes. É uma experiência trivial observarmos que a criança confia inteiramente nos seus pais. Ela tem a convicção de que eles sabem tudo sobre ela e sobre as coisas da vida, de tal modo que não se conformam quando ouvem um “não sei”. Já na adolescência, a idealização dos pais entra em declínio e o sujeito passa a considerá-los incapazes de ajudá-los nos seus impasses. Por isso, o adolescente tende a desacreditar o saber dos pais e dos professores e a rebelar-se diante da sua autoridade. Para lidar com sua crise, ele tende a procurar amparo nas relações com os seus semelhantes. Daí a importância do grupo nesta fase, pois é entre os seus pares que ele vai tentar encontrar algum reconhecimento.

Portanto, não há o reconhecimento de um lugar simbólico para o adolescente, o que faz com que esta questão do reconhecimento e do lugar que ele ocupa esteja sempre aberta para ele. É isso o que, muitas vezes, o faz se afastar da família:

“A fuga não é apenas ruptura intempestiva do contexto familiar, mas também busca de um lugar, lugar mítico, de um não-lugar, onde seria possível sentir-se real” (Rassial, 1999: 60).

Como já foi dito, o adolescente vive o paradoxo de estar confrontado com a irrupção da sexualidade, sem no entanto encontrar na família ou no meio social o reconhecimento simbólico dessa sexualidade. É inevitável que ele viva este momento como uma crise.

Na verdade, o encontro de qualquer sujeito com o sexual é problemático. Não em função de qualquer acidente de percurso, mas por um fato de estrutura: para que o sujeito possa se exercer no plano sexual é necessário que ele sofra uma perda. É uma idéia inusitada, pois tendemos a pensar que a sexualidade é algo que resulta naturalmente de um processo maturacional dos órgãos reprodutores ou de um processo de aprendizagem social no qual o sujeito assimila os padrões de comportamento necessários ao ato sexual. Por conseguinte, pensamos que o sujeito ganha e acumula um saber que o habilitaria a exercer o desejo sexual. Como aceitar que a condição para o desejo é uma perda?

Freud localizou esta perda no drama do complexo de Édipo. Este conceito não é simples, mas podemos dizer que um dos seus aspectos fundamentais é mostrar que a criança deve perder a mãe como objeto privilegiado. Na medida em que algo intervém para separar a criança da mãe, na medida em que algo impede que a criança e a mãe mantenham uma simbiose é que a criança pode aceder a função simbólica e ao uso da palavra. Se a criança não tem mais um acesso direto ao objeto de satisfação (o seio por exemplo), ela deverá fazer uso da palavra para atingir alguma satisfação. Isso quer dizer que ela precisa se endereçar ao outro, com tudo o que isso trás de paradoxos, desencontros e mal-entendidos. A entrada do sujeito humano no desejo, na sexualidade e na vida depende de que ele possa aceitar esta 'infelicidade', ou seja, acatar o fato de que ele deve abrir mão desse objeto privilegiado.

Para que o sujeito possa entrar no campo do desejo é necessário que algo impeça que a criança fique colada à mãe ou seja, que algo faça valer a *barreira da proibição do incesto*. Este 'algo' é o *Nome-do-pai*, o que em psicanálise chama-se a *função paterna*. É o pai que faz intervir a lei da proibição do incesto que não consiste apenas na interdição da relação sexual entre mãe e filho, mas na inscrição de um impossível, isto é, do acesso impossível a um objeto que supostamente garantiria uma satisfação segura e permanente. O sujeito humano só pode obter alguma satisfação pela mediação da linguagem, fazendo passar seu desejo pela linguagem. Ao contrário do que às vezes se pensa o pai não interdita o desejo, mas é condição para o desejo. A função paterna consiste precisamente em lançar o sujeito na vida com a injunção: 'Deseje!'

Segundo Melman (2000a), o que caracteriza a delinquência¹³ é a tentativa de acesso ao objeto pela apreensão, pela violação. No ato delinquente o jovem tenta buscar de uma forma violenta, no real, aquilo que não pode ser transmitido pela via simbólica.

No caso do adolescente, por exemplo, na medida em que a instância paterna não oferece condições para que o jovem possa vir a se apossar desse objeto simbólico que é o 'falo' que o permite assumir as insígnias da virilidade ele vai buscar esse objeto no real e de forma violenta. Por isso, Melman diz que as condutas do jovem infrator são símbolos da falta de acesso ao

13. Atualmente, o uso do termo *delinquência* tem sido evitado como uma forma de combater a estigmatização do adolescente infrator, que outrora costumava ser designado com a expressão 'delinquente juvenil', que teria como efeito objetificar o jovem infrator imputar uma essência, uma identidade com base em certos atributos imutáveis (por exemplo, periculosidade, irrecuperabilidade). No caso do autor em questão o termo é muito mais uma referência ao ato delinquente, que não subscreve a noção de delinquente juvenil.

falo, de modo que a delinquência passa a ser o único acesso possível a virilidade. Pode-se verificar isso nas falas dos pacientes envolvidos com o tráfico. Eles dizem que ali podem obter dinheiro, respeito e poder (reconhecimento) e mulheres, isto é, essa inserção no tráfico, cria condições para que eles possam se exercer como homens.

Como ilustração, podemos citar o caso de um rapaz de 19 anos, cuja família possui uma boa situação financeira. Ao relatar numa sessão como iniciou o uso do *crack* enfatizou em seu discurso a maneira pela qual ele foi incluído num grupo de traficantes que dominava determinada comunidade. Um amigo da escola o convidou, pois conhecia todo mundo. Quando começou a freqüentar a favela alguns usuários de drogas e até mesmo os próprios traficantes diziam algo do tipo: "*Fala playboy! Se eu fosse um playboy eu ia ficar na pista, sai dessa cara!*" Mesmo assim ele continuou freqüentando este local até receber uma arma como símbolo de inclusão no grupo. Ele encontrou ali um lugar. O paciente disse: "*Eu me senti o cara, igual o dono da boca!*" ao ser perguntado sobre o que é 'ser o cara' ele respondeu: "*O cara lá têm reconhecimento. Ele chega assim... portando (referindo-se à arma)... Quando tem algum problema, ele pergunta o que tá acontecendo e ninguém fala mais nada. Ele marca lá. Quando eu passei a freqüentar a favela, a usar drogas e portar arma, me sentia assim também. As meninas chegam junto. Droga, dinheiro no bolso, arma, elas não resistem. É fácil!*"

Pode-se perceber que a possibilidade de encontrar um lugar, de ser reconhecido pelo outro é o que engajou este rapaz nas redes ilícitas, muito mais do que as drogas em si. Este caso nos mostra o peso relativo dos fatores sócio-econômicos no envolvimento dos jovens no tráfico. Além disso, uma fala como essa não é muito diferente da que escutamos de jovens moradores da favela. Encontramos aí alguns elementos fundamentais para qualquer adolescente: o papel dos pares (o amigo da escola); a identificação imaginária com uma figura de autoridade (o dono da boca) e os objetos que indicam seu acesso à virilidade (mulher, dinheiro, poder).

O fenômeno do envolvimento do adolescente com consumo e o tráfico de drogas também deve ser situado no contexto de uma mutação cultural de grandes proporções que vem intensificando os efeitos do que Lacan chamou de 'declínio do Nome-do-pai'. No livro *O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço*, o psicanalista francês Charles Melman

sustenta a tese de que estamos vivendo uma mutação cultural de grande envergadura, cujo efeito é a constituição de uma nova economia psíquica, algo inteiramente novo e designa um amplo consenso no nível dos comportamentos e das escolhas em favor de uma nova moral. Ele afirma que não há necessidade de fazer apelo a conceitos novos para circunscrever o que está em jogo. Trata-se de uma mutação “*que nos faz passar de uma economia organizada pelo recalque para uma economia organizada pela exibição do gozo*” (Melman, 2001b: 18-19). Isso implica deveres, sofrimentos e impasses inteiramente novos. Segundo Melman, ela resulta de um progresso considerável, mas carrega em si muitas ameaças.

A mutação em curso vem mostrando um processo de esfacelamento dos limites propiciados pelo simbólico e isso tem conseqüências em diversos campos. Uma das conseqüências se refere ao fato de que se a lei simbólica se fragiliza, cada vez mais os homens necessitam de recorrer à lei positiva, à lei dos juristas para regular suas relações sociais, cada vez mais necessitam de uma instância real que venha a impor algum limite. Na nova economia psíquica, busca-se um gozo sem limites, sem perda, que supõe a crença na possibilidade de acesso direto ao objeto de satisfação. O homem contemporâneo tende, assim, a uma relação aditiva com os objetos. Não é a toa que a toxicomania é um dos grandes sintomas do mundo contemporâneo, junto com outras formas de adição (compulsão alimentar, por exemplo).

Neste contexto, dois pontos devem ser destacados para entendermos o problema do envolvimento dos jovens com o tráfico de drogas. O primeiro é o de que esta mutação cultural tem a ver com a consolidação de uma sociedade de consumo, na qual surge uma nova moral orientada para o hedonismo de massa. Esta nova moral promove a busca permanente de satisfação, sobretudo através da posse de certos objetos de consumo. Nossa cultura se caracteriza cada vez mais pela dominância de valores hedonistas (Melman, 2001a). “*Isso quer dizer que para se fazer reconhecer - pois para o adolescente um dos maiores problemas é se fazer reconhecer - seria conveniente que ele testemunhasse uma participação engajada e considerável nessa cultura hedonista*” (2001a: 54). Cada vez mais, impõe-se a exigência de que os adolescentes possuam e ostentem a posse de objetos, insígnias e ‘marcas’ que indicam sua participação nessa cultura hedonista.

Ora, é claro que esta participação é desigual nas diferentes classes sociais. E na medida em que a condição para que alguém possa se fazer reconhecer como homem ou como mulher envolve a posse desses objetos de consumo, a privação desses objetos tende a ser vivida como uma mutilação radical, que só poderá ser remediada pela violência.

O segundo ponto a destacar é que esta mutação cultural se expressa também através da desqualificação do que seria o lugar da autoridade. A adolescência já é um período em que a autoridade dos pais encontra-se em declínio. Cabe perguntar então o que acontece

quando o social já não legitima mais o lugar da autoridade. Neste contexto, cada vez mais os pais não se sentem legitimados para exercer autoridade sobre seus filhos. Não é raro ver mães de adolescentes ou crianças nas comunidades pobres buscarem apoio de agentes do poder público, da escola ou de ONGs argumentando que seus filhos não querem ir para a escola e não querem obedecer. Essas mães se vêm sem autoridade perante seus filhos. Os professores também têm os seus embarços. São cada vez mais freqüentes as queixas de agressões sofridas por professores em sala de aula.

A instância do Nome-do-pai é o que faz, como nos lembra Melman (2000) com que as estruturas sociais se tornem simbólicas para cada sujeito e é assim que ele pode legitimar o lugar da autoridade. As estruturas sociais são simbólicas a partir do momento em que elas são constituídas a partir de um pacto no qual o sujeito e o outro estão empenhados e consentem em se submeter espontaneamente a ele. ‘Espontaneamente’ quer dizer sem o uso da força de uma instância real, policial, por exemplo.

Segundo Melman,

“Quando as estruturas sociais se tornam reais, o poder é então figurado na sua representação real e inclusive policial. O objeto mesmo, o objeto que conta cessa de ser simbólico para tornar-se nada mais que um objeto real. O pai vai estar assim privado de todas as suas incidências simbólicas para valer somente em sua realidade. Portanto, vai se encontrar desfigurado por representações que são asseguradas pelas instâncias educativas, correccionais, policiais ou judiciárias”. (2000a: 47).

Por isso, na falta de um enquadramento simbólico que lhes dê proteção e um rumo é comum que alguns jovens se façam gerir juridicamente e institucionalmente, oscilando entre o abrigo, a prisão e o hospital. Os muros dessas instituições acabam proporcionando para eles um enquadramento real, na falta de um enquadramento simbólico (Czermack, 2004).

Numa conjuntura em que a referência paterna se encontra privada de sua incidência simbólica, tal como argumenta Melman, sua autoridade só terá valor manifestando-se como um poder real. Diante disso, cabe indagar se a identificação imaginária do jovem com o traficante vem remediar a ausência de uma autoridade legitimada simbolicamente. No caso relatado acima, o jovem mostrava sua admiração pelo poder do chefe do tráfico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar o problema do envolvimento dos adolescentes com o tráfico de drogas como um fenômeno complexo implica assumir o pressuposto de que o enfrentamento deste problema necessariamente transcende o campo de ação dos dispositivos de tratamento e do sistema jurídico-policial. Isso quer dizer que, em primeiro lugar, é uma ilusão pensar que as instituições de tratamento, como o CAPS-ad, podem resolver sozinhas a questão do uso prejudicial de álcool e drogas por crianças e adolescentes. O que dirá a questão do seu envolvimento com o tráfico de drogas. Em segundo lugar, a cooptação das crianças e dos adolescentes pelas organizações do tráfico de drogas não pode ser enfrentado apenas pela via jurídica, repressiva e punitiva. Este fenômeno é um sintoma de mudanças sociais, econômicas e culturais de grande amplitude que ainda desafiam nossa capacidade de análise e exige um grande esforço coletivo de debate e pesquisa.

O uso de drogas entre crianças e adolescentes, por sua gravidade e abrangência, não admite soluções apenas no campo da saúde, mas deve envolver uma abordagem intersetorial, que trate dos temas da violência urbana, das desigualdades sociais, desigualdades de acesso à educação, ao trabalho, ao lazer e à cultura.

“Nunca é demais, portanto, insistir que é a rede – de profissionais, de familiares, de organizações governamentais e não-governamentais em interação constante, cada um com seu núcleo específico de ação, mas apoiando-se mutuamente, alimentando-se enquanto rede – que cria acessos variados, acolhe, encaminha, previne, trata, reconstrói existências, cria efetivas alternativas de combate ao que, no uso das drogas, destrói a vida.” (Brasil, 2003: 11)

No que diz respeito ao âmbito da saúde, é necessário enfatizar que o enfrentamento deste problema exige que os poderes públicos façam um investimento na capacitação contínua dos trabalhadores da saúde para atender e tratar essa clientela em todos os níveis de atenção: nos serviços especializados, nos ambulatórios, nas emergências clínicas, nos postos de saúde, nos programas de saúde da família. Nos diferentes serviços de saúde deve-se fomentar o desenvolvimento e sustentação de ações de redução de danos, em caráter permanente. Em qualquer ação de saúde, a família do adolescente envolvido com o consumo ou tráfico de drogas deve estar necessariamente incluída. E finalmente, no que se refere ao campo de ação das instituições de ensino, é necessário promover a reforma dos currículos dos cursos de graduação na área da saúde, incluindo a abordagem dos problemas relacionados ao uso de álcool e drogas. **D**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara Koogan, 1981.

BRASIL. *A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas*. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. SVC/CN –DST/AIDS. Brasília – DF, 2003.

CZERMACK, M. *Délinquance*. Journal Français de Psychiatrie – Clinique, Scientifique et Psychanalytique. Paris: Ères, n. 23, 2004.

DZU. *Comment droit et psychanalyse peuvent aider à répondre à l'acte transgressif Du jeune?* In: Des jeunes face à la loi – une réflexion internationale sur la question de la responsabilité. Paris: INJEP/Ministère de la santé, de la jeunesse e des sports, 2007.

LACAN, O *Seminário – Livro 5 – As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorze Zahar, 1999.

MELMAN, C. *Alcoolismo, delinquência, toxicomania – uma outra forma de gozar*. São Paulo: Escuta, 2000a.

MELMAN, C. *O que é um adolescente?* In: Congresso Internacional de Psicanálise e suas Conexões – Tomo II. Rio de Janeiro, Companhia de Freud. (2000b)

MELMAN, C. *Qu'attend l'adolescent de La sexualité et de La mort?* Journal Français de Psychiatrie – Clinique, Scientifique et Psychanalytique. Paris: Ères, n. 23, 2001a

MELMAN, C. *L'homme sans gravité – jouir à tout prix*. Paris: Deonël, 2001.

SALAS, D. *Um nouveau modèle: Le risque et La précaution*. Journal Français de Psychiatrie – Clinique, Scientifique et Psychanalytique. Paris: Ères, n. 14, 2004.

RASSIAL, J.-J. *O adolescente e o psicanalista*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

SILVA, Ciro. *Entre le codifié et le statué: entre le 'mineur', l'enfant et l'adolescent*. In: Des jeunes face à la loi – une réflexion internationale sur la question de la responsabilité. Paris: INJEP/Ministère de la santé, de la jeunesse e des sports, 2007.

VAN GENNEP, A. *Os ritos de passagem*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1998.

WACQUANT, L. *Punir os pobres – A onda punitiva*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.



Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania: a busca por possibilidades de encontros

TATIANE VIEIRA CURI¹
PEDRO PAULO GASTALHO BICALHO²

PARA INÍCIO DE CONVERSA

O título deste artigo pretende de alguma maneira dialogar com a pergunta de Sergio Verani, desembargador e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que em 1994 proferiu a palestra “Psicologia e Direito: um encontro possível?”. O objetivo, aqui, consiste em traçar uma análise deste encontro, iniciado em maio de 2006 com o processo de construção do NIAC – Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania, programa de extensão universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro, integrando além dos dois saberes explicitados, mais outros dois até então isolados. Com a finalidade de repensar cidadania e justiça para além da lógica da judicialização, quatro unidades se encontraram (e se encontram) em torno do público da Maré e adjacências: Instituto de Psicologia, Escola de Serviço Social, Faculdade Nacional de Direito e Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Imprescindível, para o encontro, que estas unidades não se colocassem como meras reproduzoras das usuais ferramentas de trabalho e expectadoras de seus efeitos, mas que se implicassem na construção de novas práticas, produzindo crises e lembrando, com a professora Silvia Lane, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que toda ação humana é política, seja para

1. Psicóloga. Discente do curso de especialização em Segurança Pública, Cultura e Cidadania, do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista (Cenpes – Petrobrás) do Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania entre os anos de 2006 e 2008.
2. Professor Adjunto do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito. Coordenador geral do Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania (DIUC/PR.5/UFRJ-Cenpes/Petrobras).

conservar ou para transformar. Tomaremos questões acerca de crianças, adolescentes e jovens inseridos em redes ilícitas como analisador dos saberes que, sempre articulados a exercícios de poder, produzem lugares e instituições, seja por discursos ou por omissões.

CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS INSERIDOS EM REDES ILÍCITAS: TRANSGRESSÃO DE QUE NORMAS?

Pensadores e autores situados em diferentes lugares de saber ao longo da história, procuraram definir o fenômeno ‘conflito com a lei’ a partir de seus pressupostos teóricos, porém este sempre foi um tema que produziu divergências, apontando para sua complexidade e multiplicidade de sentidos. Entre as inúmeras definições sobre crime destaca-se para análise algumas encontradas no dicionário Houaiss (2001, p.869) da língua portuguesa, são elas: “1. ação típica e anti-jurídica, culpável e punível. 2. ação condenável, temida por suas conseqüências sociais desastrosas ou desagradáveis; 3. qualquer ação individual ou coletiva, ética e socialmente condenável; 4. qualquer transgressão moral ou ética, socialmente rejeitada, cometida por uma ou mais pessoas”. Observa-se nestas formalizações uma menção sempre presente à condenação, punição, rejeição social, como que atribuindo ao fenômeno a idéia de algo maligno que deva ser exterminado das vistas da sociedade.

De uma forma geral, a idéia de crime ainda é aliada e reduzida à significação jurídica, a qual define como sendo: “*transgressão imputável da lei penal por dolo ou culpa, ação ou omissão; delito*” (HOUAISS, 2001 p.869). Desde sempre, transgressões e normas estiveram associadas, pois onde quer que estas últimas sejam estabelecidas, haverá sempre a possibilidade de transgredi-las, fato que justifica a própria existência da norma formalizada em lei. Enquanto seres sociais somos partes inseparáveis dessa dinâmica.

Percebendo este elo inevitável que une normas e transgressões, Émile Durkheim [1858-1917] assinalava que, devido a uma atitude precipitada e irrefletida, o conflito com a lei seria um fato rotineiramente tomado como patológico, considerava que este fenômeno diria respeito a algo presente em toda e qualquer sociedade; um elemento constante. O autor procurou estudá-lo sob um outro viés que não o de atribuição de uma essência maligna.

Durkheim (1992) acreditava que os fatos sociais formam um todo complexo e interligado e não poderiam ser estudados separadamente como fatos morais, jurídicos, econômicos, políticos. Dizia ele: “cada fenômeno estudado é relativo a uma infinidade de outros, se cada ponto de vista é solidário a vários outros, então já não é possível apresentar as questões de modo categórico” (p.57). Constata ainda que “a liberdade individual se acha sempre e

em toda parte limitada pela coerção social, quer sob a forma de hábitos, de costumes, de leis ou de regulamentos” (p.63). O autor tratava o crime com um fato social, de caráter normal e até necessário para a saúde de uma sociedade, não devendo ser reconhecido como um mal, mas por uma função utilitária, pois funcionaria como uma espécie de detector do grau de sanidade dos valores que fundamentam uma organização coletiva.

Para os estudos de subjetividade, a inserção em redes ilícitas constitui-se da relação entre a tríade norma-transgressão-castigo estando, portanto, para além da idéia de lei penal. Trata-se, assim, de leis instituídas (e instituintes) socialmente que produzem modos de ser sujeito e que não precisam ser formalizadas juridicamente para que sua transgressão seja criminalizada. A estes estudos, interessa perceber de que forma são construídas as normas, as condições de possibilidade que permitem com que elas apareçam enquanto verdades, produzindo modos de ser e estar no mundo.

Como lidar então com o fato de que sempre haverá indivíduos que transgredirão as normas estabelecidas socialmente e que, seguindo a lógica historicamente construída da exterminação destas condutas desviantes, deverão desaparecer de nossas vistas? A resposta encontrada por alguns estudiosos foi a de identificar previamente os indicadores criminógenos presentes nos indivíduos que cometem o delito (ou que podem vir a cometer), no meio onde estes estão inseridos, ou seja lá onde estiverem esses indicadores, com o objetivo de evitar o cometimento do crime. Foram embasados por esse raciocínio que muitos pensadores passaram a construir suas concepções acerca do crime. Divergiram em relação ao objeto a que voltavam sua atenção para explicar a emergência do mesmo, mas partiam do objetivo comum: encontrar a(s) principal(is) causa(s) para a ocorrência deste fenômeno.

A CRIMINOLOGIA E O CRIMINOSO

O processo de nascimento da Criminologia, segundo Elbert (2003), deu-se como a busca por um conhecimento racional e fundamentado e originou-se entre outras circunstâncias, da necessidade crescente de comprovação que se alinhava com o paradigma positivista da ciência do século XIX. De acordo com este modelo positivista, apenas filosofar não seria mais

suficiente, fazia-se necessário estabelecer um nexo-causal explicativo para o aparecimento dos fenômenos estudados. O que não fosse demonstrável empiricamente, reproduzível, não podia ser considerado científico. Era um momento de eclosão de ciências, e se pode detectar a origem da muito complexa e sempre atual organização interdisciplinar da criminologia.

Esteve presente neste processo um profundo interesse pelo corpo como objeto de estudo para explicar as condutas desviantes. Elbert (2003) analisa como outras ciências foram conquistando espaço e fazendo parte da chamada criminologia, espaço este que, entre 1850 e 1880, era hegemonicamente ocupado pela medicina. Cesare Lombroso [1835-1909], médico italiano, autor do livro *L'uomo Delinquente*, e principal expoente da Antropometria Criminal, baseava-se em investigações antropométricas para definir o sujeito potencialmente criminoso. A partir de estudos sobre o tamanho do crânio e do cérebro de indivíduos presos, Lombroso buscou provar a existência de um criminoso nato, cujo destino invariável era delinquir sempre que determinadas condições ambientais se apresentassem.

Enrico Ferri [1856-1929] contemporâneo de Lombroso, publicou em 1891 o livro *Sociologia Criminale*. Acreditava existir um trinômio causal do delito: os fatores antropométricos, sociais e físicos. Afirmava que o homem era uma máquina determinada pelo meio físico e moral em que vive e elaborou uma teoria que chamou de *lei de saturação criminal*, onde defendia que em um meio socialmente configurado com determinadas condições ambientais, comete-se um determinado número de delitos previamente estabelecidos por uma lógica dada pela natureza. Seguindo o mesmo raciocínio explicativo -causal, Raffaele Garófalo [1851-1934], autor de *Criminologia - studio sul delitto e sulla teoria della repressione* publicada em 1885, foi o primeiro a usar a denominação criminologia para as ciências penais e fez estudos sobre o delito, o delinquente e a pena. Acreditava que a pena teria uma finalidade de proteção social que se daria através de meios de correção, intimidação e/ou eliminação (*apud SILVA*, 2003). De acordo com Andrade (1994), Garófalo, Lombroso e Ferri são considerados os maiores divulgadores da Escola Positiva Criminal.

Observa-se que as diretrizes da Escola Positiva do século XIX permanecem extremamente atuais, sendo ainda hoje validadas e reproduzidas por muitos estudiosos e profissionais que atuam na área penal. Gomes e Garcia (2002) definem a Criminologia como sendo uma “ciência empírica e interdisciplinar que se ocupa do estudo do crime, da pessoa do infrator, (...) contemplando o crime como problema individual e como problema social, assim como os programas de prevenção eficazes do mesmo e técnicas de intervenção positiva no homem delinqüente e nos diversos modelos ou sistemas de resposta ao delito” (p. 44).

Silva (2003) defende que a criminologia é o estudo do crime e do criminoso, considerando a criminalidade dentro de um recorte causal explicativo, informado de elementos naturalísticos

(psicofísicos). Para este autor, a criminologia, não trata unicamente da pessoa humana, porque o homem é o agente do ato anti-social, mas do homem, o seu viver social, suas ações, toda sua evolução como espécie e como indivíduo. Acredita que existem várias causas e muitas ainda desconhecidas, que modificarão o caráter essencialmente humano ou antropológico do fenômeno.

Oliveira (2003) define Criminologia como sendo um conjunto de conceitos devidamente sistematizados que tratam da análise do perfil biopsicosocial do criminoso, do fenômeno do crime na sociedade, da participação da vítima no evento criminógeno e dos mecanismos de controle social atuantes sobre a criminalidade. A partir dessas análises de cunho positivista, tão atuais sobre o fenômeno do crime e a ciência que se debruça sobre ele, é possível compreender a origem das atuais práticas no sistema penal, sejam por operadores do Direito, ou pelos demais especialistas que se propõem a “cuidar” da questão, alvo da análise deste trabalho.

Michel Foucault [1926 – 1984], autor que introduziu novas maneiras de se olhar para os objetos de estudo, e para a própria produção de conhecimento das ciências, defendia que “ao longo da história alguns conhecimentos surgem a partir das condições de possibilidade, isto é, em cada época existe um contexto que permite que alguns discursos sejam valorizados e que outros, sobre o mesmo objeto, desapareçam” (MOREIRA; FIGUEIREDO, 2008, p. 9). A este método de análise que trata das relações de saber, da busca da origem dos saberes, dos fatores que interferem na sua emergência, permanência e adequação ao campo discursivo, Foucault deu o nome de arqueologia. Foucault também se utiliza metodologicamente da genealogia para pensar estas produções, que de acordo com Bacca (2004), diz respeito à análise das relações de poder que estão envolvidas na emergência do conhecimento ao campo discursivo.

Bacca (2004) chama atenção ainda para o fato de que os instrumentos metodológicos utilizados por Foucault foram sendo construídos ao longo do desenvolvimento de suas pesquisas, e não surgiram arbitrariamente. Inicialmente o autor foi construindo uma arqueologia, e ampliando essa arqueologia em genealogia. “Na metodologia foucaultiana, a arqueologia e a genealogia se constituem como dois conjuntos complementares,

sendo sua diferença não tanto de objeto ou de domínio, mas de ponto de ataque, de perspectiva e de delimitação” (FAÉ, 2004 p.18).

Tomando por base os instrumentos de estudo fornecidos por Foucault, se faz necessário colocar em análise os discursos produzidos pelo pensamento positivista sobre o crime e o criminoso, que se apresentam com um *status* de verdade e produzem efeitos considerados como normalizadores e estigmatizantes. Partindo da consideração de que os discursos científicos apresentam-se como enunciados de verdade a partir de condições de possibilidade e relações de poder que permitem tal emergência, como não questionar os discursos individualizantes e carregados de uma noção de “essência delinqüente” sobre o indivíduo autor de delito, se entendemos que estas normas transgredidas são construídas historicamente, e são de uma forma hoje, mas poderiam ser, e já foram, de outra?

Partindo desses questionamentos é que se pretende analisar práticas hegemônicas na esfera da justiça, considerando que estas se originam do discurso metodológico de descoberta dos fatores causais para o cometimento do crime, com o objetivo de prevenção do contato da sociedade dita sã e normal, com o sujeito criminoso e seu suposto instinto delinqüente.

A INSTITUIÇÃO PENAL

É interessante conhecermos o contexto da instituição que se configura como o palco das práticas profissionais colocadas aqui em análise, para que se tenha um quadro um pouco mais claro dos fazeres, saberes e dizeres envolvidos.

No período que compreende a Idade Média, de acordo com Santos (2006), a transgressão era considerada uma afronta ao poder do soberano, e como tal, demandava uma punição que comportasse a vingança do rei. Esta punição era feita com os chamados suplícios, que se caracterizavam por possuir um julgamento velado, e uma aplicação pública e calculada da pena. Tinham a função de deixar uma marca indelével no corpo do condenado, uma representação simbólica, uma memória de uma falta cometida e de um castigo aplicado. O sujeito era condenado a receber a marca e ostentá-la permanentemente perante a sociedade, caracterizando não só um castigo físico, mas uma pena moral. Sua função social seria o triunfo da força e do poder do soberano, devidamente testemunhados por todos. Os suplícios, porém, começaram a produzir alguns efeitos indesejáveis quando as massas passaram a se manifestar de forma violenta contra os castigos que estavam sendo infringidos aos condenados. Conhecido o risco social da vingança pública dos suplícios, e com a necessidade de maior controle social, ocorre uma inversão no sistema punitivo. “O julgamento que antes

era velado passa a ser público, e a aplicação da pena, antes em praça pública, passa a ser reservada. O lugar simbólico da pena é ocupado pela certeza da punição e pela figura da prisão” (p.11).

Foucault (2003) em sua obra sobre o nascimento da prisão analisa a passagem do modelo feudal de destruição do corpo para o modelo moderno de vigilância, no que se refere às práticas delitivas e criminosas. Observa um afrouxamento da severidade penal, ao menos no que diz respeito à condenação física, e uma mudança de objeto e objetivo da ação punitiva. Já não é mais ao corpo que se dirige a punição em suas formas mais duras, mas à alma. “À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições” (p.18).

Pode-se pensar aqui então em produções de subjetividades criminosas. Discursos que incidem sobre os desejos, afetos, intenções, “índole” daqueles sujeitos autores de delitos. E compartilhando da idéia de Foucault (2004), entende-se que a prisão se torna um espaço de ajustamento do delinqüente aos interesses de uma elite, e que cumpre plenamente seu papel enquanto dispositivo de controle social. Rauter (1981) assinala que “a prisão constrói uma micro-sociedade dentro da sociedade” (p. 54). Constrói meticulosamente o tipo de violência que se manifesta como incoercível e desligada de qualquer contexto. O objetivo da prisão, ainda segundo a autora, passou a ser o de controlar os indivíduos através de uma vigilância velada que parecesse onisciente e onipresente, produzindo saberes sob os indivíduos ali reclusos.

Sobre a instituição penal, Foucault (2003) afirma que o novo sistema punitivo definido pelos códigos dos séculos XVIII e XIX definiu o panorama onde a operação carcerária inteira carregou-se de elementos e personagens extrajurídicos. Alerta para o fato de que a justiça criminal moderna se carrega de tantos elementos extrajurídicos, não para poder qualificá-los juridicamente e integrá-los no estrito poder de punir, mas para poder fazê-los funcionar no interior da operação penal como elementos não jurídicos, para evitar que essa operação seja pura e simplesmente uma punição legal e para escusar o juiz de ser aquele que castiga. Pode-se então verificar um deslocamento do ponto de aplicação dos castigos, o qual se transfere também para o campo da subjetividade, e através desse deslocamento emerge todo um campo

de objetos recentes, todo um novo regime de verdade e uma quantidade de papéis até então inéditos no exercício da justiça criminal. “Um saber, técnicas, discursos científicos se formam e se entrelaçam com a prática do poder de punir” (*ibidem*, p.22).

Nesse novo contexto, entre os saberes que se formam sobre o delinqüente e o delinqüir, se propondo a reeducar, recuperar ou tratar os ditos delinqüentes, estão aqueles que legitimam a própria existência destes. Desta forma os saberes, inseridos na dinâmica penal como agentes punitivos, classificam os que conseguiram adaptar-se à disciplina imposta e assim são percebidos como recuperáveis, bem como aqueles que, ao contrário, demonstram uma inaptação crônica, entendidos então como desviantes patológicos.

A INSERÇÃO DOS SABERES NO SISTEMA PENAL: O ANALISADOR PSICOLOGIA

A relação entre os saberes constituídos pela Psicologia, Direito, Serviço Social e as demais práticas judiciárias, apesar de ser bastante recente e pouco conhecida no Brasil, é muito antiga. Tomando como analisador o saber psicológico, este surge no final do século XIX com a “Psicologia do Testemunho”, tendo por finalidade verificar, através do estudo experimental dos fenômenos psicológicos, a fidedignidade do relato do sujeito envolvido em um processo jurídico (ALTOÉ, 2002). Tendo emergido no contexto em que imperava o paradigma da Escola Positiva, que conforme discutido anteriormente, debruçava-se sobre seus objetos de estudo tal qual as ciências naturais, a prática da Psicologia no sistema de Justiça inicia com a finalidade de verificar se os “processos internos propiciam ou dificultam a veracidade do relato” (BRITO, 1993 *apud* ALTOÉ, 2002 p. 1), sobretudo através da aplicação de testes, buscava-se a compreensão dos comportamentos passíveis de ação jurídica.

Mira y Lopes [1896-1996], defensor da cientificidade da psicologia na aplicação de seu saber e de seus instrumentos junto às instituições jurídicas, escreveu o *Manual de Psicologia Jurídica* em 1932, que teve grande repercussão no ensino e na prática profissional do psicólogo, até recentemente. De acordo com Brito (2005), Mira y Lopes ao expor seu estudo sobre a Psicologia do Testemunho, afirmou que o testemunho de uma pessoa sobre um acontecimento dependia de cinco fatores: a) do modo como percebeu esse acontecimento; b) do modo como sua memória o conservou; c) do modo como é capaz de evocá-lo; d) do modo como quer expressá-lo; e) do modo como pode expressá-lo. Dessa forma o autor demonstra a importância que os estudos sobre a memória, sensação e percepção representavam no exame dos testemunhos, fazendo parte dos trabalhos empreendidos nos primeiros laboratórios de Psicologia experimental. O autor justificou seu método de estudo sobre os fenômenos psíquicos, dizendo em 1947 que:

“A Psicologia se encontra, ainda, sumamente impregnada de prejuízos mágicos e espiritualistas que adquiriu durante os longos séculos de seu íntimo contato com a religião e a filosofia [...] inimigas da experimentação, do cálculo da objetividade e da serena e higiênica claridade do pensamento científico”. (BRITO, 2005 p.11)

Observa-se, então, uma proposição à neutralidade científica, a uma racionalidade que somente faria sentido se fosse embasada por estudos imparciais, empíricos e resultados mensuráveis e reproduzíveis. O nascimento da Psicologia enquanto ciência se deu sob esses referenciais, e não foi diferente com sua inserção ao sistema penal. Conforme demonstrado com a Psicologia do Testemunho, o que se esperava da Psicologia no sistema penal era um respaldo técnico para além do julgamento legal que sustentasse as práticas punitivas de privação de liberdade e controle social.

A Lei de Execução Penal (LEP) de 1984 legitima a avaliação criminológica como elemento daquilo que a doutrina penal denomina de individualização da pena. O artigo 5º da (LEP) prevê que: “os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal”. Essas classificações são feitas pela chamada Comissão Técnica de Classificação (CTC), que de acordo com Carvalho (2005), tem por função a obtenção dos dados reveladores da personalidade, e poderá requisitar para tal, informações e entrevistas com pessoas, e realizar as diligências que considerar necessárias. O artigo 7º da LEP prevê que a CTC seja presidida pelo Diretor da instituição carcerária e sua estrutura composta, no mínimo, por dois chefes de serviço, um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social. Portanto a participação de profissionais de Psicologia e Serviço Social no sistema penal tem sido, quase que exclusivamente, nessas CTC's, com a atribuição de responder demandas de avaliação e classificação da personalidade do preso, baseada em procedimentos técnicos.

Com essas pontuações, é possível ter uma noção do contexto, valores e demandas que permearam o surgimento dos saberes das ciências humanas e sistema penal. Esse espaço foi sendo construído a partir desses pressupostos sobre o conhecimento, os quais apontavam para o aperfeiçoamento de métodos de exame e instrumentos de medida, e de um modo geral, ainda permanece sob esse prisma.

Para Foucault (2002), entre as mais importantes práticas sociais responsáveis pela emergência de novas formas de subjetividade, estão as práticas judiciárias.

“As práticas Judiciárias a maneira pela qual, entre os homens, se arbitram os danos e as responsabilidades (...) me parecem uma das formas pelas quais nossa sociedade definiu tipos de subjetividade, formas de saber e, por conseguinte, relações entre o homem e a verdade que merecem ser estudadas”. (p.11).

Esta análise feita pelo autor nos convida a pensar qual seria o papel de tais saberes no sistema penal. Toda prática atende (ou produz) interesses políticos, econômicos e sociais. No entanto, de uma forma hegemônica, tem-se construído fazeres e dizeres sem questionar criticamente a que interesses políticos têm-se atendido, contribuindo assim para a legitimação de lugares de segregação, na medida em que se atesta através de instrumentos ‘desveladores de personalidades’ que algumas podem ser classificadas como são e, portanto, autorizadas à interação social, e outras, criminalizadas e recomendadas à reclusão.

Entendemos com Guattari (2005), a subjetividade como sendo a maneira de perceber e estar no mundo, e como tal, está sempre em construção, nunca acabada, pronta. Trata-se de algo produzido, fabricado, modelado, recebido e consumido a todo o momento.

Os processos de subjetivação para Guattari (2005 p.39) não estariam centrados nem em agentes individuais, nem em agentes grupais. Seriam duplamente descentrados e implicariam o funcionamento de máquinas de expressão que poderiam ser tanto de natureza *extrapessoal*, ou seja, de sistemas que não são imediatamente antropológicos, quanto de natureza *intrapessoal*, ou seja, de sistemas de percepção, sensibilidade, afeto, desejo.

Igualmente importante para o entendimento da noção de subjetividade utilizada neste artigo é a compreensão de que a percepção de mundo que destoa da ordem dominante, como a de pessoas que não conseguem ou não querem adequar-se ao hegemônico, não significa uma percepção de natureza caótica, de valores e relações sociais equivocados. Demonstram sim, uma outra maneira de estar no mundo, e portanto, revelam a possibilidade de outras formas de ser sujeito.

A atuação dos técnicos no sistema penal tem se limitado à elaboração de laudos e pareceres sobre a previsão dos comportamentos dos sujeitos apenados, devendo nestes conter informações sobre as possibilidades de reinserção ao ato delitivo, para que possam instruir a concessão de benefícios e a progressão da pena. De acordo com Carvalho (2005), os exames e prognósticos criminológicos previstos na Lei de Execuções Penais (1984) redefinem

uma matriz inquisitiva que viola os mais sagrados direitos do cidadão, notadamente aqueles relativos à livre manifestação do pensamento, reforçando o estigma de delinqüente.

O trabalho dos profissionais na condição de perito judiciário é fundado na técnica de reconstituição de vida pregressa. Durante este trabalho de investigação, sinais de rebeldia deverão ser buscados desde a infância, para que se possa comprovar “como o indivíduo já se parecia com seu crime antes de o ter cometido” (FOUCAULT, 2002 p.24) Ao analisar os laudos psicológicos construídos nessas avaliações, Rauter (1989) aponta para o fato de que estes são aceitos sem nenhuma discussão, sem nenhum questionamento sobre a sua real capacidade de cumprir o que a Justiça espera deles, que é o fornecimento de um retrato fiel daquilo que ‘se passa no interior do indivíduo’. Desejos, tendências e motivos que levaram o sujeito ao ato criminoso, e principalmente, a previsão sobre as possibilidades de vir a cometer o delito novamente.

Considerando por base o conceito de subjetividade mencionado anteriormente, não é possível conceber a idéia de que um instrumento técnico que apenas considere o recorte do momento em que é utilizado para investigar a ‘personalidade’ do indivíduo, ou o relato simplista sobre os acontecimentos elencados pelos investigadores como os mais importantes da vida do mesmo, seja considerado como suficiente para dizer sobre seus desejos e intenções. Rauter (1989) chama a atenção para a fraqueza teórica dos instrumentos utilizados pelos psicólogos e demais especialistas em suas investigações, pois se constituem, segundo ela, em uma colagem mal feita de técnicas de várias origens: psicológicas, psicanalistas, judiciais e policiais, que formarão um dispositivo de características próprias. Para além dessas pontuações, é necessário colocar em questão o próprio aspecto individualizante dessas investigações, que se propõem a encontrar ‘num dentro’ do sujeito as razões para o acontecimento do delito, sem considerar todo o contexto em que se deu o mesmo.

Não são incomuns conclusões ‘tecnicamente’ respaldadas que demonstram que se um indivíduo teve uma infância pobre e repleta de incidentes em suas relações familiares, ele com certeza será um criminoso. Rauter (1989) denomina de determinismo cego e simplista

a lógica que caracteriza estes laudos de exame, e observa que é este tipo de determinismo que permite formular equações como: “carência absoluta na infância + miséria = crime” (p.13). Desta forma, tem-se uma lógica que determina o destino do indivíduo, o qual não pode escapar ao seu futuro criminoso. O que causa inquietação é, antes de tudo, o nível de eficácia ou de utilidade que os referidos exames possuem. “O sistema repressivo pode, assim, travestir-se de uma roupagem científica, disfarçando até certo ponto seu papel político ideológico e modernizando seus métodos”. (p.10)

A credibilidade depositada nos exames, laudos e pareceres, e seus efeitos sobre o destino dado aos sujeitos no interior das prisões, permitem constatar um lugar de juiz atribuído a estes profissionais, um juiz da ordem da moral e do caráter. Carvalho (2005 p. 149) defende que a legitimação de um modelo moralista fundado na recuperação, o discurso clínico-disciplinar, ao atuar como suporte ao jurídico e, assim sendo, fundir-se a ele nas decisões em sede executiva, cria um terceiro discurso, autoproclamado criminológico, que apesar da absoluta carência epistemológica, é altamente funcional no processo de construção e consolidação de rótulos estigmatizantes.

Este encontro, como avaliado por Verani (1994) torna-se desastroso. O autor acredita que os instrumentos oferecidos têm um uso que favorece a eficácia do controle social e reforça a natureza repressora que está inserida no direito, ao invés de garantir as liberdades e os direitos fundamentais dos indivíduos. Rauter (1981 p.10) considera que “torna-se da maior gravidade a questão da confiabilidade que se tem nos resultados dos referidos exames (...) ou de fato eles se constituem numa avaliação científica e, como tal, confiável acerca de personalidade de alguém, ou se está diante de uma perigosa fonte de arbitrariedade”.

Com a alteração da Lei de Execuções Penais realizada em 2003, tornou-se desnecessária a elaboração do exame criminológico para a concessão do livramento condicional e progressão de regime. Contudo, percebe-se que tal alteração não produziu qualquer modificação quanto à função e à frequência com que são pedidos estes exames pelas autoridades da execução penal e do judiciário. Kolker (2005) alerta para o fato de que a rotina dos profissionais nas prisões transcorre em meio a centenas de papéis, infundáveis laudos, relatórios e pareceres, feitos ou por fazer. Sem contar com as inúmeras sessões da CTC para apurar as infrações disciplinares.

Desta forma, se faz emergencial pensar de que outras maneiras os profissionais poderiam se colocar neste contexto punitivo para alcançar aquilo que deveria ser o objetivo de seu trabalho, ou seja, a facilitação ao resgate da autonomia dos sujeitos, à garantia de seus direitos fundamentais previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Rauter (2007) chama

a atenção para um fato importantíssimo de ser considerado quando se pretende propor estratégias de intervenção. A autora afirma que:

“Os (...) que atuam em prisões podem estar ameaçados caso se proponham a não reproduzir a engrenagem da instituição carcerária através de sua atuação. Por outro lado, estes profissionais estão colocados num lugar estratégico no sentido de produzir focos de resistência à rede de poder institucional. Mas para isso eles terão que se desprender de suas atribuições formais e formular outros modos de atuação direcionados no sentido oposto ao da mortificação institucional” (p.43).

O perigo gerado ao profissional que não reproduz a engrenagem institucional poderia consistir no fato do mesmo ser visto como descartável, já que não responderia à demanda solicitada a ele. O aprisionamento às atribuições previstas em regulamentos pode referir-se a uma provável impossibilidade por diversos motivos, de construções de outras práticas. Contudo a proposição aqui feita é de que essa estratégia de resistência seja realizada de forma sutil e processual, onde inicialmente o profissional não deixaria de atender a demanda de um lugar de perito, apenas produziria complexificações em seus laudos, apontando para a própria complexidade humana. Trata-se de uma subversão da demanda, demonstrando a sua capacidade em ser crítico para avaliar o que lhe é solicitado, e questionar até que ponto o pedido supera suas possibilidades, para que possa pensar em outras práticas, outros fazeres mais condizentes com seus preceitos éticos.

A outra maneira de resistência pacífica consistiria na proposição de outras atividades de intervenção paralelamente às estritas construções investigativas. Ressalta-se, porém, que estas proposições exigiriam uma implicação com aqueles que são alvos das intervenções profissionais. O reconhecimento destes como sujeitos de direitos, que demandam um acolhimento neste processo de institucionalização que muitas vezes podem levá-los a mortificações de seus lugares subjetivos singulares, se faz fundamental. O objetivo seria a promoção de sujeitos críticos, autônomos, que produzissem revoluções moleculares, linhas de fuga, e que fossem donos de suas construções sobre si mesmos. A questão que se coloca agora é: estariam os profissionais dispostos ao desafio?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos ser conveniente lembrarmos as palavras de Foucault (2002), quando analisa o gênero de discurso que está presente nos relatórios em matéria penal:

“Como vocês podem compreender, haveria ao mesmo tempo pouquíssima e muitíssima coisa a dizer sobre esse gênero de discurso [...] são discursos que têm, no limite, poder de vida e de morte [...] discursos que podem matar, discursos de verdade e discursos [...] que fazem rir” (p. 8).

Foucault refere-se aos conteúdos colocados nos exames, carregados de julgamentos morais, que segundo ele, suscitavam ao mesmo tempo ironia e críticas. Ironia porque era tão absurdo que aquelas palavras e aqueles julgamentos estivessem em um exame técnico, científico, que chegava a ser engraçado, a fazer rir, já que o absurdo levado ao extremo produz graça. Críticas, porque esses discursos engraçados, tomados com *status* de verdade, têm o poder de determinar o destino de pessoas, tem o poder de fazer viver e fazer morrer, portanto é no mínimo estranho que a ironia e o poder de matar coexistam nestes exames. “O exame permite passar do ato à conduta, do delito à maneira de ser, e de fazer a maneira de ser se mostrar como não sendo outra coisa que o próprio delito” (*ibidem* p.20).

Cabe mais uma vez pensarmos sobre a construção do indivíduo, sobre o processo de produção de subjetividades. Considera-se aqui o ser humano como algo sempre em construção, nunca acabado, e tendo como característica principal a capacidade de ser vários ao mesmo tempo, de desempenhar inúmeros papéis sociais, sendo isto o que define a sua identidade, a multiplicidade de possibilidades. “A subjetividade está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares” (GUATTARI, 2005, p. 42)

Não é concebível analisar qualquer acontecimento sem considerar seu contexto, sem analisar as condições de possibilidades que permitiram sua existência. Portanto, também não é possível analisar o cometimento de um crime ou de uma infração cujo agente é (ainda) inimputável, individualizando seu acontecimento, ou seja, colocando toda razão para este na possível “essência criminosa” do autor da infração, ou de seu envolvimento em redes ilícitas. Da mesma forma, se entendemos o ser humano com uma capacidade ilimitada de transformações, construções e desconstruções, como algo que nunca é, mas está sendo, acredita-se ser inviável a determinação do grau de periculosidade de um sujeito e, sobretudo, de sua possibilidade de reinserção ao ato criminoso. Sendo assim, de fato, não se pode aceitar as práticas atuais classificatórias e de previsões do futuro, realizadas por profissionais que não

analisam de forma crítica o que lhes chega como encomenda, que não consideram a que interesses políticos, econômicos e sociais seus fazeres estão legitimando, e que subjetividades estão produzindo com estes.

“A ação desse discurso é microscópica, complacente e cuidadosa. Nunca dizem não, não seguem as regras dos torturadores que reprimem e usam a dor. Ávidos por criar perguntas e respondê-las, por criar problemas e solucioná-los, defendem um humanismo que preencha o vazio de um homem fraco e sem força, um homem angustiado e perplexo, necessitado de tutela” (BAPTISTA, 1999, p.46).

O objetivo de tecer estes questionamentos e críticas acerca do fazer cotidiano profissional, não é colocá-lo na ordem da intencionalidade, mas remeter a urgência de um posicionamento crítico sobre esse fazer. Aqueles profissionais que apenas reproduzem lógicas estabelecidas, por mais bem intencionados que estejam, utilizam de seu poder para enfraquecer e proibir o discurso do sujeito sobre si mesmo, e em troca, oferecendo-lhe um rótulo, respaldado por uma ciência dita neutra e asséptica.

Acreditando ser impossível não estar submetido às relações de poder presentes no interior das instituições, o que se sugere é a reflexão sobre o que fazer com essas relações. Neste sentido, cabe nos utilizarmos das palavras de Guattari (2005) quando afirma que todos aqueles cuja profissão consiste em se interessar pelo discurso do outro, estão numa encruzilhada política fundamental.

As práticas, sempre locais e instáveis, são assim constituídas por um campo de conexões díspares. Agenciamentos, dos quais fazem parte a universidade, a sociedade civil, o Estado, as equipes de trabalho, as leis, os saberes, a Maré, as pessoas: a rede Rotas de Fuga. Conexões que engendram acontecimentos. Acontecimentos que produzem encontros. Encontros onde os corpos expressam sua potência de afetar e ser afetado. Afetos que ponham em análise, sempre, o que vem a ser o humano. Encontro da Psicologia, do Serviço Social, do Direito e da Arquitetura, na Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ: o NIAC. Encontro do NIAC com nossos parceiros, na rede Rotas: este livro. O que há para ser feito, enfim, é investir nos encontros, pela potência de produzir rachaduras. Esta é a aposta. **D**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, J.L.C. *Sociologia e Direito em Émile Durkheim* – Revista Diálogo Jurídico da Faculdade Farias Brito – Ano IV / Nº 3 p.97-109 – Setembro de 2004.

ALTOÉ, S. *Atualidade da Psicologia Jurídica*. 2002. Disponível em: <www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/psicologia_juridica.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2007.

BACCA, A.M. et al. *Nas Pegadas de Foucault*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

BAPTISTA, L.A. *A Cidade dos Sábios*. São Paulo: Summus, 1999.

BATISTA, V.M. *Difíceis Ganhos Fáceis – Drogas e Juventude Pobre no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro – Ed. Revan, 2003.

BICALHO, P.P.G. *Subjetividade e Abordagem Policial: por uma Concepção de Direitos Humanos onde Caibam mais Humanos*. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

BRASIL, Lei n. 7210/ 84. *Lei de Execuções Penais*.

BRITO, J.S.; LIMA, E.F.S.; ROSSI, L.A.S. *Tratamento Penal e Exclusão Social*. Iniciação Científica CESUMAR, Vol. 07, n.02, pp. 169 – 184, Jul.Dez. 2005

BRITO, L.M.T., *Reflexões em torno da Psicologia Jurídica*. In: CRUZ, R.M.; MACIEL, S.K.; RAMIREZ, D.C. *O trabalho do Psicólogo no Campo Jurídico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

CARLOS, J.A. *O crime segundo perspectiva de Durkheim*. Disponível em:

<<http://www.aeiou.pt/cat/o/O-Crime-segundo-Perspectiva-de-Durkheim-19277.html>>. Acesso em: 16 abr. 2008.

CARVALHO, S. *O papel da perícia psicológica na execução penal*. In: GONÇALVES, H.S.; BRANDÃO, E.P. (Org.) *Psicologia Jurídica no Brasil*. Rio de Janeiro. Nau Editora, 2005.

DURKHEIM, É. Aula inaugural do curso de Ciências Sociais. In: CASTRO, A.M.; DIAS, E.F. (Org.). *Introdução ao pensamento sociológico*, 9 ed. São Paulo –Moraes, 1992.

ELBERT, C.A. *Manual básico de criminologia*. Porto Alegre: Ricardo Lenz, 2003.

FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.

_____. *Os Anormais*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2002.

_____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Ed.Vozes, 2003.

GOMES, L.F.; GARCIA, A.P.M. *Criminologia*. São Paulo: Ed. RT, 2002.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolíticas: Cartografias do desejo*. Petrópolis:Vozes, 2005.

HOUAISS, A. (Ed). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001

HÜNING, S.M.; GUARESCHI, N. *Efeito Foucault: desacomodar a Psicologia*. In: Foucault e a Psicologia. Porto Alegre: Abrapso Sul, 2005.

KOLKER, T. *A atuação dos Psicólogos no sistema penal in Psicologia Jurídica no Brasil*. In: GONÇALVES, H.S.; BRANDÃO, E.P. (Org.) *Psicologia Jurídica no Brasil*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005.

MOREIRA, L.R.; FIGUEIREDO, T.F. *A construção do conceito de psicopatia no contexto da cultura do medo*. Monografia (Formação em Psicologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

OLIVEIRA, M.V.A. *A Utilidade da Criminologia para o Promotor de Justiça*, 2003. Disponível em: <<http://www.acmp-ce.org.br/docs/AutilidadeDaCriminologia-ParaPromotorDeJustica.doc>> Acesso em: 07 abr. 2008.

PAULA, G. *O ensino de Criminologia na formação policial*. Dissertação (Mestrado da Pós-Graduação em Investigação Direito, Estado e Sociedade). Faculdade de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

RAUTER, C.M.B. *Clínica e Estratégias de Resistência: Perspectivas para o Trabalho do Psicólogo em Prisões*. *Psicologia & Sociedade*; 19 (2): 42-47, 2007.

_____. *Diagnóstico psicológico do criminoso: tecnologia do preconceito*. Revista do Departamento de Psicologia da UFF, 1989.

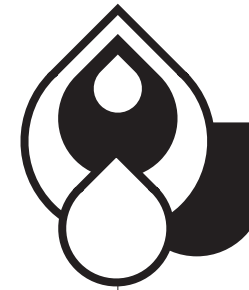
_____. *Os Carreiristas da Indisciplina: um estudo sobre a psiquiatria e seus “anti-sociais”*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

SANTOS, C.H. *Entre Saber e Poder: Uma Genealogia das Práticas Psicológicas no Sistema Penitenciário do Estado do Paraná*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

SILVA, J.R. *Prisão: Ressocializar para não reincidir*. Monografia (Especialização Modalidade de Tratamento Penal em Gestão Prisional) – Universidade Federal do Paraná, 2003.

SILVA, L.R.M. *A criminologia e a criminalidade*. Ed. Eletrônica Jus Navigandi, ano 7, n. 66, jun. 2003. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4137>>. Acesso em: 17 mai. 2008

VERANI, S.S. *Alianças para a Liberdade*. In: BRITO, L.M.T. (Org.) *Psicologia e Instituições de Direito: a prática em questão*. Rio de Janeiro, CRP/RJ, Comunicarte, 1994.



Projeto Digai-Maré: jovens na rede do singular¹

ANDRÉA REIS SANTOS²
FRANCIELE GISI M. DE ALMEIDA³

Desde que o mundo é mundo ele não pára de mudar. Mudam as pessoas, suas relações, mudam as famílias e as cidades. Não mudam só para melhor, mas também não mudam só para pior. Cada época tem seus encantos e seus horrores. A época em que vivemos não foge a essa regra. Se por um lado colhemos os frutos de muitas conquistas da humanidade, por outro nos deparamos com situações que parecem não ter solução possível. Entre elas está o problema da violência, um dos traços marcantes de nossa época, principalmente em grandes cidades como a que vivemos.

A violência, em suas variadas formas de apresentação, diz respeito a todos nós. Entretanto, no caso dos jovens que estão atravessando a rica e difícil transição entre a infância e o mundo adulto, o encontro com a violência pode produzir conseqüências decisivas. Tratar deste encontro, do tema dos jovens e da violência, não é tarefa fácil. A idéia proposta pelo projeto Rede-Rotas parece trazer algo novo. Em primeiro lugar, propor que o tráfico de drogas e todas as atividades a ele relacionadas formam uma rede com vastas conseqüências. Em seguida, propor como alternativa para os jovens a articulação de novas redes, com um novo sentido. A questão passa a ser então como articular estas novas redes. Este texto propõe uma reflexão sobre a participação do Digai-Maré nestas redes, buscando apresentar e discutir os efeitos e limites desta iniciativa.

1. Este texto é produto das reuniões do corpo clínico do Digai-Maré que ocorreram sob a coordenação de Ana Lúcia Lutterbach Holck e Marcus André Vieira.
2. Andréa Reis Santos é psicóloga clínica, membro-aderente da EBP-seção Rio e membro-associado Digai-Maré.
3. Franciele Gisi M. de Almeida é psicóloga clínica, membro-associado Digai-Maré, psicóloga da SME-RJ, mestranda em Psicologia Clínica PUC-Rio.

Para isso, depois de uma breve apresentação do projeto Digai-Maré e de suas parcerias, tentaremos transmitir algumas das elaborações que produzimos ao longo de quatro anos de experiência clínica nos atendimentos em grupo que fazemos na Maré, buscando articulá-las a questões que envolvem os jovens e o problema da violência.

APRESENTAÇÃO

O Digai-Maré é um projeto de Psicanálise aplicada que se alinha à orientação política da Associação Mundial de Psicanálise. Esta orientação aponta para a ampliação do trabalho na cidade, em que a psicanálise não só deixa de ficar restrita aos consultórios⁴, como também se posiciona de outra maneira em relação a ela. Nesta mudança de postura frente a estes impasses, há que se passar do analista fechado em sua reserva, crítico, a um analista que participa; um analista sensível às formas de segregação; um analista capaz de entender qual foi sua função e qual lhe corresponde agora. (LAURENT, 1999, p. 13)

Neste contexto, o Digai-Maré se situa como um projeto que busca pensar em sua inserção na cidade e nas implicações desta inserção. É um projeto formado por psicólogos clínicos, estagiários e supervisores que oferece atendimento clínico orientado pelos princípios da psicanálise. Funciona desde janeiro de 2005 no bairro Maré e atualmente concentra o trabalho em sua sede na comunidade de Nova Holanda.

O atendimento é feito em pequenos grupos e também em oficinas temáticas. Cada grupo é formado por um clínico e quatro pacientes, que são reunidos por faixa etária. Temos grupos de crianças, adolescentes e adultos. As oficinas temáticas são resultado de uma iniciativa recente. Constituíram-se como uma forma de responder ao inesperado que foi para nós a ocupação da casa pelas crianças das redondezas. Cada uma delas é formada por um estagiário ou por um clínico e reúne de quatro a seis crianças, que, durante seis meses, trabalham em torno de uma tarefa.

A nossa porta de entrada funciona em dois plantões semanais onde recebemos todos os que chegam pedindo atendimento. Embora a maioria dos pedidos resulte em encaminhamento para um grupo ou para uma oficina, existem casos em que são encontradas soluções já nestes atendimentos.

No Digai recebemos pessoas encaminhadas pelos mais diferentes lugares: escolas, postos de saúde, outras ONGs da região e um volume cada vez maior de pessoas da comunidade que chegam espontaneamente. O atendimento é gratuito e cada grupo pode durar de seis meses a um ano. Quando alguém que participou de um grupo que se dissolveu necessita continuar seu trabalho, é encaminhado para um novo grupo.

4. Cabe ressaltar que a atuação de psicanalistas fora dos consultórios já ocorre há muito tempo e de forma significativa, como no trabalho realizado em instituições.

PARCERIAS

Desde sua fundação em 2005, o Digai tem como parceiros o Programa de Criança Petrobrás, da Redes-Maré; a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), por meio do Departamento de Psicologia; e a seção Rio da Escola Brasileira de Psicanálise (EBP-Rio). A Redes foi o nosso anfitrião, quem nos abriu as portas da comunidade e até hoje permanece como um importante parceiro.

O Digai-Maré recebe alunos do curso de graduação em Psicologia da PUC-Rio para estágio curricular e constitui um campo de investigação privilegiado para os alunos que fazem parte do projeto de pesquisa “A política do sintoma”, coordenado pelo professor Marcus André Vieira, um dos fundadores do projeto.

Conta também com a parceria da Escola Brasileira de Psicanálise (EBP), entidade que reúne profissionais orientados pelos ensinamentos de Sigmund Freud e Jacques Lacan. Através desta parceria, o Digai obtém as diretrizes teórico-clínicas que sustentam sua prática.

Mais recentemente, desde o início de 2008, o Digai-Maré tornou-se uma das instituições que constituem a Ripcahd – Rede Interdisciplinar de Proteção à Criança e ao Adolescente com Histórico de Desescolarização – e a Rede Rotas, que trabalha com jovens inseridos em redes ilícitas.

A partir dessas articulações, foi possível estabelecer um trabalho em parceria com outras instituições como o Instituto Vida Real na Maré, conhecido pela atuação com jovens em situação de grave vulnerabilidade social ou envolvimento em atividades ilícitas, a Vila Olímpica da Maré, que desenvolve atividades esportivas, culturais, educacionais e de saúde, a Creche Comunitária da Maré e o Centro de Referência das Mulheres da Maré.

O trabalho do Digai também tem acontecido de forma articulada à rede de Saúde Mental por sua participação nos Fóruns de Saúde Mental da área programática em que está situado (A.P. III. 1).

Como podemos verificar, existem na Maré muitas iniciativas que têm por objetivo oferecer alternativas aos jovens que teriam as redes ilícitas como primeira escolha. São grandes projetos que juntos formam uma outra rede e produzem um efeito multiplicador de suas ações.

Existem, porém, casos em que os impedimentos subjetivos a uma mudança de rumo falam mais alto, tornando o jovem impermeável às novas ofertas. É para estes que o Digai existe. Nossas limitações e nosso talento indicam que nosso lugar na Rede funciona bem quando estamos associados a grandes iniciativas, num trabalho conjunto, recebendo aqueles que parecem não conseguir se beneficiar das ofertas de novos recursos.

O MUNDO DE HOJE E A CRISE CONTEMPORÂNEA DAS IDENTIFICAÇÕES⁵

Uma das características mais marcantes de nossa época é o declínio dos ideais e o enfraquecimento das figuras de autoridade. Os princípios que pareciam organizar o mundo perdem sua força e as referências que serviam de base para a constituição de cada um se apresentam modificadas. Os testemunhos dos profissionais que trabalham com crianças e adolescentes vêm a todo momento atestar a ineficácia do apelo à autoridade como princípio regulador dos comportamentos.

Um dos aspectos desse novo quadro é o que chamamos de crise das identificações. Os laços sociais e familiares se orientam de outra forma: maior diversidade, maior fragmentação. Há uma pluralização das palavras de ordem em torno das quais se formam os grupamentos atuais, de forma que reconhecemos hoje uma grande multiplicidade de estilos de vida e de comunidades não tradicionais. Qualquer idéia, por mais inconsistente que possa parecer, é hoje suficiente para agregar pessoas, como podemos constatar na enorme quantidade de comunidades à disposição no mundo virtual em que vivemos.

No entanto, ao contrário do que poderíamos supor, essa expansão identificatória não tem como consequência necessária uma maior tolerância e respeito pelas diferenças. A reivindicação dos novos estilos de vida chega acompanhada pelo seu múltiplo rechaço⁶. Sendo assim, a segregação se mantém bastante atual, vide nossas guerras contemporâneas e as inúmeras manifestações de intolerância entre os diferentes grupos.

No lugar das referências familiares, com as quais os sujeitos se identificam cada vez menos, surgem novos pactos sociais, novos grupamentos que são constituídos por identificações imaginárias muito mais transitórias que as antigas.

Estas mudanças nos laços grupais se relacionam intimamente com a maneira com que se constitui a identidade dos sujeitos nos dias de hoje. Sabemos que os laços grupais são fundamentais para formação da identidade de um sujeito. O “quem sou eu” que define o lugar que cada um ocupa na existência se apóia em grande parte em saber “quem é a minha turma”, “qual é a minha praia”. Ou seja, é no “Uns com os outros” do social que cada um se apóia para construir uma história, achar um lugar, ter um nome.

5. “O momento atual... não tem lado, nem mocinho e bandido, não tem heróis, só vencidos em um campo sem concentração, sem resistência, sem limites. Em uma guerra assim, que não se realiza em torno do Um, perde-se a estratégia, a tática e a política habituais e a solidão e o silêncio prevalecem sobre os interesses coletivos.” (HOLCK, A. L. L. *Patu: a mulher abismada*. Rio de Janeiro: Subversos, 2008, p. 124)

6. Cf. TENDLARZ, S. *O patológico da identificação*. In: *Opção Lacaniana* n° 47. Revista Brasileira Internacional de Psicanálise. São Paulo: Edições Eolia, 2006.

7. Cf. BARROS, R.R. *Da massa freudiana ao pequeno grupo lacaniano*. In: *Psicanálise na Favela – projeto Digai-Maré: a clínica dos grupos*. Rio de Janeiro: Associação Digai-Maré, 2008.

8. Cf. FREUD, S. (1921) *Psicologia das Massas e Análise do Eu*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

Esse nome, no entanto, não se constitui unicamente baseado nesta dimensão coletiva do sujeito. Os laços que o sujeito estabelece com os outros não dão conta de tudo que ele é. Há sempre algo de muito singular que parece não caber em lugar nenhum, que não pode ser compartilhado, que, muitas vezes, nem mesmo pode ser nomeado. É aquilo que consegue ser ao mesmo tempo o mais íntimo e o mais estranho em cada um de nós.

É na relação entre aquilo que o sujeito compartilha, o que ele herda da cultura e da linguagem, e aquilo que há de mais singular, que cada um irá construir um jeito próprio de se virar com a sua existência.

SUJEITO E COLETIVO

O sujeito, para a psicanálise, é fruto de uma construção que só se faz na relação com os outros, com a linguagem e com a cultura. Esta fronteira entre dentro e fora é muito mais tênue do que a fantasia de uma unidade inata costuma supor.

O sujeito é muito mais um produto, resultado de uma construção, do que uma essência. Não é algo fixo, imutável, embora encontre pontos de fixidez em torno do qual se situe. Esta idéia se alinha a uma importante indicação de Freud de que o sujeito seria tanto individual quanto social.⁷

Na relação entre sujeito e coletivo, se por um lado estas duas instâncias não podem ser pensadas separadamente, por outro a manutenção de um grupo não se dá de forma natural.

Freud tratou deste tema em “Psicologia das massas e análise do Eu”⁸. Usou como exemplos o Exército e a Igreja para descrever o modo de funcionamento do que ele batizou como *grupos artificiais*. Eles têm um tipo de organização que articula dois eixos de relação: a que se mantém pela identificação entre os iguais e é representada como eixo horizontal e a identificação a um líder, hierarquicamente superior aos demais, chamado de eixo vertical. Entre estes eixos há uma articulação permanente que garante o bom funcionamento do grupo.

Estes grupos fortes e duradouros devem sua estabilidade a um modo de funcionamento que mantém fora da cena a singularidade dos seus

membros. Nessa dinâmica não há muito espaço para as diferenças individuais, o que há de estranho em cada um acaba sendo depositado em algum integrante do grupo, que é por isso excluído, ou em algum grupo diferente que vai se tornar rival.

Lacan⁹ propõe um outro tipo de lógica grupal para sustentar o funcionamento de uma instituição de psicanálise orientada pelo seu ensino. Cria um dispositivo grupal que é menos estável e duradouro e que tem a qualidade de buscar articular coletivo e singular. São pequenos grupos, chamados *cartel*, que tem duração limitada e se organizam em torno de diferentes temas e tarefas. São uma maneira de funcionar em grupo e ao mesmo tempo são um tipo de “tratamento” dos efeitos de grupo que podem produzir a “cola grupal”, o apagamento do sujeito e a segregação.

Os grupos do Digáí extraem sua lógica e seu princípio de funcionamento deste dispositivo lacaniano. São grupos em que é possível prescindir de um líder e em que a função do clínico se define não como ideal a quem os participantes devam se identificar, mas, ao contrário, como aquele que faz parte do grupo para descompletá-lo. Cabe ao clínico manter viva a tensão entre pertencimento e exterioridade, de forma que haja o espaço vazio necessário para que se possa dizer aquilo que não se diz habitualmente em outros grupos.

A apresentação dessas diferenças normalmente produz estranhamento e provoca rejeição, até mesmos em nossos pequenos grupos. É necessário que o clínico esteja atento ao seu aparecimento para acusar recebimento de forma que algo possa se produzir a partir delas. Seu manejo inclui o cuidado para que o grupo não se desfaça nos momentos em que estes elementos singulares se apresentam, mas só o tempo necessário para que o trabalho aconteça. Caso contrário, teríamos grupos fortes demais. Nossos grupos são concebidos para serem menos estáveis, a sua dissolução é um fim que se coloca desde seu início e faz parte do seu funcionamento.

Assim, o objetivo dos grupos realizados pelo Digáí é que aquele ponto de estranheza, que não encaixa, seja trazido à tona, para que a partir dele se possa produzir algo que permita um novo enlaçamento. Partimos do singular, que não faz grupo e pode provocar sofrimento, para a afirmação dessa singularidade como traço único e que, se não pode ser diluído no grupo, pode ser afirmado e a partir disto permitir um novo tipo de vínculo.

OS JOVENS

A adolescência é comumente associada à idéia de crise, com tudo de problemático e rico que isso implica. É um momento de grandes mudanças e escolhas que podem ter conseqüências definitivas para a vida de cada um.

9. Sobre as bases deste outro tipo de lógica grupal, cf. LACAN, J. A psiquiatria inglesa e a guerra (1947) In: Outros Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

Ao mesmo tempo em que é a idade de todos os possíveis, é também o momento do encontro com um impossível. Este se refere à idéia de que não há um saber a priori quanto ao sexo e esta época é o momento em que cada um terá de se deparar com este ponto sobre o qual nenhuma palavra diz tudo. A partir disto, terá início uma montagem em relação ao sexo que já começou na infância, mas que neste momento convoca a uma tomada de posição. Isto significa que será necessária uma construção frente à inexistência deste saber e a grande variedade de respostas a esse impossível faz com que este seja um período marcado por incertezas e instabilidade.

Nesses momentos, em que a pergunta sobre “quem sou eu” não encontra nenhuma resposta que venha assegurada por referências estáveis, os laços grupais passam a assumir uma papel ainda maior na busca do sujeito por um mínimo equilíbrio.

A pergunta sobre “quem é a minha turma” passa a ocupar um lugar fundamental e o risco de uma resposta que venha facilmente oferecer uma sigla como ancoragem pode se tornar algo irrecusável. Para um adolescente, o pertencimento a um grupo pode assumir um valor tão grande que mesmo os riscos mais evidentes não são incluídos no cálculo de suas escolhas.

Nos grupos do Digáí escutamos inúmeras vezes das mães que falam sobre o envolvimento do seus filhos com o tráfico a seguinte frase: “Meu filho entrou para a vida”. É uma frase que, dita assim, aparentemente incompleta – pois parece querer dizer entrou para a vida do tráfico, entrou para a vida do crime – acaba dizendo mais do que isso. É uma frase que aponta para o que há de pulsional na escolha destes jovens, no dizer de Freud, tal como a vida às vezes pode ser, incontrolável, nesse movimento de sair do nada, entrar para a vida e correr para a morte.

O desafio para os que querem trabalhar com estes jovens é encontrar formas de produzir mudanças em suas vidas que não sejam um retorno para o nada. É preciso que o que há de pulsante não se perca e que as outras alternativas de inserção se apresentem como opções vivas para eles. Assim, para competir com a força mortífera que a vida do tráfico oferece, precisamos de recursos que levem em conta toda complexidade do que está em jogo nos momentos de escolha na vida de um jovem.

REDES

O formato das redes tem se apresentado como uma solução de montagem do coletivo nesses tempos de enfraquecimento dos ideais, quando os modelos hierárquicos já não dão conta de sustentar a organização de qualquer grupo. Em muitos casos, é o possível, ou até mesmo a melhor resposta à dispersão e pluralidade do mundo contemporâneo.

Porém, as redes não servem somente ao melhor. Elas também têm sido usadas como estrutura de funcionamento do pior: são as chamadas redes ilícitas, que fragmentam a cidade em áreas de atuação de diferentes grupos e exercem um verdadeiro fascínio sobre os jovens.

Nos locais em que elas são muito difundidas, a necessidade da oferta de outras redes é da maior importância. Sem entrarmos no complexo debate sobre o que deveriam ser as atribuições do Estado, da iniciativa privada e do terceiro setor, o que podemos afirmar de antemão é que a oferta de serviços básicos é fundamental para a mudança da qualidade de vida na cidade. No caso dos jovens, faz toda diferença ter ou não acesso à educação de qualidade, ao trabalho e ao lazer.

Muitas organizações trabalham para que isso possa acontecer, para que sejam oferecidos mais recursos aos que têm menos acesso a eles e para que as desigualdades sociais não sejam tão profundas como são atualmente.

Entretanto, como observamos no nosso dia-a-dia de trabalho, há casos que se mostram impermeáveis às ofertas de recursos que poderiam mudar os rumos de uma vida. Em alguns deles, constatam-se diferenças que são de outra ordem, singulares e que dizem respeito à divisão que é própria a cada um.

Para falar sobre essa divisão destacamos alguns trechos de uma canção de Chico Buarque e Ruy Guerra, que já no título – “Fado Tropical” – anuncia uma estranha combinação de opostos:

“Sabe, no fundo eu sou um sentimental
Todos nós herdamos no sangue lusitano uma boa dosagem de lirismo (além da sífilis, é claro)
Mesmo quando as minhas mãos estão ocupadas em torturar, esganar, trucidar
Meu coração fecha os olhos e sinceramente chora...”

“Meu coração tem um sereno jeito
E as minhas mãos o golpe duro e presto
De tal maneira que, depois de feito
Desencontrado, eu mesmo me contesto

Se trago as mãos distantes do meu peito
É que há distância entre intenção e gesto
E se o meu coração nas mãos estreito
Me assombra a súbita impressão de incesto

Quando me encontro no calor da luta
Ostento a aguda empunhadora à proa
Mas meu peito se desabotoa
E se a sentença se anuncia bruta
Mais que depressa a mão cega executa
Pois que senão o coração perdoa...”

Com a ajuda desta letra podemos dizer melhor sobre essa divisão, estes desencontros entre o sujeito e ele mesmo que muitas vezes o fazem refém das próprias escolhas. Este sujeito, que é cantado por Chico Buarque e Ruy Guerra, é um sujeito dividido entre intenção e gesto. Alguém que tem ao mesmo tempo as mãos ocupadas em torturar e um coração que fecha os olhos e sinceramente chora, que na hora da luta precisa ter as mãos rápidas e executar o golpe antes que o coração perdoe.

Na letra, o desencontro entre o sereno jeito do coração e o golpe duro que a mão desfere, resulta em um dito preciso: “eu mesmo me contesto”. Na vida, no entanto, nem sempre os desencontros que experimentamos conseguem ser enunciados com tamanha clareza. Apossar-se da divisão interna a cada um é fruto de um trabalho. Quantos corações serenos dividem o mesmo corpo com mãos que golpeiam sem que o sujeito possa encontrar no mundo lugar para essa divisão? E quanto mais distante ele precisar manter as mãos e o coração, mais duros serão os golpes e mais lamentos se farão.

GRUPOS DIGAÍ

O mundo, de uma maneira geral, oferece poucos lugares onde é possível entrar com o que se tem de melhor e de pior, o sujeito e sua própria divisão. Onde caiba tanto o que é facilmente compartilhado, quanto o que traz a marca do estranho particular. Existem poucos grupos que resistem a essa presença e normalmente é com muita dificuldade que

conseguimos estabelecer alguns laços, onde a singularidade e o estranho sejam acolhidos. A pretensão dos nossos grupos e oficinas é criar um lugar onde isso possa caber e de alguma forma se articular em um *sintoma*.

O *sintoma* para a psicanálise é muito diferente do sintoma médico. Não é um defeito que deve ser curado ou desvio que precisa ser corrigido. Muito diferente disso, o sintoma em psicanálise é uma invenção do sujeito para lidar com os impasses que o mundo lhe apresenta. É uma invenção particular que articula os diferentes elementos que participam da construção de um sujeito.

Por isso, as mudanças que o trabalho no Digai procuram produzir não visam eliminar as diferenças, excluir o que é estranho e íntimo em cada um. Não visam tampouco incorporar o estranho amortecendo seu valor. É a partir da divisão mesma e do estranhamento que ela produz que cada um poderá identificar suas marcas particulares. Quanto mais o sujeito se torna capaz de reconhecê-las, maior é sua liberdade e autonomia para percorrer diferentes circuitos e fazer novas conexões. Ao nomear o que não tem nome o sujeito pode encontrar um lugar para o estranho que o habita e, com isso, ficar menos refém da sua própria divisão.

É como a liberdade que experimenta alguém que acabou de adquirir um documento de identidade, ou de resgatar o documento que estava perdido. Com sua carteira de identidade no bolso passa a circular mais livremente. Ao contrário, quando alguém está desprovido dessas marcas e registros que servem de identificação, fica à deriva e à mercê de qualquer sigla postiça que prometa servir de identidade e pertencimento.

É nesse sentido que o trabalho clínico do Digai-Maré pode ser considerado uma tentativa de “tomada de posição com relação à violência”¹⁰. Apostar no poder de nomeação como saída, apostar no sintoma como construção de uma alternativa ao caos equivale a uma “recusa em considerar como solução uma suposta ‘ação real’, fora da cultura e, por isso mesmo, mais forte do que as palavras”.¹¹ D

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, R.R. *Da massa freudiana ao pequeno grupo laciano*. In: Psicanálise na Favela – projeto Digai-Maré: a clínica dos grupos. Rio de Janeiro: Associação Digai-Maré, 2008.

FREUD, S. (1921) *Psicologia das Massas e Análise do Eu*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

HOLCK, A. L. L. *Patu: a mulher abismada*. Rio de Janeiro: Subversos, 2008.

LACAN, J. (1947). *A psiquiatria inglesa e a guerra*. In: Outros Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

LAURENT, E. *O analista cidadão*. In: Psicanálise e Saúde Mental. Revista Curinga n.13. Belo Horizonte, 1999.

TENDLARZ, S. *O patológico da identificação*. In: Opção Lacaniana n° 47. Revista Brasileira Internacional de Psicanálise. São Paulo: Edições Eolia, 2006.

VIEIRA, M.A. *Restos: uma introdução lacaniana ao objeto da psicanálise*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.

10. VIEIRA, M. A. *Restos: uma introdução lacaniana ao objeto da psicanálise*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008, p. 42.

11. VIEIRA, M. A. *Restos: uma introdução lacaniana ao objeto da psicanálise*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008, p. 42.



Projeto de complementação alimentar e acompanhamento de crianças de baixo peso na Vila Olímpica da Maré

ÉRICA RODRIGUES SILVA¹
VERA JOANA BORNSTEIN²

A população residente no bairro da Maré, segundo o Censo realizado em 2000 (CEASM), era de 132.176 habitantes, vivendo em 38.273 domicílios e distribuídos em 16 comunidades. Segundo este mesmo Censo, 30% desta população eram compostos por crianças de zero a quatorze anos, o que significa uma demanda de serviços especiais voltados para esta faixa etária, tais como educação, cultura e lazer. No entanto, a presença destes serviços ainda não atendia à demanda da população. Ainda neste Censo, foi constatado que 6,4% de crianças entre sete e 14 anos estavam fora da escola, enquanto este percentual para a o município do Rio de Janeiro no período de 1995 a 1999 era de 3,4% – o que significa um índice para a Maré bem abaixo da situação municipal.

Esta situação apresenta ainda uma variação importante dentro do próprio bairro. Os piores índices de crianças e pré-adolescentes fora de escola encontram-se nas comunidades de Nova Maré, com 16,5 %, e Salsa e Merengue, com 11,4 % – duas das comunidades criadas pelo poder público na década de 90. Ao mesmo tempo, estas comunidades se destacam com um alto percentual de crianças trabalhadoras, que é superior ao índice da cidade do Rio de Janeiro (CEASM, 2000).

1. Nutricionista da Vila Olímpica da Maré, especialista em saúde da Família e mestranda em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz). E-mail: ericasilva@hotmail.com

2. Assistente social, ex-coordenadora de saúde da Vila Olímpica da Maré, doutora em Ciências da Saúde pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/Fiocruz, pesquisadora visitante da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz. E-mail: vejoana@fiocruz.br

Em 1999, foi criada a União Esportiva da Vila Olímpica da Maré, com o fim específico de operar e administrar a Vila Olímpica da Maré, um empreendimento da Prefeitura do Rio de Janeiro idealizado inicialmente para dotar a região de uma área para práticas esportivas. Este empreendimento nasceu de um forte movimento da União das Associações de Moradores da Maré (UNIMAR). No último ano da sua construção (1999), a UNIMAR procurou a Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE – UFRJ) e solicitou apoio para que o projeto tivesse um alcance social mais amplo, de contribuição à construção da cidadania, e não fosse somente um projeto esportivo.

A Vila Olímpica da Maré (VOM) atende atualmente a mais de 8.000 inscritos nas atividades desenvolvidas nas áreas de esporte, cultura, educação e saúde. Conta com patrocínios da Petrobrás e da Prefeitura do Rio de Janeiro, sendo esta última a proprietária do bem público. A atuação da VOM atrai moradores de diversas idades que praticam natação, hidroginástica, caratê, ginástica olímpica, basquete, vôlei, futsal, caminhada, tênis, ginástica localizada, dança, teatro, música, dentre outras atividades centradas no desenvolvimento da cidadania. Várias são as escolas da região que trazem seus alunos para a VOM a fim de que seus alunos pratiquem atividades esportivas com os professores locais.

Este espaço oferece à população oportunidades de cuidar de sua saúde, numa concepção ampla deste aspecto da vida, que inclui elementos físicos, psicológicos e sociais. Na área da saúde, a VOM não se propõe à prestação de serviços assistenciais que são de responsabilidade das Unidades de Saúde que fazem parte do SUS (Sistema Único de Saúde), mas, sim, em expandir as oportunidades de cuidado à saúde da população, proporcionando atividades que permitam a reflexão, práticas e o aprendizado de novas alternativas para o bem-estar bio-psicossocial.

Em 2005, com o desenvolvimento das atividades esportivas e culturais, os profissionais da VOM perceberam entre seus alunos a existência de crianças e adolescentes de baixo peso que necessitavam de uma atenção específica na área de nutrição. Tendo em vista que a desnutrição grave pode levar a importantes conseqüências para a saúde, iniciou-se o projeto de complementação alimentar que tem como um de seus objetivos suprir as necessidades básicas dos jovens, freqüentadores ou não de atividades esportivas na VOM.

O organismo de crianças com carência nutricional mantida por longos períodos é obrigado a lançar mão de mecanismos para economizar energia, como diminuir sua velocidade de crescimento e desenvolvimento e pode levar ao comprometimento do desenvolvimento do sistema nervoso. Estudos mostram que crianças desnutridas podem também apresentar instabilidade emocional (SIMEON & GRANTHAM-Mc GREGOR, 1990).

Quando as necessidades nutricionais individuais não são supridas a fim de garantir um bom desempenho das funções e do estado de saúde do organismo, diferentes áreas dele

podem sofrer conseqüências: uma delas é o sistema nervoso que, uma vez comprometido, pode levar ao baixo desempenho escolar. Neste caso, a repercussão é ainda maior nos escolares podendo acentuar sua insegurança quanto ao aprendizado e acarretando diferentes problemas de ordem psicológica e emocional.

O processo de crescimento pode ser visto como parte de uma rede de causalidades, visto que é considerado não apenas em função de variáveis biológicas, mas também a partir de variáveis sociais e econômicas, como a renda, ocupação, educação, moradia etc. Segundo Martins (2004 apud BARROSO et al., 2008) alguns indicadores, como o poder aquisitivo das famílias e o grau de escolaridade dos membros desta, repercutem diretamente na saúde das crianças. Do poder aquisitivo dependem, por exemplo, a disponibilidade de alimentos, a qualidade do ambiente e o acesso a serviços essenciais, como os de saneamento e os de assistência à saúde. Da escolaridade dos familiares, depende o acesso à informação, a utilização mais ou menos eficiente da renda e dos serviços públicos no que diz respeito ao cuidado infantil.

Embora se tenha dado, na atualidade, maior enfoque para estudos que retratem o crescente avanço da obesidade e suas complicações na infância e adolescência, a desnutrição no Brasil continua sendo uma preocupação. Os dados obtidos pela Pesquisa Nacional sobre Demografia de Saúde (PNDS, 1996) revelaram que, entre as crianças menores de dez anos, a natureza da desnutrição é de caráter crônico com prevalência variando entre 8,1% e 27,3%, dependendo da região estudada. Isso indica que a população brasileira continua apresentando baixos níveis de saúde e nutrição e retratando as diferenças sociais e econômicas existentes em nossa sociedade.

O projeto de Complementação Alimentar ficou vinculado à Área de Promoção da Saúde da Vila Olímpica da Maré e é financiado pela Petrobrás. Ele busca melhorar o estado nutricional de crianças e adolescentes por meio de fornecimento de alimentos fortificados.

O objetivo do presente relato é divulgar e contribuir com a análise da experiência deste projeto que visa à promoção da saúde por meio do combate à desnutrição e às carências nutricionais associadas, tais como a anemia e a hipovitaminose A em crianças e adolescentes freqüentadores da Vila Olímpica da Maré.

DESENVOLVIMENTO

O projeto de complementação alimentar teve início em 2005 com a elaboração de uma receita enriquecida e nutritiva e de paladar agradável às crianças. Para isso, a nutricionista do projeto desenvolveu, em conjunto com moradores e lideranças comunitárias, a receita do *pão da vida*, composto por farinha de trigo, soja, leite, ovo, melado, batata doce e cenoura, suprimindo significativa percentual das necessidades diárias de calorias, proteína, ferro e vitamina A de crianças e adolescentes. Posteriormente, dentre os moradores que haviam participado das Oficinas de criação da receita, realizou-se a seleção de dois agentes de segurança alimentar, que foram capacitados e passaram a fazer parte do projeto com o intuito de confeccionar e distribuir o alimento. O critério para inclusão no projeto era que a criança/adolescente menor de 18 anos de idade estivesse em situação de risco nutricional ou com baixo peso.

Durante o desenvolvimento do projeto foi criada uma ficha de inscrição que possibilitava o levantamento da história de vida do jovem inscrito e de sua família, tendo em vista que era necessário entender os múltiplos fatores que haviam interferido na problemática da desnutrição. Esta ficha continha dados como situação de moradia, renda familiar, número de pessoas na residência, auxílio de programas de governo, escolaridade dos familiares, matrícula em escola das crianças e adolescentes. Uma vez inscrito no projeto, o jovem passava a receber um alimento para auxiliar no ganho de peso e na prevenção de hipovitaminoses.

Foi também implementado um controle diário da presença, com o intuito de poder garantir a continuidade da complementação alimentar e do acompanhamento. Traçaram-se novas ações a fim de aumentar a captação e a adesão dos jovens ao projeto: foram incluídas duas novas receitas de alimentos fortificados no intuito de diversificar a oferta. Os jovens passaram a ter um acompanhamento da equipe sócio-pedagógica da Vila Olímpica, assim como participaram de grupos educativos junto com seus responsáveis. No ano de 2007, foram realizados passeios à Casa da Ciência (Botafogo/Rio de Janeiro) para uma exposição sobre geologia; para o Forte de Copacabana e para o Circo da Praça XI, que puderam proporcionar momentos de confraternização e integração entre os jovens e entre eles e a equipe. A experiência demonstrou a importância da realização de atividades que proporcionam contato destas crianças e adolescentes com universos distintos daqueles em que vivem e abrem novas perspectivas de vida, além de proporcionarem prazer, alegria, diversão.

Por meio do controle diário da presença das crianças e adolescentes ao projeto de complementação alimentar, foi possível observar o aumento da frequência dos participantes, o que, a nosso ver, se deve ao cuidado e ao acolhimento no atendimento prestado e ao vínculo criado entre profissionais e a população.

Vale destacar que a criação de vínculo permitiu aos profissionais o acesso e entendimento de diferentes questões – que não eram trazidas no momento do primeiro contato – ao se realizar o preenchimento da ficha de inscrição. Foram identificadas situações de violência doméstica, de uso de drogas ilícitas e/ou participação em redes ilícitas pelos jovens e/ou familiares. Vários casos receberam um primeiro atendimento da psicóloga ou da equipe sócio-educativa da própria VOM e outros foram encaminhados para outras instituições da Maré.

As ações de promoção e educação em saúde e a ampliação das receitas enriquecidas também permitiram uma melhor aceitação do alimento e, conseqüentemente, garantiram um impacto positivo na evolução do estado nutricional dos participantes. A avaliação do ganho de peso foi realizada periodicamente. A avaliação de setembro de 2007, realizada com os jovens inscritos na faixa etária entre 7 e 16 anos, revelou que, no grupo que tinha até *2 meses de inscrição*, 79% dos jovens ganharam peso, com uma média de ganho de 0,7kg no período da avaliação. No grupo de jovens com o tempo de *3 a 6 meses de inscrição*, 98% ganharam peso, com uma média de ganho de 1,5kg no período da avaliação. Vale destacar que, dentre os jovens deste grupo, quatro deles alcançaram a eutrofia (estado nutricional de normalidade), apresentando os seguintes ganhos de peso no período: 6,7kg; 2,8kg; 3,0kg; 2,9kg. Todos estes jovens freqüentaram regularmente a cantina do projeto de complementação alimentar. Já os jovens que tinham mais tempo de projeto, *com mais de 1 ano de inscrição*, apresentaram os maiores ganhos de peso, dentre eles, de 12,2kg e de 8,3kg,

O preenchimento da ficha de inscrição das crianças e jovens no projeto de Complementação Alimentar possibilitou o levantamento do seu histórico social e revelou um grande número de crianças fora da escola e/ou sem documentação (como registro de nascimento). Foram detectados jovens que pertenciam a famílias com problemas relacionados ao alcoolismo, consumo de drogas ou violência doméstica. Também foi possível ter acesso a outros irmãos que se encontravam em situação similar, o que sinalizou a necessidade de inscrevê-los no projeto, mesmo que não se encontrassem em estado de desnutrição naquele momento.

A equipe diretamente vinculada ao projeto de Complementação Alimentar era composta por uma nutricionista e duas agentes de

segurança alimentar. Em coerência com o entendimento de multicausalidade da situação de desnutrição, viu-se a necessidade de buscar a participação de outros profissionais da VOM no encaminhamento da problemática detectada, inclusive da equipe sócio-pedagógica. Foram feitas visitas domiciliares, visitas às escolas e encaminhamentos a outras instituições da Maré, na busca de soluções para os problemas levantados. A participação da VOM na RIPCARD (Rede Intersetorial de Proteção à Criança e ao Adolescente com Histórico de Desescolarização) e na Rede Rotas, possibilitou um espaço de discussão da problemática vivenciada pela população local atendida pelos profissionais das várias instituições participantes destas Redes, a maioria delas situada no bairro Maré.

CONCLUSÃO

Além da melhora da situação nutricional das crianças e jovens inscritos no projeto, trabalhou-se também no sentido de que os jovens cuja situação escolar e/ou documental estava irregular tivessem o acompanhamento por parte de uma pedagoga e de uma assistente social que viabilizaram seus encaminhamentos para as escolas mais próximas, bem como a obtenção da documentação. Foram também fornecidas orientações e encaminhamento às famílias com direito a receber benefícios sociais do governo. No entanto, o tempo de trabalho reduzido dos profissionais que trabalharam nestas orientações limitou também os resultados alcançados.

No decorrer do projeto, reafirmou-se a necessidade de um trabalho contínuo de caráter multiprofissional e intersetorial para abordar a rede de causalidade que abrange a problemática da desnutrição que inclui, sobretudo, as dimensões econômica, social, educacional e cultural.

No que se refere à continuidade do projeto, foi considerada a importância de ampliação da própria equipe com profissionais de outras áreas, de forma a desenvolver não só o aspecto específico da nutrição. Por outro lado, a equipe do projeto considerou também fundamental desenvolver um trabalho educativo numa linha pedagógica de fortalecimento da autonomia destas crianças e adolescentes, assim como de suas famílias, no sentido de buscar caminhos que possibilitem melhorar suas condições de vida. **D**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROSO, G.S.; SICHIERI, R.; SALLES-COSTA, R. *Fatores associados ao déficit nutricional em crianças residentes em uma área de prevalência elevada de insegurança alimentar*. Rev. Bras. Epidemiol, 11 (3): 484-94, 2008.

BATISTA FILHO, M.; SILVA, D. O.; SOUSA, H. *Desnutrição em crianças de áreas faveladas: Manguinhos, Rio de Janeiro*. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 1, n. 8, p.69-78, 1992.

CEASM Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré. *Censo Maré 2000: Quem somos?* Disponível em <http://www.ceasm.org.br/abertura/05redes/05observ/censo.htm> Acessado em: nov. 2008.

ENGSTROM, E. M. (org.) *SISVAN: instrumento para o combate aos distúrbios nutricionais em serviços de saúde: o diagnóstico nutricional*. 2.ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.

SIMEON, D.T; GRANTHAM-Mc GREGOR, S.M. *Nutritional deficiencies and children's behaviour and mental development*. Nutrition Research Review, 3: 01 – 24, 1990.



Instituto Vida Real: oferecendo oportunidades para jovens da Maré

FERNANDO LANNES FERNANDES¹ • ALBERTO ALEIXO²
ANDRÉA RODRIGUEZ³

O Instituto Vida Real é uma organização comunitária localizada na comunidade do Parque Maré, na Maré. Criado em maio de 2004, a organização desenvolve projetos e iniciativas voltados para adolescentes e jovens moradores da Maré. O principal foco da instituição é o trabalho de criação de oportunidades para aqueles que se encontram em situação de risco social, em especial para os jovens envolvidos em atividades ilícitas que manifestem o desejo de saída. Quanto a isso, a organização tem obtido bons resultados, tendo sido também parceira do projeto Rotas de Fuga, realizado pelo Observatório de Favelas, no período de 2004 a 2007. Desde sua fundação, a organização recebe apoio do Instituto da Criança⁴ e, entre 2008 e 2009, foi parceira do projeto Redes de Valorização da Vida.

O Vida Real é resultado de um percurso trilhado por seu fundador, Sebastião Araújo, que já desenvolvia iniciativas junto a jovens da região. Sebastião é morador da Maré, profundamente engajado na perspectiva da prevenção, sensibilização e criação de alternativas para estes adolescentes e jovens. Sebastião possui uma visão bem particular sobre o problema, pois é identificado como uma forte liderança comunitária pelos próprios moradores que o procuram quando necessitam de orientação sobre como lidar com filhos que estão começando a usar

1. Fernando Lannes Fernandes é geógrafo, doutor em Geografia (UFRJ), coordenador executivo do Observatório de Favelas.
2. Alberto Aleixo é graduado em Filosofia (UERJ), supervisor técnico do projeto Redes de Valorização da Vida.
3. Andréa Rodriguez é psicóloga, coordenadora do projeto Redes de Valorização da Vida, da vertente de Direitos Humanos do Observatório de Favelas, doutoranda em Psicologia Social pela UFRJ.
4. O Instituto da Criança, que é uma organização sem fins lucrativos, apóia instituições sociais existentes, realiza programas de educação, atua como incubadora social para novos programas e instituições e apóia empresas no exercício da responsabilidade social no Rio de Janeiro e São Paulo.

drogas ou quando há a suspeita de que estão inseridos em redes de trabalho ilícitas. Ele já desenvolve um trabalho reconhecido de intervenção com estes grupos, como tem um engajamento motivado pela consciência de que mudanças reais podem se realizar na vida dos adolescentes e jovens que atende.

Tião, como gosta de ser chamado, atuava como inspetor de um colégio, onde realizava, para além de suas funções, encaminhamentos de jovens para o mercado de trabalho. Tinha especial atenção em relação aos jovens envolvidos em atividades ilícitas. Na época em que desenvolvia este trabalho, Tião foi incumbido da tarefa de selecionar 10 adolescentes para participação no documentário “Pro dia nascer feliz”⁵.

Segundo depoimento, o diretor do filme, João Jardim, ficou muito entusiasmado com a atuação de Tião na comunidade e ofereceu ajuda. Esta ajuda, que a princípio seria uma espécie de apoio direto ao trabalho que Tião desenvolvia, veio por intermédio do Instituto da Criança e foi o pontapé inicial para a criação de uma organização comunitária que pudesse oferecer mais estrutura e escala ao trabalho que Tião realizava. Foi assim que, em 2004, foi alugado um primeiro espaço, na Rua Tatajuba, no Parque Maré, tendo sido este o local da primeira sede do Instituto Vida Real. Este nome, criado para a instituição, reflete a necessidade de seu fundador de “mergulhar fundo” na vida real destes grupos.

Ciente da importância da educação e do trabalho como base para um futuro melhor para os adolescentes e jovens que atendia, Tião passou a oferecer, como primeira atividade da recém-criada ONG atividades de reforço escolar. Existia uma forte percepção de que muitos adolescentes saíam da escola por dificuldade em acompanhar as matérias e, na visão de Tião, o reforço escolar não apenas oferecia a oportunidade de fixar os aprendizados, como também de favorecer a permanência daqueles garotos na vida escolar. Um grande desafio para Tião sempre foi trabalhar na direção de enfrentar as situações de abandono escolar, justamente por entender que estar fora da escola abria brechas para a inserção destes grupos em outras redes, incluindo o tráfico de drogas. Em complemento ao reforço escolar, logo vieram outras atividades, como o grafite e a pintura em tecido. Estas atividades eram oferecidas de maneira voluntária na instituição, que em geral arcava apenas com os materiais e o lanche.

METODOLOGIA DE TRABALHO

O trabalho do Vida Real espelha em muitos aspectos a visão de seu fundador. A percepção de que a educação e o trabalho devem ser o foco prioritário é o que mobiliza as iniciativas da organização. Além disso, existe um entendimento de que é preciso oferecer oportunidades

5. Documentário que narra situações adversas que o adolescente brasileiro enfrenta dentro da escola. Meninos e meninas, ricos e pobres em situações que revelam precariedade, preconceito, violência e esperança. Em três estados brasileiros, em classes sociais distintas, adolescentes falam da vida na escola, seus projetos e inquietações numa fase crucial de sua formação. Professores também expõem seu cotidiano profissional, ajudando a pintar um quadro complexo das desigualdades e da violência no país a partir da realidade escolar. Ganhou o Prêmio especial do júri no Festival de Gramado de 2006.

para aqueles que se encontram em situação mais vulnerável, o que se expressa nas palavras de Tião, que afirma escolher os adolescentes e jovens que estão nas piores condições, segundo a sua avaliação. Trata-se, neste caso, daqueles com histórico de envolvimento com drogas, com dificuldades de se reintegrar à vida escolar e com dificuldades de romper com as atividades ilícitas.

O fato de Tião ter uma forte inserção na comunidade e de gozar de grande respeito pelos moradores faz com que ele tenha autoridade na seleção dos participantes a serem atendidos, inclusive quanto ao peso que esta escolha possui na relação que o adolescente ou o jovem passam a estabelecer com a oportunidade oferecida. Além disso, por conhecer bem a comunidade, Tião possui um olhar apurado para cada caso, podendo, com isso, avaliar que tipo de intervenção imediata pode realizar em cada situação. Essas intervenções, que extrapolam as atividades do Vida Real, envolvem encaminhamentos para atendimentos na área de saúde, matrícula em unidades escolares e oferta de empregos. Tião investe na articulação com as escolas da área e assim consegue acompanhar a evolução de cada adolescente na escola, além de ter canal direto com as diretoras. Isso não apenas permite um atendimento mais global para cada caso e situação dos jovens, como também permite uma maior sensibilização da escola para com seu quadro, algo que, em geral, tende a ser ignorado.

A regularização da vida escolar é um critério para a participação nas atividades na instituição. Para aqueles que se encontram fora da escola, quando necessário, a organização oferece suporte para o contato com a escola e para o processo de matrícula. A partir daí, existe todo um acompanhamento, conforme mencionado anteriormente.

Igualmente, por conhecer bem a rede de comerciantes e empresários locais, Tião tem conseguido oferecer oportunidades de trabalho e estágio para muitos adolescentes, que conseguem trabalho próximo de casa. Este fator tem sido importante, pois permite uma reintegração mais realista destes participantes a outras redes sociais, na medida em que estabelece vínculos com outras pessoas em sua própria comunidade, ampliando, assim, suas redes sociais e o campo de oportunidades e possibilidades em diversas áreas da vida a partir de seu local de moradia. Além disso,

o fato de trabalhar para pessoas relativamente próximas de seu cotidiano cria uma pressão positiva sobre as expectativas de sucesso e permanência no emprego, fortalecendo assim seu afastamento das atividades ilícitas.

Com efeito, mesmo em situações naturais de “recaída”, a rede de suporte criada em torno do trabalho, da escola e da comunidade, cria um suporte que tende a ser ativado sempre que necessário, seja diretamente pelo jovem, seja por aqueles que estão acompanhando de perto sua evolução. Assim, ao poder contar com pessoas de uma rede próxima e sensibilizada com o quadro de cada participante, somado à abordagem sistemática, insistente e persistente de Tião, o Vida Real assume um lugar de referência e respeito na comunidade, em especial para muitos jovens que desejam romper com as redes do ilícito em busca de novos caminhos para suas vidas.

A organização atua fundamentalmente nos eixos da prevenção e da criação de alternativas. Estas ações são estendidas para os pais e irmãos dos jovens atendidos que também se encontram em envolvimento com redes ilícitas. Em contrapartida, é realizado todo um trabalho, sempre que possível, de fortalecimento da rede familiar a partir de reuniões semanais, de modo a se oferecer suporte ao processo de mudança operado pelo participante. É bom lembrar que em muitas situações, são os próprios pais que procuram o Vida Real em busca de oportunidades para seus filhos, havendo ainda situações de encaminhamentos por parte do Conselho Tutelar de Ramos (responsável pela área de abrangência da Maré) e das escolas da região.

Nos últimos anos, o Vida Real tem buscado atuar mais no campo da prevenção, o que vem modificando um pouco o perfil de beneficiários da instituição. Na avaliação de Tião, embora se mantenha o foco em jovens envolvidos em atividades ilícitas, é importante permitir que jovens de diferentes origens tenham contato no interior da organização, de modo a favorecer o estabelecimento de novas redes de amizade e o contato com outras realidades, especialmente para aqueles que viviam em redes tão restritas e fechadas quanto as que se vinculam às atividades ilícitas.

Por meio de programas educacionais e oficinas, o Vida Real procura criar pontes para a inserção social destes adolescentes e jovens. As oficinas ocorrem de segunda a sábado em dois turnos e os participantes necessariamente têm que participar de todas as atividades oferecidas, que são apresentadas por Tião como “um pacote”, através do qual o participante “só tem a ganhar”. Entre 2008 e 2009, as atividades do Vida Real incluíram:

- **Informática:**

Esta unidade se propõe a explicar os principais elementos que compõem o sistema computacional (*hardware*, *software* e recursos humanos). Apresenta-se, ainda, uma introdução à Informática em Educação – histórico brasileiro e principais conceitos.

- **Escultura:**

Essa atividade busca introduzir os alunos aos procedimentos escultóricos, procedimentos de modelagem com argila, colagem com materiais diversos e composição tridimensional: peso visual, massa, superfície, ritmo, cheio/vazio, utilizando formas geométricas básicas ou da natureza.

- **Grafite:**

Grafite é uma expressão contemporânea urbana que reúne diversas linguagens das artes visuais, como artes plásticas, quadrinhos e literatura. Sua origem é da pichação como forma de contestação da juventude. Reconhece-se o grafite como a mais moderna das expressões da arte urbana. O Instituto Vida Real incorpora essa linguagem às suas oficinas.

- **Reforço escolar:**

Essa atividade visa ampliar os conhecimentos de cada criança e adolescente que chega ao Instituto Vida Real. Seu objetivo principal é o enriquecimento das experiências culturais e sociais de cada aluno, contribuindo assim para um maior aproveitamento na escola e em suas vidas.

- **Serigrafia:**

Esta atividade é composta de um plano dividido em oito módulos diferentes, cada um com uma abordagem específica e igualmente importante para o desenvolvimento de competências ao nível desta arte de valor simbólico. Fazer com que os alunos adquiram as técnicas básicas de impressão serigráfica e o manuseio dos materiais e ferramentas utilizadas no processo de produção em serigrafia, que depois aplicarão na preparação de um projeto final, é o grande objetivo desta atividade.

Além da intervenção direta com os adolescentes, existem reuniões semanais com familiares realizadas às sextas-feiras em parceria com o projeto Espaço Cidadão. São feitas palestras sobre vários temas em que podem participar outras pessoas da comunidade que demonstrem interesse. Essas palestras servem de orientação sobre temas relacionados

à vida dos adolescentes e também sobre assuntos que permeiam a vida na comunidade. Trata-se de um espaço de diálogo e aprendizagem que possibilita o contato entre os pais, a troca de experiências e a criação de uma rede solidária.

Sempre que possível, também são realizadas atividades culturais e passeios visando estimular a circulação pela cidade. Os passeios culturais realizados com os participantes do projeto ocorrem de acordo com as articulações da coordenação, mas não existe uma frequência regular, pois a organização não dispõe de recursos regulares para esse tipo de atividade.

DESAFIOS DO TRABALHO

Um dos maiores desafios enfrentados pelo Vida Real, além da limitação de recursos humanos e materiais, encontra-se na situação vivida pelos adolescentes e jovens que são atendidos pela organização. Seu histórico de envolvimento com atividades ilícitas e drogas, além de por si só exigirem cuidados especiais, ainda é alimentado por processos de idas e vindas, altos e baixos, que caracterizam o desenvolvimento do processo de mudança operado na vida destes jovens. Em função disso, mesmo com um grande índice de sucesso, em muitas situações a organização não consegue dar conta de alguns casos, que retornam para as atividades anteriores.

Em função desses limites e desafios, o Vida Real entende que o trabalho em rede é uma importante estratégia. Por isso mesmo, a organização vem buscando atuar junto a outras organizações a fim de buscar abarcar as demandas de uma melhor maneira possível. Dentre essas redes, cabe destaque para a Rede Rotas, que possui foco em adolescentes em atividades ilícitas e que, por esta razão, tem oferecido um importante suporte às iniciativas do Vida Real. Parcerias locais, com escolas, ONGs, comerciantes e igrejas também têm sido uma tática bastante adotada pela organização, que busca desenvolver parcerias especialmente voltadas para o atendimento de demandas imediatas no campo da educação, oferta de cursos e oportunidades de emprego.

Em 2008, o Vida Real firmou parceria com o projeto Redes de Valorização da Vida. Esta parceria permitiu o desenvolvimento de algumas oficinas e, em especial, o fortalecimento institucional no que tange o desenvolvimento de uma visão mais integrada e crítica sobre o envolvimento de adolescentes e jovens em atividades ilícitas, a partir do contato com os marcos conceituais e metodológicos do programa Rotas de Fuga, com o qual já havia mantido parceria entre 2004 e 2007.

A avaliação processual do Projeto Redes de Valorização da Vida, realizada com o coordenador do Instituto Vida Real – Sebastião Araújo –, mostra uma parceria de resultados, tanto no nível institucional, quanto no projeto pedagógico realizado com os adolescentes.

Tião confirmou que a parceria institucional com o Observatório de Favelas extrapola o período de execução do projeto e permite vislumbrar outras, seja do ponto de vista metodológico, seja do ponto de vista político. Na sua opinião, esta proximidade estabelece um diálogo enriquecedor entre a prática da organização que dirige e a teoria, uma vez que ambos foram ampliados a partir da *troca de olhares* – “*de dentro (Vida Real) e de fora (Redes de Valorização da Vida)*”.

A presença mais intensiva da equipe do Redes de Valorização da Vida no cotidiano do Vida Real vem favorecendo muito a parceria: “*o trabalho está sendo muito dialogado, está havendo troca de conhecimento*”, aponta Tião. Ele confessa que no início da parceria se colocava “avesso” a reuniões, se identificando mais como uma “pessoa de ação”, o que mudou profundamente durante o projeto, entendendo a reunião também como uma ação, um espaço importante para definições, articulações, trocas de experiência e saberes. Reconhece a força do diálogo que a parceria propicia com uma constante troca de conhecimentos, o que muda o ritmo do trabalho, repercutindo inclusive nas atitudes dos adolescentes: “*estão produzindo com mais seriedade*”, “*os jovens que estão crescendo com esta parceria podem exercer influência sobre os demais*”.

A participação da organização parceira em articulações diversas não só no nível local (comunidades da Maré), como em dimensões mais ampliadas da cidade, fortalece a idéia do trabalho em *rede*, enquanto instância de mobilização e de participação política, o que legitima o Vida Real como mais um ator deste cenário que busca a transformação de realidades sociais.

A metodologia que se dissemina – e repercute nas ações diárias do Vida Real – tem encontrado eco entre os educadores e os adolescentes: “*os educadores estão entendendo mais dos adolescentes e os adolescentes estão mudando suas atitudes: estão entendendo dos seus direitos*”.

Uma das mudanças na postura da instituição em relação aos adolescentes foi a participação destes em uma oficina do Ciclo Formativo da Organização, proposto pelo projeto RVV, que até então se caracterizava somente pela participação da direção, da coordenação pedagógica e dos educadores.

Os adolescentes foram provocados e motivados, a partir do projeto, a participarem desta reunião mais ampliada, construir suas observações, apresentar suas demandas. Para Sebastião, este foi um “salto”: “*a orga-*

nização mudou da escuta individual para a escuta coletiva, há agora um espaço para o questionamento recíproco (jovens e organização). O desafio agora é falar em direitos, reivindicar direitos, mas também exercitar os deveres, com respeito”.

Ele também enfatiza a importância do trabalho de formação com os educadores que, viabilizado pelo projeto, segundo ele, “abriu suas mentes”. Não existia, anteriormente, na instituição uma cultura de formação interna e continuada; nem uma perspectiva de avaliação e troca metodológica entre as linguagens das diferentes oficinas oferecidas aos participantes. O isolamento percebido entre os próprios educadores em cada oficina não contribuía ao entendimento global da missão institucional. O processo de registro, avaliação e articulação interna dos educadores nas oficinas está sendo estimulado e provocado pelo projeto Redes de Valorização da Vida a partir de trocas cotidianas e dos conteúdos apresentados nas reuniões formativas com a instituição e com os educadores. O processo de entrada de novos educadores na instituição também passou por cuidados e critérios melhor delineados: “profissionais que entendam de educação e que tenham experiência em projetos sociais com adolescentes e jovens”, declara Tião.

A participação institucional na Rede Rotas e a conquista de trazer as reuniões quinzenais desta rede para a Maré também foi ressaltada na avaliação. Por ser um ator de grande trabalho na comunidade em prol dos adolescentes e jovens, com um olhar e interesse pela criação de alternativas para aqueles envolvidos em redes ilícitas, o gestor do Instituto Vida Real tem sentido a repercussão que isto pode causar e os resultados que pode alcançar, em diversas dimensões. **D**



Redes de Desenvolvimento da Maré: a experiência do projeto “Nenhum a Menos”

EBLIN FARAGE¹
ELIANA SOUSA SILVA²

APRESENTAÇÃO³

O presente texto tem por objetivo apresentar alguns conceitos, reflexões, e aprendizagens vivenciadas pela equipe de profissionais e participantes da ação “Nenhum a Menos: Programa Integrado de Políticas Sociais para Crianças e Adolescentes Vulneráveis da Maré durante os anos 2003 a 2007”. Essa iniciativa, elaborada e implementada pela Organização Não-Governamental Redes de Desenvolvimento da Maré – Redes – abrangeu 63 famílias, oriundas das Favelas Nova Maré e Nova Holanda, constituintes do bairro Maré, localizado na Zona da Leopoldina, cidade do Rio de Janeiro.

Com um olhar direcionado para o desvelamento dos indicadores sociais da Maré, foi realizado o Censo Maré 2000. Nesse trabalho, foi realizado o levantamento relativo às crianças e adolescentes fora da escola na região. O resultado desse trabalho revelou o lastimoso número de 1200 crianças ou adolescentes em idade de frequentar a escola sem ter acesso à mesma, numa região que possuía, já à época, uma rede pública de ensino fundamental com dezesseis unidades escolares e 14000 alunos, aproximadamente, matriculados.

De posse dos dados, realizou-se uma pesquisa piloto em Nova Maré

1. Eblin Farage é assistente social, doutoranda em serviço Social (UERJ), professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) e diretora da REDES.

2. Eliana Sousa Silva é diretora da REDES da Maré.

3. Texto elaborado a partir de adaptações ao documento de sistematização do Projeto Nenhum a Menos, publicado em julho de 2008.

e Nova Holanda, localidades onde o número de crianças e adolescentes fora da escola era mais expressivo. O intuito foi, então, de se identificar as causas do problema, considerando-se que existia uma adequada oferta de vagas, em média, na rede local de Ensino Fundamental. A busca de identificar os números e as causas da existência de crianças e adolescentes fora da escola na Maré revelou uma das faces dos problemas sociais que vivemos no Brasil, em geral, e no Rio de Janeiro, em particular. Nos vimos diante do desafio de buscar caminhos inovadores, articulados com outras instituições, para enfrentar situações que envolvem um conjunto plural de atores, práticas sociais contraditórias e distintas concepções e propostas pedagógicas no espaço local.

Dessa forma, o Programa “Nenhum a Menos” nasceu com o propósito de realizar um trabalho sócio-educacional tendo como prioridade a articulação das famílias das crianças e adolescentes fora da escola com as instituições públicas, privadas e da sociedade civil. O eixo central da estratégia do programa foi a criação de novas referências metodológicas e técnicas no campo das políticas sociais, de forma a construir soluções integradas para a proteção e a atenção às crianças e adolescentes com histórico de desescolarização.

De forma particular, refletimos, nos itens que seguem, sobre a problemática que envolve o trabalho de crianças e adolescentes integrantes de determinadas redes ilícitas na Maré. Num outro ponto, abordamos o aspecto metodológico do trabalho, com ênfase nas estratégias de ação adotadas pelos profissionais da Redes da Maré no enfrentamento da problemática posta para o público em questão.

Por fim, é nossa intenção partilhar algumas das lições aprendidas até aqui, nesse processo de identificação e DE reconhecimento da urgência de se garantir os direitos dessa parcela de nossa sociedade, já que muitas vezes ela não é atingida pelos projetos sociais ou pelas políticas públicas voltadas para à proteção de crianças e adolescentes.

A PROBLEMÁTICA

SOBRE A REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ

A Redes de Desenvolvimento da Maré é uma organização da sociedade civil fundada por um grupo de pessoas atuantes em diferentes áreas das políticas públicas. Elas têm em comum o interesse de trabalhar, de forma integrada e abrangente, com temáticas educacionais, culturais, ambientais e sócio-econômicas relativas à cidade do Rio de Janeiro e, mais especificamente, a seus espaços populares. Com larga experiência em suas áreas de atuação, os fundadores da

Redes vêm buscando, como eixo central de intervenção, a construção de um projeto estruturante para o bairro Maré, região com 16 comunidades que reúne uma população de 132 mil habitantes.

Grande parte dos membros da Redes possui atuação de longos anos nas favelas da Maré e nos movimentos sociais de modo geral, tendo contribuído de maneira significativa para as lutas comunitárias empreendidas para a melhoria da qualidade de vida no local. Essas mudanças incluem a conquista das obras estruturais no plano urbanístico, assim como a realização de diagnósticos sociais que subsidiaram e ainda servem de base à proposições e alternativas que tornam viáveis ações que objetivam enfrentar o quadro de desigualdade expresso na realidade vivenciada pelos os moradores da Maré.

Consciente, então, da necessidade de reunir um número significativo de pessoas e de competências para a imensa tarefa de mobilizar os moradores das 16 comunidades da Maré, a Redes, como expressa em seu próprio nome, busca viabilizar uma ação coletiva e articulada, de forma a construir um projeto plural, com forte capacidade de impacto. Neste se-es são os seguintes:

1. Elaborar e executar ações tendo como base a noção de rede, funcionando como um espaço mediador entre os agentes sociais locais e os agentes sociais externos à Maré. Espera-se, dessa maneira, contribuir para a ampliação progressiva do espaço e tempo dos moradores locais.
2. Buscar apreender cada integrante dos projetos como um ser singular – que pensa, interpreta e age de acordo com as disposições desenvolvidas em sua socialização – e, em função disso, das estratégias que constrói e/ou acredita. Esse é o ponto de partida para buscar contribuir na sua inserção em iniciativas locais e na construção de novas possibilidades para suas vidas.
3. Ampliar a influência da rede de ações integradas sobre as práticas das famílias, escolas e instituições locais e demais segmentos internos e/ou externos à Maré, como fator fundamental para permitir o desenvolvimento de ações globais para a região.

Dessa maneira, a Redes vem desenvolvendo ao longo da sua existência projetos como o Curso Pré-Vestibular Comunitário, além da implantação de uma série de projetos, que totalizam 9 no momento e cujas atividades envolvem: preparatório para o ensino médio; biblioteca comunitária; laboratórios de informática; curso de línguas; oficinas sobre a história e memória local; oficinas culturais e de comunicação; projetos pedagógicos em parceria com as escolas locais; jornal comunitário; pesquisa social. Todas as ações têm como referência o envolvimento das crianças, dos adolescentes, dos jovens e adultos moradores da Maré. As iniciativas não constituem, então, um fim em si mesmo, mas são, de fato, mediações de estímulo à inserção dos que as realizam em campos sociais variados, tanto na Maré como no restante da cidade.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA QUESTÃO

O Censo Maré 2000 tornou possível uma apreensão maior sobre a realidade em que vivem os habitantes das 16 favelas da Maré. Recebeu, na ocasião, uma atenção especial o dado sobre o número de crianças entre 7 e 14 anos que estavam fora da escola. Naquele momento, observou-se que esse fenômeno tinha como razão fundamental a condição de vulnerabilidade social das famílias daquelas crianças, expressa em situações como: desemprego dos pais, crise na estrutura familiar, ingresso precoce de crianças no trabalho, conflitos familiares e/ou determinadas doenças que afetavam um ou mais membros da mesma família. As variáveis explicavam tanto a limitação das possibilidades de ingresso como a permanência das crianças e adolescentes na escola.

O cruzamento das variáveis que diziam respeito às crianças de 7 a 14 anos fora da escola (6%) e às crianças de 7 a 14 em atividades de trabalho (2%), apontou naquele estudo para uma situação de grave vulnerabilidade social e econômica de diversas famílias locais. Essas constatações começaram, então, a ganhar representações através das quais foi composto um mapa interpretativo das desigualdades sociais existente na Maré.

Nesse sentido, uma das questões centrais identificadas foi a baixa perspectiva profissional, educacional, cultural e social de parte dos moradores, em especial das famílias em maior grau de vulnerabilidade social, ou seja, famílias que se encontravam abaixo da linha de pobreza ou no limite desta.

A baixa perspectiva educacional das famílias, aliada às necessidades materiais destas interferia diretamente na vida educacional dos filhos, que eram e ainda são influenciados a abandonar os estudos para ingressar em atividades remuneradas como forma de contribuir para o sustento ou por falta de uma ação educógena da família.

Com baixa escolaridade, não alfabetizados ou semi-alfabetizados, as crianças e adolescentes dos espaços populares acabam por não ter muitas alternativas futuras no mercado formal de trabalho, nem mesmo conseguir se inserir em nenhuma possibilidade de “estágio” ou de iniciativas como determinadas alternativas a exemplo do projeto “jovem aprendiz”. Assim, elas terminam, muito cedo, se submetendo a subempregos, biscates ou trabalhos ilícitos. Cabe salientar que não compreendemos a inserção em redes ilícitas como uma livre “opção” dessas crianças e adolescentes, pois entendemos que opções só são reais quando se colocam diante de um leque de alternativas, o que na maior parte das vezes não acontece. Nesse quadro, a não inserção nas redes ilícitas só é possível quando o sujeito está envolvido em redes sócio-pedagógicas distintas, cidadãs, que contribuam para a ampliação de seu tempo- espaço.

A Redes da Maré trabalha nesse sentido, buscando inserir crianças, adolescentes e seus familiares em redes sócio-pedagógicas que contribuam para sua permanência na escola formal e para a ampliação de suas perspectivas culturais e sociais. O trabalho desenvolvido pelo Projeto “Nenhum a Menos: programa integrado de políticas sociais para crianças e adolescentes vulneráveis da Maré”, caminhou nessa perspectiva, buscando atender famílias em situação de alto grau de vulnerabilidade social, seja por estarem abaixo da linha de pobreza ou por já terem em seu histórico familiar pessoas em situação de desescolarização, prostituição, envolvimento com narcotráfico etc.

O trabalho desenvolvido na Maré e em outros espaços populares da cidade nos possibilitou identificar que uma das principais causas para a inserção de crianças e adolescentes em redes ilícitas, era a baixa perspectiva em relação ao futuro próximo. O fato decorre, em geral, da baixa expectativa da família e das redes sociais nas quais a criança convive e de sua falta de identidade com redes cidadãs, em especial a escola.

Com efeito, o fato da educação ser um investimento de longo prazo faz com que esta se torne um desafio para as classes populares. Para isso, faz-se necessária a busca por um novo significado tanto para a educação como para a escola; esse foi, então, o foco central do projeto Nenhum a Menos.

No quadro exposto, as experiências desenvolvidas pela Redes contribuem para expandir a perspectiva educacional dentro do bairro Maré,

na medida em que incentivam o resgate e a valorização da história, da cultura e das raízes locais, contribuindo para ampliar o pertencimento dos moradores através de ações que estimulem políticas públicas e criem novas redes sócio-educacionais, envolvendo os moradores e atribuindo sentido diferenciado à educação e à vivência nos espaços populares.

Muitos foram as aprendizagens dessa experiência, em especial no que se refere à identificação de causas e conseqüências da inserção de crianças e adolescentes em redes ilícitas. Porém merece destaque e ainda muita reflexão, estudo e investimento público, as seguintes causas:

- **A reorganização familiar**

As relações familiares na sociedade contemporânea não podem ser considerada a partir do binômio “família estruturada” e “família desestruturada”. Essa postura contribui para se reduzir uma das expressões da “questão social”, no caso, as redes ilícitas, a uma responsabilização das famílias empobrecidas. Nesse sentido, compreender a reestruturação familiar na sociedade contemporânea traz como exigência a compreensão das novas demandas e o redimensionamento de paradigmas anteriores;

- **O trabalho em rede**

Esse deve ser repensando a partir de uma perspectiva real de articulação entre distintos trabalhos que poderiam e deveriam se complementar e não se sobrepor ou revitimizar as crianças e adolescentes dos espaços populares, como acontece na maioria dos casos;

- **O repensar da função da escola e da educação**

Para isso, precisamos compreender o sentido da educação e buscar seu redimensionamento junto aos moradores dos espaços populares para atribuir sentido ao processo de desescolarização;

- **Precarização das iniciativas públicas**

A presença ambígua do poder público nos espaços populares e, em muitos casos, sua ação violenta, pouco contribuem para a criação de uma rede social ampla e protetora, que garanta direitos aos moradores das favelas.

Esses são alguns dos aprendizados da Redes de Desenvolvimento da Maré, ao longo dos anos. Aprendizados que pretendemos partilhar e ver repensado e redimensionado em outros espaços populares da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil, contribuindo assim para a construção de metodologias de trabalho nesses espaços, como mostramos no próximo item.

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO DO PROJETO NENHUM A MENOS

1. Desenvolver ações pedagógicas e de atendimento psicossocial que promova a participação ativa e responsabilização dos atendidos no processo de escolarização.

O Nenhum a Menos possui claro entendimento de que sem a determinação e autonomia das crianças, jovens e familiares não é possível promover mudanças no processo de desescolarização. Seguindo este pressuposto, dois caminhos foram trilhados. Um, pela equipe de atendimento psicossocial na direção da responsabilização e sensibilização da família, no sentido de reconhecer que a educação é um direito fundamental determinante para o desenvolvimento de seus filhos. Outro, pela equipe de educadores, no caminho da resignificação da escola, despertando na criança o prazer de estudar e a determinação em concluir seus estudos.

As dificuldades de muitas famílias em acompanhar e auxiliar seus filhos nas tarefas escolares e de, até mesmo, estar em casa para acordá-los e os levar até a escola, são alguns dos pontos refletidos pela equipe técnica em reuniões de responsáveis e nas visitas domiciliares. Nestes espaços, responsáveis discutem seus papéis na família e a importância de sua participação na educação dos filhos. Ouvem a experiência de outros pais e refletem sobre o que a falta de escolarização pode representar na vida e no futuro dos filhos. Aos poucos, o processo reflexivo promove pequenas mudanças comportamentais desde a levar um pai ou mãe a acordar mais cedo e não permitir mais que o filho falte à escola, desde passar a determinar horários de estudo em casa para criança realizar tarefas solicitadas pela escola.

No campo da ação pedagógica educadores utilizam de jogos educativos, atividades lúdicas e atendimento personalizado para resgatar o prazer da criança no estudo e reforçar sua importância como instrumento de descobrir o mundo e promover seu crescimento pessoal. Considerando a demora em modificar os hábitos de muitos familiares para que assumam mais responsabilidades no acompanhamento da escolarização de seus filhos, para muitas crianças do projeto a alternativa é apostar

na autonomia de cada uma. Para tal, os encontros visam não apenas auxiliar no reforço a conteúdos trabalhados pela escola, mas fornecer um novo sentido para estes conteúdos, tornando-os mais agradáveis e interessantes para a criança.

2. Priorizar a contratação de pessoas da comunidade para a equipe, visando ampliar a compreensão e a sensibilidade sobre o problema e seu contexto, além de fortalecer a rede sócio pedagógica instituída na comunidade.

A presença na equipe de educadores e de estagiários que residem na Maré permitiu que questões específicas da cultura da comunidade fossem mais facilmente compreendidas e assimiladas pelo projeto. O trânsito na comunidade, a comunicação e o acesso às famílias também foi facilitado.

Um valor que é destacado com ênfase pela equipe dentro deste pressuposto é o significado dado pela comunidade ao reconhecer um membro atuando em uma função que no imaginário local somente é exercida por pessoas de fora da comunidade.

“Às vezes encontro algum pai ou mãe de meninos que atendemos na mercearia fazendo alguma compra e dizem: ‘Oi, você por aqui?’ E eu respondo que moro na comunidade. Eles ficam surpresos, pois não acreditam que alguém que more na comunidade possa ocupar uma função como a que desenvolvemos.”
(Aryanne Paiva da Felicidade, moradora da Maré, estudante de serviço social da Universidade Federal Fluminense e estagiária do programa)

Outro valor importante é o fortalecimento das redes sociopedagógicas quando jovens universitários ou recém formados aplicam seus conhecimentos especializados em suas próprias comunidades. Além de estimular um sentimento de orgulho na comunidade, ainda se tornam referência e influenciam na construção de projetos de vida de outros jovens.

3. Ter uma postura propositiva no campo das políticas públicas.

O projeto é a expressão da crença de que a organização não-governamental não deve substituir a função do Estado; da mesma forma, seus membros possuem a consciência sobre a sua importância na construção de metodologias e aprendizagens que possam influenciar as políticas de educação e contribuir para a melhoria da qualidade do ensino público de modo a impactar o processo de desescolarização.

“Esse, então, foi o objetivo primeiro do “Nenhum a Menos”: propor caminhos no plano metodológico que pudessem ser assumidos pelo poder público e permitissem formas inovadoras de inserção desse contingente específico no sistema formal de ensino, de maneira mais qualificada e com um olhar direcionado para as

demandas de cada criança, adolescente e da sua família. Dessa maneira, o projeto não tinha, então, atividades predefinidas, mas buscava construir alternativas para colocar na agenda pública a problemática.” (Eliana Sousa Silva, diretora da Redes e idealizadora do Nenhum a Menos)

Este pressuposto não apenas motivou a interlocução do projeto com atores do poder público presentes na comunidade, mas permitiu a interlocução com outras organizações parceiras. Desse modo, articulando esforços, se consegue melhores resultados em termos de influência no capto das políticas públicas. Uma ação concreta relacionada a este pressuposto foi a criação da Rede Intersetorial de Proteção à Criança e ao Adolescente com Histórico de Desescolarização (RIPCAHD) constituída por organizações da sociedade civil e do poder público presentes na comunidade da Maré.

4. Não naturalizar práticas que reafirmem a vitimização ou a culpabilização dos atendidos.

Tanto na ação pedagógica quanto na ação sócio-educativa, um pressuposto importante era não legitimar visões estereotipadas, fossem construídas dentro da própria comunidade ou em outros campos sociais. Como é sabido, a prática assistencialista e, ao mesmo tempo, punitiva era uma característica do atendimento de crianças, adolescentes e famílias pobres na história do país. Ela alimentou a cultura da dependência de famílias pobres, que não conseguiam sua autonomia de sustentabilidade frente aos programas assistenciais. Da mesma forma, ela estimulava no seio social a consciência de que os únicos culpados pela pobreza eram os próprios pobres, que não teriam o devido espírito empreendedor. Estas visões criaram raízes sociais e marcaram o cotidiano do programa Nenhum a Menos através do discurso de crianças, jovens e familiares, mas também na prática de órgãos do poder público e de organizações da sociedade civil. Superá-las através de práticas concretas e não apenas discursivas foi uma grande tarefa para o projeto.

5. Considerar as diferentes organizações familiares

Grande parte das famílias das crianças atendidas pelo Nenhum a Menos não possui uma configuração historicamente considerada padrão de pai, mãe

e irmãos. A presença paterna é inexistente na maior parte dos casos, em geral por abandono. Em outras situações, a principal referência familiar é uma avó ou irmãos mais velhos. Estas configurações exigem esforços diferenciados da equipe de atendimento psicossocial e de educadores.

“As vezes S. estava radiante dentro de sala. Contava que iria ver o pai, que é separado da mãe, no final de semana. Na segunda, ela chegava com quatro pedras na mão, bastante agressiva, sem concentração e arrumando confusão com todo mundo. Então, eu parava a atividade e perguntava logo: S., você não conseguiu ver seu pai? Ela confirmava contando que a mãe não tinha permitido ela ir.” (Viviane Couto da Silva, educadora).

Para atingir suas metas de trabalho, o Projeto Nenhum a Menos priorizou estratégias de acompanhamento social de todos integrantes das famílias, o que incluiu a identificação das condições sociais, de emprego, de saúde, de ordenamento de documentos individuais e outros; o acompanhamento escolar, a fim de reconhecer o histórico de escolaridade e as condições necessárias ao retorno dessa atividade na vidas crianças e dos adolescentes; a negociação com as direções das escolas públicas próximas às residências da famílias, a fim de se criar as condições de retorno desse contingente às escolas. Além do trabalho voltado para as demandas das famílias, com a organização de um conjunto de iniciativas como complementação pedagógica, visitas guiadas a diferentes espaços culturais e aquisição de doações que serviram para suprir determinadas necessidades materiais das famílias. Foi ponto fundamental do projeto o investimento na criação de uma rede de instituições públicas, privadas e do terceiro setor que pudessem assumir o problema da desescolarização como um problema de ordem pública e que, somente, com políticas públicas se poderia vislumbrar mudanças nesse campo.

Uma iniciativa crucial desenvolvida no período de realização do Projeto Nenhum a Menos foi a Rede Rotas. Essa atividade, desenvolvida em parceria com outras organizações que atuam na Maré, em especial o Observatório de Favelas, objetivava o atendimento de crianças e adolescentes envolvidas em atividades ilícitas. Ela se materializou numa ação em rede que se coadunava com o intento do Nenhum a Menos de agregar diferentes competências para refletir e elaborar, no campo da política pública, novos paradigmas de tratamento das questões sociais que envolviam essa parcela de crianças e adolescentes da Maré.

CONSIDERAÇÕES, RECOMENDAÇÕES E APRENDIZAGENS NO PROCESSO:

1. Sobre o público

- As crianças, jovens e familiares acompanhados pelo Nenhum a Menos necessitam de estratégias para sobreviver que são imediatas. Suas condições objetivas de sobrevivência dificultam que objetivos de longo prazo sejam assumidos. Com

isso, a prática de acompanhamento precisa ser flexível de forma que haja um alinhamento entre as possibilidades da família e os objetivos do projeto;

- A pouca circulação em diferentes espaços culturais, além de sua existência limitada na comunidade, coloca a escola na posição de principal espaço de acesso a bens culturais;
- A escolaridade é principalmente valorizada pelos jovens como condição para o mercado de trabalho. O conhecimento produzido fica em segundo plano ou não é considerado;
- Crianças e adolescentes desenvolvem autonomias precoces como alternativas à proteção limitada do Estado;
- O público acompanhado pelo Nenhum a Menos possui pouca oferta de oportunidades que promovam mudanças efetivas;

2. Sobre o problema da desescolarização:

- Como os benefícios promovidos pela escolarização são vistos como benefícios de longo prazo, a educação não é reconhecida como importante por grande parte dos alunos. É necessário que as estratégias de educação consigam produzir sentidos imediatos na vida da criança e do jovem;
- As políticas públicas são ineficazes por não promoverem autonomia e serem pontuais e seletivas;
- Falta parceria entre escola e família para que o responsável tenha mais facilidade em participar da vida escolar dos filhos e que a escola não seja um espaço apenas de direção e professores.

3. Sobre a metodologia:

Encaminhamentos

- Nem sempre é possível ter retorno dos encaminhamentos realizados, seja pela dificuldade econômica das famílias, pelo não reconhecimento do problema, pela falta de organização ou por desistência;

Acompanhamento social

- É importante efetivar parcerias para se permitir o acesso a direitos sociais básicos;
- O estabelecimento de vínculo entre participantes do programa e equipe, de forma não verticalizada, facilita o diálogo e o desenvolvimento das atividades propostas.

Acompanhamento escolar

- É necessário criar, diariamente, métodos/maneiras de trabalhar com crianças em vulnerabilidade social;
- É necessário respeitar as diversidades em sala de aula. Cada criança tem seu tempo e seu espaço.

Visitas domiciliares e reunião com responsáveis

- A participação das educadoras nas visitas domiciliares e nas reuniões mensais integra a equipe, cria sinergia de ação;

Avaliação constante e reunião da equipe

- É necessário rever constantemente a metodologia considerando que os contextos sociais são dinâmicos e que diferentes aspectos do ambiente em que está inserida a família interferem no seu cotidiano modificando as necessidades imediatas de cada uma delas.

Por fim, destacamos quatro recomendações extraídas do intenso processo de aprendizagem, vivenciado pela Redes de Desenvolvimento da Maré, a partir da experiência do Projeto Nenhum a Menos:

1. **Trabalho em rede** - reunir distintas instituições, públicas e não governamentais em um amplo trabalho de prevenção e de atenção a crianças e adolescentes envolvidos com redes ilícitas;
2. **Trabalho de prevenção** - buscar formas criativas e reais que possam contribuir para a prevenção, ou seja, para não entrada de crianças e adolescentes em redes ilícitas;
3. **Tratar a questão da violência** - trabalhar as diferentes formas de violência aos quais são submetidos os moradores de espaços populares, que não se restringe apenas a violência armada do tráfico e da polícia;
4. **Escola pública na favela** - repensar a função e a ação da escola, entendendo que o espaço da escola formal é um potencial alimentador de perspectivas e sonhos, desde que repensado sua estrutura centenária. ◉

CRÉDITOS

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS

COORDENAÇÃO GERAL

Jailson de Souza e Silva

Jorge Luiz Barbosa

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Elionalva Sousa e Silva

ErasmO Castro

Fernando Lannes Fernandes

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Marianna Araujo

Vitor Monteiro de Castro

REDES DE VALORIZAÇÃO DA VIDA • RIO DE JANEIRO

ORGANIZAÇÃO DA PUBLICAÇÃO

Fernando Lannes Fernandes

EQUIPE

COORDENAÇÃO

Raquel Willadino

Andréa Rodriguez

SUPERVISÃO TÉCNICA

Andréa Rodriguez

Alberto Aleixo

AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Solange Dacach

Cledinira da Silva Andrade

Flavio Guillhon

Marianna Araújo

Michelle Henriques

Nilmara Pedroso

Ricardo Prema

Rodrigo Nascimento

Wagner Gonçalves

PARCERIA

Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Patrícia Oliveira



**OBSERVATÓRIO
DE FAVELAS**